

AVISO DE LICITAÇÃO
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS
MODALIDADE PREGÃO (ELETRÔNICO)
PROCESSO DE LICITAÇÃO n.º 172.203/2025
PREGÃO n.º 06/2026
UASG 925532

OBJETO: Aquisição de kits escolares, destinados a todas as crianças e estudantes regularmente matriculados nas Unidades Educacionais do Município de Araucária, abrangendo as Escolas Municipais, os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e os Centros Municipais de Atendimento Educacional Especializados (CMAEEs) conforme especificações, nos termos estabelecidos no Edital e seus Anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 6.915.680,31 (SEIS MILHÕES, NOVECENTOS E QUINZE MIL, SEISCENTOS E OITENTA REAIS E TRINTA E UM CENTAVOS);

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO;

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO;

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

PROCESSO DIGITAL: 172.203/2025;

CÓD. VERIFICADOR: 8WJGYHVS

O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br> conforme datas e horários definidos abaixo:

DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	Até 09:00 hs do dia 02/03/2026
DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	Às 09:00 hs do dia 02/03/2026

O edital completo e possíveis alterações está(ão) disponível(eis) no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://pncp.gov.br/>) e no sítio eletrônico da Prefeitura de Araucária, no endereço <https://www.araucaria.pr.gov.br> (menu Licitações).

O acesso à íntegra do processo licitatório, edital e anexos também encontra-se disponível mediante consulta direta ao processo administrativo digital, com a indicação do número do Processo e Código Verificador, através do link: <https://araucaria.atende.net/autoatendimento/servicos/consulta-de-processo-digital/detalhar/1>

Demais informações podem ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações e Contratos, das 9h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00, telefone (41) 3614-1400 – Ramal: 1494, Pregoeiro Maurício Veiga, e-mail: mauricio.veiga@araucaria.pr.gov.br.

Araucária, 09 de Fevereiro de 2026.

SÉRGIO RICARDO HEY
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



EDITAL DE LICITAÇÃO
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS
MODALIDADE PREGÃO (ELETRÔNICO)
PROCESSO LICITATÓRIO DIGITAL n.º 172.203/2025
PREGÃO n.º 06/2026

O Município de Araucária, Paraná, pela autoridade que ao final assina, torna público que está aberta licitação, para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021 e Decretos Municipais n.ºs 39.132/2023, 42.872/2025, Lei Complementar n.º 123/06 e alterações e Lei Complementar Municipal n.º 17/2018 para atender à solicitação da Secretaria Municipal de Educação, através da requisição n.º 455/2026.

DATA DA SESSÃO: 02 de Março de 2026

HORÁRIO: 09h00 (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

CÓDIGO UASG: 925532

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 A presente licitação tem por objeto a **“Aquisição de kits escolares, destinados a todas as crianças e estudantes regularmente matriculados nas Unidades Educacionais do Município de Araucária, abrangendo as Escolas Municipais, os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e os Centros Municipais de Atendimento Educacional Especializados (CMAEEs) conforme especificações”**, sendo que a descrição detalhada, bem como todos os elementos necessários à identificação da execução do objeto, constam do Anexo I deste Edital.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar da presente licitação, pessoas jurídicas que atuem no ramo pertinente ao objeto desta licitação e que atendam a todas às condições contidas na Lei n.º 14.133/2021, bem como as demais exigências contidas no presente edital, e previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

2.3 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006 e Lei Complementar Municipal n.º 17/2018.

2.3.1 O tratamento favorecido às empresas locais ou regionais de que trata o Art. 18, § 4º da Lei Complementar Municipal n.º 17/2018, será concedido somente mediante expressa previsão editalícia, quando devidamente justificado nos autos do processo licitatório.

2.3.2 **O lote 01, destina-se a ampla concorrência**



2.4 Nos termos do inciso I do § 1.º do art. 4.º da Lei Federal 14.133/2021, as disposições constantes no subitem 2.3 não se aplicam ao(s) item(ns) cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.5 A obtenção dos benefícios a que se refere a Lei Complementar n.º 123, de 2006 e a Lei Complementar Municipal n.º 17/2018 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6 Não poderão participar da presente licitação os interessados:

2.6.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.6.2 Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021;

2.6.3 Que estejam sob falência, observado o disposto no Anexo II deste Edital;

2.6.4 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

2.6.4.1 A vedação da participação de empresas em consórcio, conforme conclusões e fundamentação do estudo técnico preliminar, justifica-se em razão de entender-se que o objeto não apresenta vulto ou complexidade que demande o agrupamento de uma ou mais empresas para sua execução.

2.6.5 Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

2.7 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.7.1 A vedação de que trata o subitem anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado, funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.8 O impedimento de que trata o subitem 2.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema relativo às seguintes declarações:



- 2.9.1** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 2.9.2** Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e está em conformidade com as exigências editalícias;
- 2.9.3** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 2.9.4** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
- 2.9.5** Que a proposta foi elaborada de forma independente.
- 2.9.6** Que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 2.10** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 2.11** Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 2.12** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, (“sim” ou “não”) que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 2.12.1** Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame;
- 2.12.2** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 2.13** A falsidade da declaração de que trata os itens 2.10, 2.11, 2.12 ou 2.13 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021, no Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, e neste Edital.

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 3.1** Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer cidadão poderá protocolar impugnação ao ato convocatório deste Pregão, no Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Araucária, sito na Rua



Pedro Druszcz, 111, 2º andar, Centro – Araucária/PR – CEP 83.702-080, ou encaminhá-la através de forma eletrônica, pelo e-mail: mauricio.veiga@araucaria.pr.gov.br.

3.1.1 Caberá ao Pregoeiro receber e autuar os pedidos de impugnação e remeter à autoridade subscritora do edital que, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidirá no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.1.2 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

3.2 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço de e-mail: mauricio.veiga@araucaria.pr.gov.br;

3.2.1 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido e limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

3.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela autoridade subscritora do edital nos autos do processo de licitação.

3.3.2 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

4. DAS DISPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

4.1 Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos licitantes com plena visibilidade para o Pregoeiro ou agente de contratação e total transparência dos resultados para a sociedade. O sistema encontra-se inserido diretamente na INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se de chave de criptografia e autenticação em todas as suas fases.

4.2 Os trabalhos serão conduzidos por Pregoeiro ou Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Araucária, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema COMPRAS.GOV.BR, constante na página eletrônica <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

4.3 O Pregoeiro ou Agente de Contratação designado para o presente procedimento licitatório exercerá as atribuições previstas no artigo 4º do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023.

4.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de



negócios ou eventual responsabilização diante da inobservância de quaisquer mensagens ou convocações emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data e horário agendados, o Pregoeiro ou Agente de Contratação afixará aviso no sistema COMPRAS.GOV.BR comunicando a nova data e horário para retomada do certame, o qual não poderá ser inferior a 24 (vinte e quatro) horas, a contar do horário de registro do aviso.

4.5.1 Em casos em que a fase de lances tenha sido iniciada automaticamente pelo sistema, conforme configuração prévia da sessão pública, mesmo mediante desconexão do Pregoeiro ou Agente de Contratação, esta transcorrerá até o encerramento da etapa fechada, e a sessão será reagendada nas mesmas condições estabelecidas no subitem anterior, caso a desconexão do Pregoeiro ou Agente de Contratação perdure por prazo superior à 10 (dez) minutos a contar do horário de encerramento da etapa de lances.

4.6 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

4.7 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as informações contidas neste Edital.

4.8 Em caso de existência de discordância entre as especificações do objeto descritas no sistema COMPRAS.GOV.BR, prevalecerão as constantes neste Edital.

4.9 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico da Prefeitura do Município de Araucária, nos endereços <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e <https://araucaria.atende.net>, onde poderá ser realizado o acesso dos autos e acompanhamento dos avisos, resultados, recursos e atas.

4.10 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

5. DO CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES JUNTO AO COMPRAS.GOV.BR

5.1 Para se cadastrar no Sistema Eletrônico, o Licitante deverá escolher e se dirigir à Unidade Credenciadora dentre as fornecidas pelo Sistema. As informações necessárias ao cadastramento estão disponíveis no seguinte endereço: <http://www.comprasnet.gov.br/cadastro/CadastroNovo.asp>

5.2 Para realizar o credenciamento, os Licitantes deverão estar previamente cadastrados junto ao Sistema de Cadastramento de Fornecedores SICAF, onde obterão o credenciamento (senha) para participar da licitação.

5.3 O credenciamento do licitante no Sistema de Pregão Eletrônico implica as seguintes responsabilidades:



5.3.1 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

5.3.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica;

5.3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

5.3.4 O licitante se responsabiliza por conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, de acordo com o rito definido nos incisos III a V do artigo 17 da Lei 14.133/2021.

6.2 Os licitantes apresentarão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico a proposta com **o preço ou o percentual de desconto ofertado**, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando então encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2.1 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, **simultaneamente, os documentos de habilitação e a proposta**, observado o disposto nos **itens 9.1.1 e 9.4** deste Edital.

6.3 O envio da proposta e, quando for o caso, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.4 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar, alterar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).



6.5 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.6 Os dados da proposta e, quando for o caso, os documentos de habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.7 O licitante deverá registrar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.7.1 Valor unitário e total do item, utilizando **02 (duas) casas decimais** para cada um dos valores;

6.7.2 Quantidade cotada, **que NÃO poderá ser inferior ao estabelecido** no quadro de quantidades e custos do Anexo I para contratação, nos termos do § 7.º do artigo 297 do Decreto Municipal n.º 39.132/2023;

6.7.3 **Deverão ser informados no momento do cadastro da proposta no sistema COMPRAS.GOV.BR:**

6.7.3.1 **Marca e/ou Fabricante;**

6.7.3.2 **Modelo e/ou Versão.**

6.8 Quando do envio da proposta escrita, assim entendida aquela convocada para apresentação na forma de anexo nos termos do item 11 do presente edital, a licitante deverá:

6.8.1 Indicar obrigatoriamente **a marca, fabricante, modelo e versão** do produto cotado, especificações técnicas, garantia e demais características para a perfeita identificação e individualização do bem ofertado;

6.8.2 **Consignar a descrição detalhada do produto ou serviço cotado, a indicação de site do fabricante ou endereço eletrônico onde seja possível acessar catálogos, folder, encarte, ficha técnica, manual ou quaisquer outros materiais técnicos oficiais que possibilitem a comprovação das características requeridas no edital.**

6.8.2.1 A ausência de indicação do local de acesso à documentação técnica ou a indicação de documento irregular não acarretará a desclassificação imediata da proposta da licitante, podendo ser efetuada diligência pelo Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio;

6.8.2.2 As diligências de que tratam o subitem anterior poderão ser realizadas mediante consulta à rede mundial de computadores, diretamente aos sites de fabricantes, de instituições especializadas ou órgãos emissores, bem como através de diligências diretamente à licitante para complementação de informações ou envio de documentos complementares através de convocação no chat ou da função “enviar anexo”.

6.8.2.3 A ineficácia das diligências ou o não atendimento de convocação que resulte na impossibilidade de confirmação das características requeridas no edital acarretará a



desclassificação da proposta.

6.8.3 Para todos os itens deste processo licitatório a apresentação de prospectos, catálogos descritivos e manuais de instrução, quando solicitado será obrigatória e condição para análise da proposta.

6.8.3.1 A convocação para apresentação da documentação referida no subitem anterior será realizada pelo Pregoeiro na etapa de julgamento e a não apresentação dentro do prazo do subitem 8.9 poderá acarretar a desclassificação da proposta.

6.8.3.2 Poderão ser fotocópias autenticadas ou sem autenticação desde que sejam acompanhadas de original, para verificação do objeto ofertado. Os originais serão devolvidos após a análise e as cópias permanecerão no processo licitatório;

6.9 Todas as especificações do objeto, tais como descrição, marca, modelo, versão, garantias, características e demais informações contidas na proposta vinculam o licitante.

6.10 Desde que disponibilizada no sistema COMPRAS.GOV.BR, quando do cadastramento da proposta o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo, bem como o intervalo mínimo entre os lances, e usufruir da funcionalidade para envio automático de lances;

6.10.1 A utilização da funcionalidade de que trata o subitem anterior, caso disponibilizada pelo sistema COMPRAS.GOV.BR, é facultativa e será de exclusiva responsabilidade do licitante.

6.10.2 A parametrização possui caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação.

6.11 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.12 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.13 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação. Caso o prazo de validade não esteja expresso na proposta, a licitante se compromete a cumprir o prazo estipulado neste item.

6.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios ou eventual responsabilização diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.15 É vedada à licitante, sob pena de desclassificação, a identificação da proposta de preços no sistema eletrônico (esta vedação não se refere a proposta de preços anexada, e sim às informações digitadas no sistema);



6.15.1 O preenchimento dos campos destinados às indicações de marca, modelo e fabricante para cadastro da proposta no sistema COMPRAS.GOV.BR, ainda que coincidentes com a razão social ou nome da proponente, não caracterizam a identificação de proposta, visto que tais campos somente tornam-se públicos após a etapa de lances.

6.16 A apresentação de proposta implica ao proponente a obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, podendo rejeitar aquelas que não estejam em conformidade ou que contenham vícios insanáveis.

7.3.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.3.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para mensagens do Pregoeiro aos licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 Os lances deverão ser ofertados pelo **VALOR UNITÁRIO DO ITEM cotado;**

7.5.2 Em caso de licitação do tipo menor preço por lote ou menor preço global, conforme critério estabelecido no subitem 12.1 deste Edital, **os lances também deverão ser ofertados pelos valores unitários de cada item integrante do lote cotado,** sendo que o sistema efetuará automaticamente o cálculo para aferir o menor valor total ofertado para o lote;

7.5.3 **Deverão ser cotados todos os itens constantes no lote de interesse.**

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



7.7 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo mínimo entre os lances, seja intermediário ou em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 0,01**.

7.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.14 Poderá o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados pelo sistema, em tempo real, do valor do menor lance registrado (exceto na etapa fechada), vedada a identificação do licitante via sistema ou por quaisquer outros meios;

7.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



7.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, na área de “AVISOS” do respectivo Pregão no sistema COMPRAS.GOV.BR.

7.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

7.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2 A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3 Caso a licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, mais bem classificada, desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.22 A ordem de apresentação de lances pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de



obrigações previstos em Lei;

7.23.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.23.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.24 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1 Empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;

7.24.2 Empresas brasileiras;

7.24.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25 As regras de desempate previstas nos subitens anteriores não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.26 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou lances empatados.

7.27 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro negociará condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento

7.28 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.29 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.30 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.31 O último lance ofertado deverá levar em consideração o número máximo de casas decimais permitidas para o valor unitário, de acordo com o estabelecido no subitem 6.7.1 deste edital, oportunidade em que os valores unitários e totais deverão ser ajustados sempre para menor em caso de arredondamentos.

7.32 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



8. DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 2.6.2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União;

8.1.3 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>) e https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form para pessoa física);

8.1.4 Cadastro de Impedidos de Licitar, mantido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR;

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário (sendo o CPF consultado no sítio, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário).

8.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, será efetuada diligência para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.2.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.2.3 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.2.4 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação, conforme abrangência da penalidade.

8.2.5 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.3 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 2.5 e 2.13 deste edital.

8.4 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto



e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, nos termos dos artigos 71 e 92 do Decreto Municipal n.º 39.132/2023, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES n.º 73/2022.

8.4.1 O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica de outros setores da Administração Pública, a fim de subsidiar sua decisão.

8.5 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valores unitário e total superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível, que contiver vícios insanáveis, não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência ou apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.5.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.6 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.7 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade, adequabilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.8 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.9 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar por meio da funcionalidade “enviar anexo”, disponível no sistema COMPRAS.GOV.BR, no prazo de até 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta, quando a descrição detalhada do objeto, constante na proposta ou no sistema, não for suficiente para análise da área técnica, caso em que, individualmente, o Pregoeiro comunicará a necessidade do envio via *chat*, estabelecendo prazo para tal.

8.9.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado por decisão fundamentada do Pregoeiro ou por solicitação escrita e justificada do licitante formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.9.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos, fichas técnicas ou propostas;

8.9.3 Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do



sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail: mauricio.veiga@araucaria.pr.gov.br, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico;

8.9.4 O licitante que deixar de enviar a documentação solicitada conforme especificado anteriormente, terá sua proposta desclassificada, sem prejuízo da aplicação de sanções previstas neste edital.

8.10 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.11 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.12 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.13 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.14 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.15 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.15.1 Os originais ou cópias autenticadas, **CASO SEJAM SOLICITADOS**, deverão ser encaminhados ao Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Araucária, aos cuidados do Pregoeiro (a) no endereço: Rua Pedro Druszczy, 111, 2º andar, Centro – Araucária/PR – CEP 83.702-080, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro no sistema COMPRAS.GOV.BR.

8.16 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16.1 O licitante convocado à apresentação de amostra deverá colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem quaisquer ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.16.2 Por meio de mensagem no sistema, o Pregoeiro ou Agente de Contratação divulgará o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.16.3 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.



8.16.4 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.16.5 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Para fins de habilitação, serão exigidos da licitante vencedora provisória os documentos previstos no Termo de Referência e indicados no instrumento convocatório, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, Econômico-Financeira e de qualificação técnica poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e será verificada diretamente no sistema nos documentos por ele abrangidos, conforme o disposto na Instrução Normativa n.º 03 de 2018 da SECRETARIA DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO (SEGES/MP), sendo assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.1.2 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa n.º 03 de 2018-SEGES/MP, mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.1.3 É dever do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação para que estejam vigentes na data de abertura da sessão pública, devendo proceder, imediatamente, à correção ou alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualização. (IN n.º 3/2018, art. 7º, *caput*).

9.1.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN n.º 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.2 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN n.º 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.2.1 Os originais ou cópias autenticadas, **CASO SEJAM SOLICITADOS**, deverão ser encaminhados ao Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Araucária, aos cuidados do Pregoeiro (a) no endereço: Rua Pedro Druszczy, 111, 2º andar, Centro – Araucária/PR – CEP 83.702-080, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro no sistema COMPRAS.GOV.BR.

9.3 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



9.3.1 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.3.2 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.4 Ressalvado o disposto no subitem 9.1.1, os documentos relacionados no **Anexo II** do presente edital para fins de habilitação que não estejam contemplados no SICAF ou que estejam desatualizados na data da sessão deverão ser encaminhados pela licitante através de funcionalidade do sistema, em formato digital, **no prazo de até 02 (duas) horas**, contadas da solicitação do Pregoeiro.

9.4.1 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido no subitem anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.4.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta, observado o disposto no art. 101 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, bem como no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES n.º 73, de 30 de setembro de 2022.

9.5 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.5.1 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, nos termos do § 1.º do art. 17 da Lei 14.133/21, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.6 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do § 2.º do art. 92 do Decreto Municipal n.º 39.132/23 e art. 64 da Lei 14.133/21, para:

9.6.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.6.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.7 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

9.8 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.9 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais e



equiparados na forma da lei deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

9.10 Na análise dos documentos de habilitação, poderão ser sanados erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.11 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

9.12 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.13 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.14 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte, nos termos do art. 115 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, somente será exigida para efeito de habilitação e contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.15 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.16 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública.

9.17 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.18 Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.



9.19 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.20 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.20.1 O licitante estrangeiro, caso seja considerado o vencedor desta licitação, deverá apresentar os documentos de habilitação equivalentes, de seu país de origem, aos exigidos dos licitantes nacionais;

9.20.2 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n.º 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.21 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.21.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, **haverá um acréscimo de 10% a 30 %, definido no edital,** sobre o valor exigido para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, nos termos da alínea “a” do inciso IV do art. 102 c/c § 6.º do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023.

9.22 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei n.º 14.133/2021).

9.23 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.24 Nos termos do § 1º do art. 63 da Lei n.º 14.133, de 2021, o licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.25 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.26 Se não constar prazo de validade no próprio documento ou no SICAF, será considerada válida a Certidão expedida até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data



limite estabelecida para apresentação de propostas.

9.27 Será inabilitado o licitante que não atender as condições necessárias à habilitação estabelecidas neste Edital.

9.28 Se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro (a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda às necessidades da Prefeitura descrita no presente edital e seus anexos.

9.29 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1 Os requisitos de habilitação para o presente certame foram definidos com base nas conclusões do estudo técnico preliminar realizado pela equipe de planejamento do órgão contratante e serão aqueles estabelecidos no Anexo II do presente edital.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado e habilitado que envie por meio de funcionalidade disponível no sistema COMPRAS.GOV.BR, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital;

11.1.1 Em caso de encaminhamento da proposta adequada ao último lance ofertado em desacordo com o subitem anterior deste edital, o Pregoeiro poderá efetuar a adequação dos valores diretamente no Sistema, em campo próprio para registro da negociação, sem a necessidade de solicitação de nova proposta ajustada;

11.2 A proposta de preços escrita deverá ser anexada no sistema Compras Governamentais, pelo licitante convocado, **em até 02 (duas) horas úteis**, contadas do registro da convocação no *chat*, sob pena de desclassificação.

11.2.1 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido no subitem anterior, de ofício ou a partir de solicitação feita antes de findo o prazo pelo licitante convocado, ambas devidamente justificadas;

11.2.2 Serão consideradas horas úteis aquelas compreendidas das 08 h às 17 h, em dias de expediente normal na Prefeitura do Município de Araucária.

11.3 A proposta de preços ajustada deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.



11.3.1 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.4 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do objeto e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.5 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11.6 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso, nos termos do inciso II do art. 12 da Lei 14.133, de 2021.

11.7 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros, observado o disposto no subitem 7.31 deste edital.

11.8 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.9 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.10 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis no Portal da Transparência da Prefeitura do Município de Araucária, após o encerramento da sessão pública, em prazo suficiente para autuação dos documentos.

11.11 Junto à proposta ajustada, a licitante vencedora deverá encaminhar as seguintes declarações:

11.11.1 **Declaração de indicação de representante legal para assinatura do contrato**, conforme modelo que consta no Anexo IV;

11.11.2 **Declaração de responsabilidade pela atualização dos dados cadastrais e bancários**, conforme modelo que consta no Anexo V;

11.12 As declarações de que trata o subitem 11.11 justificam-se para otimização dos fluxos de elaboração e encaminhamento dos termos de Contrato; notas de empenho, bem como de pagamentos, não caracterizando no entanto, condição desclassificatória ou inhabilitatória.

12. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

12.1 Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO**.

12.2 Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, nem preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.



12.3 Nos casos em que a licitante seja vencedora do mesmo item de grupos/lotos distintos, estes serão adjudicados pelo menor valor proposto.

13. DOS RECURSOS

13.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133, de 2021.

13.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão;

13.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de **10 (dez) minutos**, contados da declaração do vencedor;

13.3.3 Havendo quem se manifeste, o Pregoeiro intimará, desde logo, recorrente(s) e recorrido(s) para apresentar pelo sistema eletrônico as razões e contrarrazões recursais no prazo legal, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.3.4 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.5 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n.º 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



13.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal da Transparência da Prefeitura do Município de Araucária.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não formalizar a contratação ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, e alterações. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.3 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (na área de avisos do sistema COMPRAS.GOV.BR) ou, e-mail ou, sítio eletrônico da Prefeitura do Município de Araucária, de acordo com a fase do procedimento licitatório;

14.3.1 A convocação quando feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na proposta e, no caso de omissão, de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14.4 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 Constatada a regularidade dos atos praticados, a aceitabilidade da proposta e a habilitação do licitante vencedor, a autoridade competente homologa o procedimento licitatório e adjudica o objeto ao licitante declarado vencedor.

15.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1 Executar o objeto contratado, conforme as condições prescritas no presente instrumento e de acordo com as especificações e termos mencionados na proposta.

16.2 Assumir inteira responsabilidade pela entrega do objeto, de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções deste Edital e seus anexos.



16.3 Reparar, corrigir, remover ou substituir os produtos ou serviços que entregar, às suas expensas, no todo ou em parte, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.

16.4 Responder civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, na execução da presente licitação, isentando o Município de toda e qualquer responsabilidade.

16.5 Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão de obra habilitada para a execução do objeto da presente licitação, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, inclusive no que se refere às normas de segurança no trabalho e previstas na legislação específica; encargos sociais, tributários, previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas, para com as quais ficará única e exclusivamente responsabilizada, nos termos do art. 121, da Lei 14.133, de 2021.

16.6 Se necessário ou solicitado pela Administração Pública, custear ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto de que trata a presente licitação, conforme § 4.º do art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021.

16.7 Custos relativos a deslocamento, para transporte do objeto licitado, serão exclusivamente por conta da Contratada, bem como o transporte de equipamentos (necessários à descarga), serão de responsabilidade da mesma, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito, não cabendo nenhum ônus à Contratante.

16.8 A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, ou outro instrumento equivalente, em compatibilidade às obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital, nos termos do inciso XVI do art. 92 da Lei n.º 14.133, de 2021.

16.9 Comunicar expressamente à Administração, a quem compete deliberar a respeito, toda e qualquer discrepância entre as reais condições existentes e os elementos apresentados.

16.10 Repor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer objeto da Administração e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados.

16.11 Prestar à Administração, sempre que necessário, esclarecimentos sobre os produtos, fornecendo toda e qualquer orientação que seja necessária para a perfeita utilização dos mesmos.

16.12 Responsabilizar-se pela manutenção do seu cadastro (tais como telefone, e-mail, endereço e dados bancários) atualizado perante o Município, bem como pela tempestividade de suas certidões para fins de pagamento dentro do prazo de vigência, consoante regra preceituada pelo SIM-AM/TCEPR.

16.13 Cumprir as demais obrigações constantes do Anexo I do presente Edital.

16.14 Quando se tratar de contratação de grande vulto, nos termos do § 4º do art. 25 c/c inciso XXII do art. 6º da lei 14.133, de 2021, a contratada deverá apresentar o programa de



integridade com o cronograma de implantação do citado programa, no prazo de 6 (seis) meses a contar da celebração do contrato.

16.14.1 O programa de integridade deverá ser elaborado de acordo com o disposto nos artigos 528 a 538 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, no que couber.

16.14.2 Na hipótese de não implantação do programa de integridade de que trata o subitem, o contratado estará sujeito a multa por inexecução parcial, nos termos previstos no instrumento convocatório e no contrato.

17. DA CONTRATAÇÃO

17.1 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1.1 Homologado o resultado da licitação, os preços serão registrados na Ata de Registro de Preços, cuja minuta constitui anexo deste Edital;

17.1.2 O licitante mais bem classificado será convocado para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de sua convocação, assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e na Lei n.º 14.133, de 2021.

17.1.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

17.1.2.2 Quando na forma eletrônica, a assinatura deverá ser realizada mediante uso de, no mínimo, certificação eletrônica qualificada, nos termos da Lei 14.063, de 2019 e Decreto Municipal 35.639, de 2021;

17.1.2.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, nos termos do art. 298 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023.

17.1.3 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

17.1.4 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP, no sítio eletrônico do Município e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços, nos termos do § 10 do art. 298 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023.

17.1.5 A vigência da Ata de Registro de Preços **será de 1 (um) ano**, contado da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e Diário Oficial do Município de Araucária, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, nos termos do art. 84 da Lei



14.133, de 2021, e § 1.º do art. 298 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023.

17.1.5.1 No caso da prorrogação de que trata o subitem anterior aplicar-se-á, no que couber, o disposto no subitem 18.3 do presente edital.

17.1.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, nos termos do art. 300 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023.

17.1.7 O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços poderá, a qualquer tempo, requerer comprovação da prática dos preços apresentados, que poderá ser feita através da cópia de notas fiscais ou outro documento comprobatório dos preços de mercado.

17.1.8 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes **do cadastro de reserva**, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

17.1.9 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do subitem anterior, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

17.1.10 Caso os preços dos licitantes remanescentes encontrem-se acima do praticado no mercado, os mesmos poderão ser negociados (reduzidos). Caso os preços venham a ser negociados, os mesmos serão novamente registrados em Ata e publicados conforme item 17.1.4 deste Edital.

17.1.11 Os preços registrados poderão ser revistos ou cancelados na ocorrência das situações previstas nos artigos 301 a 304 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023.

17.2 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

17.2.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

17.2.1.1 Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

17.2.1.2 Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

17.2.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

17.2.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.



17.2.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17.2.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

17.2.3.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

17.2.3.2 Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 305 e art. 306 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023.

17.2.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

17.2.4.1 Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

17.2.4.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.3 TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.3.1 Após a homologação da licitação, consoante disposição do art. 309 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, e art. 95 da Lei 14.133, de 2021, em sendo realizada a contratação, será(ão) firmado(s) Termo(s) de Contrato ou emitido(s) instrumento(s) equivalente(s).

17.3.2 Quando for o caso, a licitante adjudicatária deverá, observada a disposição do art. 310 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis**, contados da data da convocação, assinar Termo de Contrato, sob pena de decair do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021 e Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, e no presente edital.

17.3.3 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pela Administração;

17.3.4 A convocação poderá se dar através de correio eletrônico (e-mail), correspondência com aviso de recebimento ou por meio de publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Araucária.

17.3.5 Emitida a Nota de Empenho ou o instrumento equivalente, que serão encaminhados através de correio eletrônico (e-mail) à empresa adjudicada, implica o



reconhecimento de que:

17.3.5.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei n.º 14.133, de 2021;

17.3.6 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos.

17.3.7 **Toda a comunicação, convocações, comunicados e envio de documentos pertinentes à contratação serão enviados através dos endereços registrados no cadastro de fornecedores da Prefeitura de Araucária e dados registrados no SICAF, sendo responsabilidade da adjudicatária manter atualizados seus dados cadastrais e comunicar ao Departamento de Licitações e Contratos¹ eventuais alterações, inclusive de e-mail e telefones de contato.**

17.3.8 Quando o licitante convocado dentro do prazo de validade de sua proposta não formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidas neste Edital, a Administração poderá convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital.

17.3.9 **Como condição para celebração do contrato ou instrumento equivalente, o licitante vencedor deverá manter as condições de habilitação, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste instrumento convocatório e legislação vigente.**

17.3.10 Farão parte integrante da contratação o presente Edital e seus anexos, bem como os documentos constantes do processo e que tenham servido de base para a presente licitação.

17.3.11 A contratação se regerá pelas cláusulas e disposições constantes no instrumento contratual, pelas demais disposições constantes do presente Edital, pelas disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, bem como pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie do objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que no Edital ou instrumento contratual não tenham sido mencionadas.

17.3.12 Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, salvo prévia e expressa autorização da contratante.

17.3.13 Em caso de autorização de subcontratação total ou parcial do objeto, fica a subcontratada obrigada a apresentar previamente à autorização, os documentos comprobatórios de idoneidade, exigidos da contratada na fase de habilitação.

17.3.14 Autorizada qualquer das hipóteses retro, a contratada permanecerá solidariamente responsável pelo cumprimento de todas as condições ajustadas na contratação.

¹ Informações poderão ser solicitadas através do e-mail compras@araucaria.pr.gov.br ou pelos telefones (41) 3614-1400 Ramal: 1490 ou 2309.



17.3.15 O recebimento do objeto se dará conforme as disposições contidas no artigo 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, e Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023.

17.3.16 A empresa contratada fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões, nos limites e nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021, nas mesmas condições contratuais, quando aplicável ao objeto contratado.

17.3.17 A Administração reserva o direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do objeto da contratação, no caso de conveniência administrativa e/ou financeira, devidamente autorizada e fundamentada, caso em que a contratada terá direito de receber pelas parcelas efetivamente executadas e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei n.º 14.133, de 2021.

17.3.18 A Administração reserva o direito de recusar todo e qualquer produto ou serviço que não atender as especificações contidas no presente Edital ou que sejam considerados inadequados, conforme § 1º do art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021.

17.3.19 Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

17.3.19.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

17.3.19.1.1. Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

17.3.19.2 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

17.3.20 O objeto da presente licitação será recebido provisoriamente por **05 (cinco) dias úteis**, contados da data da entrega/execução, para avaliação pela Comissão de Recebimento da **Secretaria Municipal de Educação**.

17.3.21 O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas e cumprimento das “Condições” do Anexo I. Tal recebimento não afasta, contudo, a responsabilidade da contratada de substituir o objeto caso venham a ser detectadas irregularidades na especificação ou quantidade.

17.3.22 A Contratação poderá ser rescindida pelos motivos previstos no artigo 137, e na forma disposta pelo artigo 138 e consequências previstas no artigo 139, todos da Lei n.º 14.133, de 2021.

17.4 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.4.1 Na presente contratação será exigida a Garantia de Execução em percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato, que será liberada de acordo com as disposições previstas neste Edital, nos termos do artigo 96 a 102 da Lei 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.



17.4.2 A proponente vencedora, em até 10 (dez) dias úteis após a publicação do contrato em Diário Oficial, deverá apresentar comprovação de formalização da garantia de execução, que servirá de garantia à fiel observância das obrigações contratuais.

17.4.3 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia previstas no § 1º do art. 96 da Lei 14.133, de 2021:

17.4.3.1 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

17.4.3.2 Seguro-garantia;

17.4.3.3 Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

17.4.3.4 Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

17.4.4 A garantia em dinheiro deverá ser depositada em favor do Município de Araucária, através de depósito no Banco do Brasil (001), Agência Araucária (1467-2), Conta-Corrente (45251-3), Identificação do Depósito CNPJ DA EMPRESA.

17.4.5 No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

17.4.6 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

17.4.7 No caso de inadimplemento das obrigações contratuais e/ou rescisão do termo de contrato por culpa da contratada, a Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

17.4.8 A garantia prestada pela contratada ou o valor que dela restar será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato, mediante apresentação do Termo de Recebimento Definitivo, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, nos termos do art.100 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

17.4.8.1 No caso da caução efetuada em dinheiro, a devolução deverá ser solicitada pela interessada através de processo administrativo digital, protocolado junto à Secretaria Municipal de Administração, e será devolvida no prazo de 05 (cinco) dias corridos após o protocolo do mesmo;

17.4.9 No caso de seguro-garantia, a adjudicatária terá 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia, nos termos do §3.º do art. 96 da Lei 14.133, de 2021.



17.4.10 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto.

18. DA PRORROGAÇÃO E RENOVAÇÃO DO CONTRATO

18.1 A prorrogação e renovação do contrato se darão conforme disposto nos artigos 105 a 114 e 124 da Lei n.º 14.133, de 2021.

18.2 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua publicação, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

18.3 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, datado de **02/12/2025 (data da assinatura do mapa de preços)**.

19. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

20. SANÇÕES

20.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

20.1.1 Dar causa à inexecução total ou parcial do contrato;

20.1.2 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.

20.1.3 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

20.1.3.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

20.1.3.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

20.1.3.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

20.1.3.4 Deixar de apresentar amostra ou apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

20.1.4 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, incorrendo na infração aquele que:



20.1.4.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

20.1.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

20.1.6 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

20.1.7 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

20.1.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

20.1.8.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

20.1.8.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

20.1.8.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

20.1.9 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

20.1.10 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n.º 12.846, de 2013.

20.2 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, bem como a execução irregular ou com atraso injustificado, tem como consequência a aplicação combinada das penalidades de natureza pecuniária e restritivas de direitos, previstas em lei e no Edital.

20.3 O licitante e o contratado que incorrem em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

20.4 As sanções deverão ser aplicadas, obedecidos aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e mediante regular processo administrativo, garantida a prévia defesa e o devido processo legal.

20.5 Configurado o descumprimento de obrigação contratual ou o cometimento de infração administrativa, a contratada será intimada da infração e da penalidade correspondente para, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, apresentar defesa.

20.6 Recebida a defesa, a Autoridade competente deverá se manifestar, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, concluindo pela imposição ou não de penalidade.

20.7 Com fulcro no art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, garantida a prévia defesa, a inexecução total ou parcial do objeto, assim como a execução irregular, com atraso injustificado ou nos casos em que o licitante/contratado ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se



de modo inidôneo, imoral ou cometer fraude fiscal, sujeitará o licitante/contratado à aplicação das seguintes sanções:

20.7.1 Advertência, nos termos do inciso I do art. 156 da Lei 14.133, de 2021;

20.7.2 Multa, nos termos do inciso II do art. 156 da Lei 14.133, de 2021;

20.7.3 Impedimento de licitar e contratar, nos termos do inciso III e § 4.º do art. 156 da Lei 14.133, de 2021;

20.7.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos termos do inciso IV e § 5.º do art. 156 da Lei 14.133, de 2021, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20.8 Na aplicação das sanções, nos termos do § 1º do art. 156 da Lei 14.133, de 2021, e arts. 210 a 212 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.9 A pena pecuniária de multa, própria para a punição de infrações administrativas, atrasos injustificados, para compensar execução irregular ou inexecução pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas.

20.10 A multa será recolhida em percentual não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) e não superior a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor total do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial, observadas as seguintes variações:

20.10.1 Para as infrações punidas com a sanção prevista no art. 195 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, caberá multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento);

20.10.2 Para as infrações punidas com a sanção prevista no art. 196 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, previstas nos subitens 19.1.1 ao 19.1.5, a multa será de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento).

20.10.3 Para as infrações punidas com a sanção prevista no art. 197 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, previstas nos subitens 19.1.6 ao 19.1.10, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento).

20.11 O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto no subitem 19.8 do presente edital.

20.12 Nos termos do art. 162 da Lei n.º 14.133, de 2021, a multa será de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso sobre o valor da contratação, ou instrumento equivalente, ou sobre o valor correspondente da parcela em atraso, caracterizando a mora, no limite de 30 (trinta) dias.



20.13 A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública municipal, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

20.13.1 A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

20.14 Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a Prefeitura Municipal de Araucária poderá considerar o atraso como descumprimento total ou parcial da obrigação, recusando-se a receber o objeto da licitação e aplicando as multas previstas no subitem 19.10.

20.15 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

20.16 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.17 A sanção de impedimento de licitar e contratar, prevista no subitem 19.7.3, será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 19.1.1 a 19.1.5, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Araucária, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

20.18 A sanção de declaração de inidoneidade prevista no subitem 19.7.4 poderá ser aplicada ao responsável em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 19.1.6 ao 19.1.10, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 19.1.1 ao 19.1.5 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no subitem 19.7.3, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

20.19 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Administração Municipal.

20.20 A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

20.21 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar



no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

20.22 Caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, contado da data da intimação, que decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

20.23 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

20.24 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

20.25 Aos casos omissos se aplicam às disposições pertinentes à Lei n.º 14.133, de 2021 e Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023.

20.26 As sanções ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e cominações que se verificarem aplicáveis à espécie do objeto da presente licitação, em especial em decorrência de perdas e danos (danos materiais, morais e outros), por mais especiais que sejam e mesmo que não expressos no Edital.

20.27 As sanções previstas neste Edital serão aplicadas de acordo com o Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023.

20.28 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sítio eletrônico do Município de Araucária e demais cadastros pertinentes.

21. FRAUDE E CORRUPÇÃO

21.1 Ao participar da licitação, as partes declaram conhecimento e se comprometam em cumprir com as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, bem como declaram conhecimento do contido no artigo 5º, inciso IV da Lei n.º 12.846/2013 e Decreto n.º 11.129, de 2022.

22. PAGAMENTO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PREÇO MÁXIMO

22.1 Observado o disposto nos artigos 141 a 146 da Lei n.º 14.133, de 2021, e o parágrafo único do art. 35 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023, o pagamento será efetuado de acordo com as quantidades efetivamente adimplidas, em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das certidões de regularidade da União e Previdenciários, FGTS e de Débitos Trabalhistas, dentro do prazo de validade.

22.1.1 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por



cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

22.2 Por ocasião dos pagamentos deverá ser apresentado:

22.2.1 Fatura discriminada, calculada em função dos produtos ou serviços fornecidos, devidamente atestados pelo(s) Fiscal(is) do contrato e acompanhada do respectivo Termo de Recebimento Definitivo e da CND da União e Previdenciários, CR do FGTS e CND de Débitos Trabalhistas, dentro do prazo de validade.

22.2.2 O prazo mencionado para pagamento refere-se à documentação apresentada sem incorreções. No caso de documentação apresentada com incorreções, os mesmos serão devolvidos à contratada para nova apresentação.

22.2.3 Caso a contratada entregue certidão com data expirada ou que venha se expirar antes da liquidação da despesa, ela será comunicada para substituir a certidão irregular por uma atualizada.

22.3 Nenhum pagamento será efetuado sem apresentação dos documentos a que alude o item anterior.

22.4 Os preços propostos serão considerados fixos, ressalvadas as hipóteses de admissibilidade de reajuste previstas na Lei 14.133, de 2021.

22.5 O valor total máximo desta licitação é de R\$ 6.915.680,31(seis milhões, novecentos e quinze mil, seiscentos e oitenta reais e trinta e um centavos), sendo que o valor estimado para pagamento no ano de 2026 correrá pelo orçamento de 2026, em dotação orçamentária própria, conforme tabela abaixo, previsto na LDO e no PPA:

Dotação	Fonte
Secretaria Municipal de Educação	
11.001.0012.0361.0003.2066.3.3.3.90.32.04 - Material educacional e cultural	1104

22.6 As despesas que seguirem nos exercícios subsequentes correrão à conta das rubricas ou verbas específicas consignadas nos orçamentos do Município e as alterações se processam por meio de simples apostilamento, que deverá ser anexado aos autos do processo e comunicado à contratada.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS



23.1 A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Araucária revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, nos termos do artigo 71 da Lei n.º 14.133, de 2021, mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação, sendo oportunizada prévia manifestação dos interessados nos termos do § 3º do mesmo artigo, não cabendo às licitantes direito a indenização, nem pela elaboração da proposta e/ou apresentação de documentos. O Município poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

23.2 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão do contrato ou da Ordem de Fornecimento, ou instrumento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.3 **A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios instituídos à Microempresa e Empresa de Pequeno Porte caracteriza o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo de enquadramento em outras figuras penais, bem como sujeitará a pessoa jurídica às sanções previstas na Lei de Licitações.**

23.4 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.5 O Pregoeiro poderá, no interesse público, relevar falhas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta.

23.6 É facultado ao Pregoeiro, ou à Autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

23.7 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

23.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.9 As normas disciplinadoras da presente licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Prefeitura Municipal de Araucária, a finalidade e a segurança da contratação e que não afrontem a legislação pertinente.

23.10 **As decisões, comunicados e informações referentes a este processo licitatório serão disponibilizadas no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>. O Resultado da Licitação será também publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Araucária através do endereço eletrônico <https://www.araucaria.pr.gov.br>.**



23.11 Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro, com base na legislação vigente.

23.12 Conforme regra própria do sistema COMPRAS.GOV.BR, sempre que publicado um evento de suspensão ou alteração do edital, o sistema excluirá as propostas e, quando for o caso, os documentos de habilitação que foram enviados pelos proponentes. **Assim, para garantir a participação no certame, as propostas e demais documentos deverão ser cadastradas novamente, após a republicação de novo edital.**

23.13 A licitante, ao participar do presente processo licitatório, deverá ter plena ciência e concordância de que deverá fornecer diversos dados pessoais, ou que estes serão objeto de consultas e diligências por parte da Administração, tais como aqueles relacionados a documentos de identificação; endereços físicos e eletrônicos; números de telefone e demais meios de contato; estado civil e eventuais informações de cônjuges ou relações de parentesco; participações societárias; demonstrações contábeis; eventuais sanções administrativas; condenações por improbidade ou no plano criminal; demais dados necessários ou obtidos no curso do processo.

23.13.1 As informações a que se referem o subitem anterior serão objeto de tratamento por parte da Administração e constarão do processo administrativo que, por força da Lei Estadual n.º 19.581/2018, será disponibilizado na íntegra no Portal Transparência do Município para acesso público.

23.14 A participação do proponente implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

23.15 Serão desconsideradas, para todos os efeitos, quaisquer manifestações que pretenda o licitante atribuir ao Pregoeiro, ao Agente de Contratação ou à Equipe de Apoio, que não tenham sido exaradas de modo expresse, escrito e disponibilizado a todos os licitantes, necessariamente decorrentes de impugnações, recursos, questionamentos, ou qualquer tipo de provocação devidamente protocolada em tempo hábil.

23.16 Deverão ser respeitadas as leis ambientais vigentes.

23.17 Fica eleito, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital, o Foro Regional de Araucária, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, local da realização do certame.

23.18 O Edital, atas de sessão pública e resultados deverão ser disponibilizados, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.araucaria.pr.gov.br>.

23.19 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.20 Dúvidas poderão ser dirimidas pelo Pregoeiro em dias úteis, das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00, através dos seguintes meios:

23.20.1 De forma eletrônica através do e-mail: mauricio.veiga@araucaria.pr.gov.br;

23.20.2 Via telefone: (41) 3614-1400 – Ramal: 1494;



23.20.3 Endereço para contato: Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Araucária sito à Rua Pedro Druszczyk, 111, 2º andar, Centro – Araucária/PR – CEP 83.702-080.

24. ANEXOS

24.1 Integra(m) este Edital, para todos os fins e efeitos, como se nele estivesse(m) transcrito(s), os anexos abaixo relacionados, dispostos na seguinte ordem:

Anexo I – Termo de referência: Quadro de Quantidades e Custos, Especificações e Condições Gerais de Entrega e Execução;

Anexo II – Requisitos de Habilitação;

Anexo III – Modelo de proposta;

Anexo IV – Modelo de declaração de indicação do representante legal para assinatura do contrato;

Anexo V – Modelo de declaração de ciência quanto a responsabilidade pela atualização de dados cadastrais e bancários;

Anexo VI – Modelo de declaração de enquadramento ME/EPP;

Anexo VII – Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo VIII – Minuta de Contrato.

Link Decreto Municipal 39.132/2023: <http://leismunicipa.is/0fewh>

Araucária, 09 de Fevereiro de 2026.

SÉRGIO RICARDO HEY
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 172.203/2025

PREGÃO (ELETRÔNICO) N.º 06/2026

1. QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS

1.1 LOTE ÚNICO – DESTINADA À AMPLA CONCORRÊNCIA.

ITEM	IPM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	253787	632597	KIT BEBÊ, contendo: 01 mochila escolar 01 agenda personalizada 01 colher infantil 01 copo de transição infantil 01 prato para refeição infantil	UNID	290	R\$ 289,32	R\$ 83.902,80
2	253787	632597	KIT INFANTIL I e II, contendo: 01 mochila escolar; 01 agenda personalizada; 01 apontador de lápis com depósito; 02 cadernos de desenho grande; 01 embalagem de cola em gel; 01 caixa de giz de cera; 02 caixas de lápis de cor 12 cores; 02 lápis preto jumbo; 02 caixas de massa para modelar; 100 folhas de papel sulfite A4; 01 pasta escolar tamanho ofício 02 pincéis n° 12; 02 embalagens de tinta guache com 6 cores	UNID	2.210	R\$ 309,32	R\$ 683.597,20

3	253787	632597	KIT INFANTIL III, IV e V, contendo: 01 mochila escolar; 01 agenda personalizada; 01 apontador de lápis com depósito; 01 borracha escolar grande; 02 cadernos de desenho grande; 02 embalagens de cola branca 150 gramas; 02 caixas de giz de cera; 02 caixas de lápis de cor 12 cores;; 10 lápis preto HB; 02 caixas de massa para modelar; 100 folhas de papel sulfite A4; 01 pasta escolar tamanho ofício 02 pincéis nº 12; 01 régua 30 cm; 01 tesoura escolar sem ponta; 02 embalagens de tinta guache com 6 cores	UND	5.653	R\$ 346,65	R\$ 1.959.612,45
4	253788	635298	KIT 1º, 2º e 3º anos, contendo: 01 mochila escolar; 01 agenda personalizada; 01 apontador de lápis com depósito; 01 borracha escolar grande; 02 cadernos de desenho grande; 03 cadernos de brochura com linhas; 02 cadernos quadriculado; 02 embalagens de cola branca 150 gramas; 01 caixas de lápis de cor 12 cores; 10 lápis preto HB; 100 folhas de papel sulfite A4; 01 pasta escolar tamanho ofício; 01 régua 30 cm; 01 tesoura escolar sem ponta;	UNID	6.845	R\$ 373,40	R\$ 2.555.923,00

5	253788	635298	KIT 4º e 5º anos, contendo: 01 mochila escolar; 01 agenda personalizada; 01 apontador de lápis com depósito; 01 borracha escolar grande; 02 cadernos de desenho grande; 05 cadernos de brochura com linhas; 02 cadernos quadriculado; 01 caixa de caneta hidrográfica; 03 canetas esferográfica azul ponta média; 03 canetas esferográfica preta ponta média; 02 embalagens de cola branca 150 gramas; 01 caixas de lápis de cor 12 cores; 10 lápis preto HB; 01 pasta escolar tamanho ofício; 01 régua 30 cm; 01 tesoura escolar sem ponta;	UNID	4.081	R\$ 400,06	R\$ 1.632.644,86
VALOR TOTAL ESTIMADO							R\$ 6.915.680,31

Obs.: Em caso de existência de discordância entre as especificações do objeto descritas no sistema Compras.gov.br, prevalecerão as constantes neste Edital.



2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 A contratação é fundamentada no Estudo Técnico Preliminar ETP, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, que demonstrou:

2.1.1 A necessidade de disponibilização de materiais pedagógicos essenciais para assegurar condições adequadas de acesso e permanência dos estudantes;

2.1.2 O aumento do quantitativo de matriculados na rede, exigindo atualização dos valores previstos;

2.1.3 A inviabilidade operacional e pedagógica de iniciar o ano letivo sem o fornecimento simultâneo dos kits;

2.1.4 A necessidade de padronização dos materiais, evitando discrepâncias entre unidades;

2.1.5 A comprovação da economicidade da aquisição integrada, conforme levantamento de mercado;

2.1.6 A previsão da contratação no Plano de Contratações Anual (PCA), com adequações tramitando no Processo nº 164511/2025 e Processo 8011/2026.

2.2 Além disso, a montagem manual dos kits pela equipe existente acarretaria impacto direto sobre as atividades administrativas e pedagógicas da Secretaria, desviando servidores de suas funções estratégicas e comprometendo a eficiência do serviço público. Assim, a aquisição dos kits já organizados pelo fornecedor configura medida que atende aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, previstos no art. 5º e no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

2.3 Importante destacar que o presente processo não se confunde com o Processo Administrativo nº 92165/2025, que versa sobre a aquisição de materiais escolares avulsos. Enquanto o PA 92165/2025 tem por objeto o fornecimento de itens destinados ao uso dos docentes nas atividades pedagógicas e administrativas, o presente procedimento tem como finalidade a aquisição de kits completos e individualizados para entrega aos discentes, garantindo padronização, isonomia e distribuição equitativa entre os estudantes da rede.

2.4 Trata-se, portanto, de objetos distintos, com finalidades, públicos-alvo e especificidades técnicas próprias, o que justifica a tramitação em procedimentos separados, observando-se o princípio do planejamento e a correta segregação de objetos, conforme as diretrizes do art. 12, I e II, da Lei nº 14.133/2021.

2.5 Diante do exposto, resta demonstrada a necessidade, adequação e pertinência da contratação, bem como sua compatibilidade com as normas legais e com os princípios que regem a Administração Pública.

2.6 O ETP ainda concluiu pela pertinência técnica, pedagógica e jurídica da solução proposta, de modo a assegurar igualdade material entre os estudantes e eficiência administrativa.

2.7 Os objetos da presente contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, nos termos do inciso XIII do artigo 6º da Lei 14.133, de 2021. **2.8** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 39.132, de 2023.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO



3.1 ITEM 01 – KIT BEBÊ

3.1.1 01 MOCHILA PERSONALIZADA COSTAL OU USO COM TRAÇÃO:

3.1.1.1 - Mochila com carrinho, em material rip stop com 299 g/m², plastificado com policloreto de vinila, tecido plano, com desenhos geométricos, desenvolvidos para maior resistência e durabilidade, sendo losango em alto relevo, 4mm x 4mm, e um em baixo relevo, ambos com um círculo central, na cor pantone 19-3943 tpg, detalhes na cor pantone 18-4835 tpg e na cor pantone 11-0601 tpg.

3.1.1.2 - Mochila com 4 compartimentos: Compartimento principal, compartimento frontal com 2 compartimentos, bolso superior, bolso inferior dublado, compartimento lateral, bolso lateral na cor pantone 18-4835 tpg.

3.1.1.3 - Mochila com medidas de:

3.1.1.3.1. Altura 35 cm.

3.1.1.3.2. Largura 29 cm.

3.1.1.3.3. Profundidade 14 cm.

3.1.1.3.4. Aproximadamente 13 litros.

3.1.1.4 - Compartimento frontal: com medida de 35 cm de altura por 29 cm de largura, 4 cm de fundo.

3.1.1.5 - Frente: composta por 2 divisões, sobre este, compartimento superior a 13 cm, medida apurada da base do bolso até o friso superior, bolso em formato de meia lua, com medida de 23 cm de largura por 10,5 cm de altura e 2 cm de profundidade com fechamento por zíper número 6 mm na cor pantone 19-3943 tpg, e um cursor na cor preto, com comprimento de 24 cm, canal do zíper em tecido rip stop na cor pantone 18-4835 tpg, em duas partes medindo cada uma 6 cm de comprimento por 2 cm de largura com total do fole do zíper de 36 cm, bolso terá acabamento em friso 4/11 mm Co extrusado na cor pantone 18-4835 tpg. Divisão inferior em três partes anatômica, uma na horizontal acima do bolso na cor pantone 19-3943 tpg com 230 mm de comprimento na parte de cima e 195 mm parte de baixo, e dois foles lateral, na vertical na cor pantone 18-4835 tpg, em formato anatômico, com 200 mm de altura, com 45 mm de largura no encontro com o zíper, dando o formato de u invertido para o bolso. No centro, um bolso em formato de u invertido, na cor pantone 11-0601 tpg, dublado e conformado com 22 cm de altura por 21 cm de largura, 3 cm de profundidade, sublimado em degrade, com proteção em brilho.

3.1.1.6 Para dublagem do bolso: material rip stop na cor pantone 11-0601 tpg, parte externa, filme de pvc, poliroll reciclado para modelar o bolso, filme de pvc, e helanca light, na cor pantone 18-4835 tpg, tecido interno. Bolso estruturado com sulcos, com 0,5 cm de largura e 0,2 cm de profundidade, 2 sulcos na vertical a 5 cm da lateral, no centro 6 divisórias, 1ª com 11 cm de largura por 11 cm de altura, **onde será impresso a logo do município, conforme logo a seguir**, 2º, 3º, 4º, 5º com 2 cm de altura terminando em 14 cm de largura, 6º 1 cm de altura por 15 cm de largura. Bolso contornado por friso 4/11 mm co extrusado na cor pantone



18-4835 tpg.



3.1.1.7 - Corpo principal, com altura de 35 cm, largura 29 cm, fundo 13 cm, foles corpo com fechamento através de zíper número 6 mm na cor pantone 19-3943 tpg, e dois cursores preto número 6 mm, com 48 cm de comprimento, costurado no meio de dois foles zíper, fole anterior com 4 cm de largura por 48 cm de comprimento, fole posterior com 9 cm de largura por 48 cm de comprimento. Foles inferior com aproximadamente 64 cm de comprimento por 14 cm de largura, contendo um bolso lateral na cor pantone 18-4835 tpg, com medidas de 15 cm de largura por 14 cm de altura, fechamento do bolso na parte inferior por costura interna, com fechamento na parte superior em cordel guarnecido de borracha de 2,5 cm de largura na cor pantone 19-3943 tpg, costurado dobrado com 11 mm de cada lado, a 2 cm da costura do fole inferior com o superior. _etiqueta: no lado esquerdo da mochila, na parte interna do compartimento principal lado esquerdo deverá conter etiqueta com a logomarca do fabricante, CNPJ, composição do tecido principal, composição do forro e etiqueta de venda proibida, conforme CONMETRO.

3.1.1.8 - Costas: confeccionada em tecido rip stop, acoplada com forrada em tecido, com os seguintes parâmetros: tecido rip stop maquinado com desenhos geométricos para maior resistência e durabilidade, losango 5x3 mm, com fio de massa preto na cor pantone 18-4835 tpg. Alças de ombro, na cor pantone 19-3943 tpg, alça de ombro com desenho anatômico para melhor acomodação e distribuição de peso, almofadada com espuma de polipropileno expandido de 0,6 cm com 38 cm de comprimento por 6 cm de largura, com acabamento em viés tipo boneon de 2,5 cm, na cor pantone 19-3943 tpg, na extremidade oposta terá um regulador triplo de plástico de 2,5 cm na cor na cor pantone 19-3943 tpg. As mesmas costuradas sob viés co extrusado, junto um cadarço tipo ctf 2,5 cm na cor pantone 19-3943 tpg, com 220 mm de comprimento, como alça de mão. Nas laterais inferiores das costas, serão costurados dois triângulos na cor pantone 19-3943 tpg, para fixação dos cadarços tipo ctf 2,5 cm com 45 cm de comprimento, deverá ser costurado nas alças inferiores, por costura tipo



mosca, ponteira em couro com 26 mm de largura e 30 mm de comprimento para evitar o esgarçamento.

3.1.1.9 Sobre as costas haverá um protetor costal, em material formato de colmeia, acolchoada com espuma pack 0,4 cm, formando 3 gomos com 15 cm de comprimento por 8 cm de largura, um na horizontal parte inferior e dois nas laterais na vertical, com os cantos arredondados. Protetor costal forrada com poliéster 600 na cor pantone 19-3943 tpg, no protetor costal centralizada será fixado, identificador do aluno em couro sintético na cor pantone 11-0601 tpg, contento espaço para ser colocado as seguintes informações, nome, série e telefone.

3.1.1.10 - Para acoplar a mochila ao carrinho, deve ser costurado nas laterais inferiores, de forma centralizada, cadarço tipo ctf 30 mm com engate tipo macho para ser preso na parte fêmea do carrinho, também será fixado através de cadarço 30 mm a 6 cm da borda superior engate fêmea que deverá ser acoplado no fecho engate macho do carrinho.

3.1.1.11 - Acabamento externo em friso co extrusado 4/11 mm na cor pantone 18-4835 tpg, nos três compartimentos, bolso frontal inferior, bolso frontal superior e compartimento principal. Dando armação a mochila.

3.1.1.12 - Acabamento interno dos bolsos e corpo, em fita de 2,7 cm em tecido não tecido na cor pantone 18-4835 tpg, e gramatura 80 g/m².

3.1.1.13 - Costura, a mochila deverá ser costurada com fio 60 100 % poliamida nas cores do tecido.

3.1.1.14 - A mochila deverá ser confeccionada em material moderno e resistente.

3.1.1.15 - Deverão ser apresentados juntamente com a proposta ajustada, os laudos emitidos por laboratório acreditado pelo INMETRO, dos materiais utilizados para confecção da mochila, conforme tabelas. As medidas poderão ter diferença de até 0.8 cm para +/-.

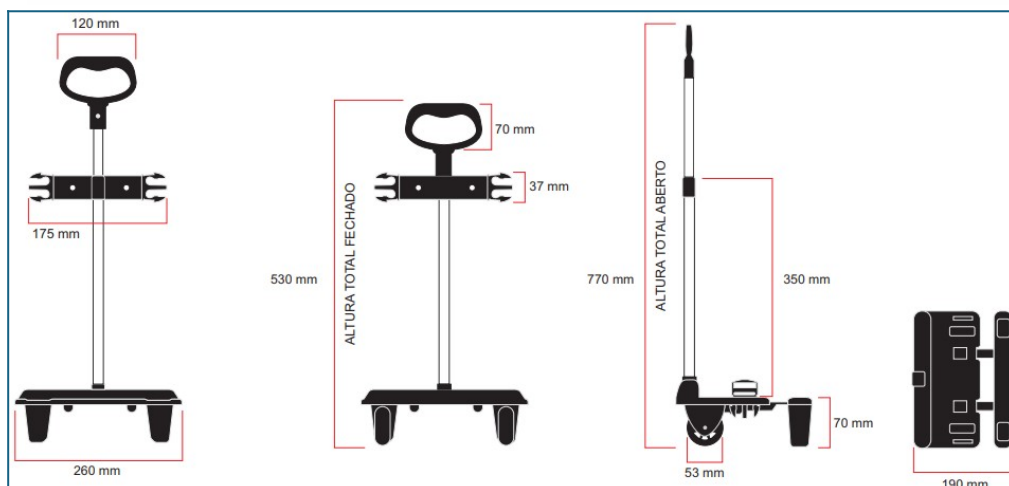
3.1.1.16 - Formato oval: atura 35 cm, largura 29 cm e profundidade 14 cm.

3.1.1.17 - Carrinho de haste simples com 77 cm de altura aberto, 53 cm de altura fechado, com rodinhas em gel na cor pantone 18-4835 tpg, base expansiva com engate fêmea, haste em alumínio, partes injetadas em plástico preto, conforme ilustração.

3.1.1.18 Imagem ilustrativa da Mochila Personalizada, com costal e carrinho:

3.1.1.19 Imagem ilustrativa Carrinho:





3.1.1.20 Imagem ilustrativa Forro:

3.1.2 - 01 AGENDA PERSONALIZADA

3.1.2.1 De acordo com layout a ser disponibilizado e aprovado pela SMED, obrigatoriamente contendo a logo do município, contida no item anterior.

3.1.2.2 **Agenda permanente personalizada do aluno** / comunicação pais / composta por espiral plástico, bolsa canguru, elástico e régua marcadora em pp, dimensões mínimas: 140 mm x 180 mm, miolo deverá possuir 216 páginas (108 folhas – frente e verso), impresso em 4x1, em papel offset e gramatura mínima de 75 / gm², capas plásticas, espessura 0,50 mm com impressão em cromia, com tintas atóxicas e de alta resistência. Na contracapa deverá estar fixado elástico revestido de tecido, com terminais plásticos, para facilitar o fechamento. A montagem deverá seguir a seguinte descrição: bolsa canguru plástica, com compartimento frente e verso. Página 1: identificação do aluno (dados pessoais), página 2: texto da Secretaria Municipal de Educação, página 3: calendário escolar 2026, página 4 e 5: endereços das escolas e CMEI 's municipais, página 6: Hino Nacional Brasileiro, página 7: Hino do Estado do Paraná, página 8: Hino do Município de Araucária, página 9 e 10: anotações para datas de avaliação, página 11 e 12: anotações para datas de entrega de trabalhos, página 13: quadro de notas, página 14: datas comemorativas, página 15: descrição do corpo humano, página 16: mapa do Brasil, página 17 a 216 – Anotações – Registro da rotina diária. Entre as páginas deverá haver uma régua de 18 cm com função marca texto. Será obrigatória a apresentação, para as partes plásticas (capas, espiral, bolsa canguru, régua marca texto, elástico e terminais) a apresentação de laudos laboratoriais, acreditados pelo INMETRO, atestando atendimento das normas ABNT NBR 15.236:2021 e 16.040:2020 junto as amostras.

3.1.3 - 01 COLHER INFANTIL

3.1.3.1 Colher infantil termo sensível flexível, com proteção em silicone para bebês a partir de 6 meses, com protetor de gengiva, livre de bpa, o silicone deverá possuir sensor de temperatura, quando a temperatura do alimento excede os 40°C, torna-se de outra cor, indicando que está muito quente para o consumo do bebê. cabo 100% polipropileno (pp). o produto deverá ser entregue em cor neutra.

3.1.4 - 01 COPO DE TRANSIÇÃO INFANTIL



3.1.4.1 Copo de transição infantil, recipiente e tampa 100% polipropileno (pp), alças 90% polipropileno (pp), 10% elastômero termoplástico (tpe), bico 100% silicone, que seja livre de bpa, capacidade de 250 ml, para utilização por bebês a partir de 6 meses, com sistema antivazamento. o produto poderá ser esterilizado em água fervida podendo ir ao micro-ondas e freezer. o produto deverá ser entregue na cor gelo/transparente.

3.1.5 - 01 PRATO PARA REFEIÇÃO INFANTIL

3.1.5.1 Prato para refeição infantil em silicone, com 3 divisórias e ventosa na base, redondo, livre de bpa e ftalatos, atóxico, altura 4 cm x largura 20 cm x profundidade 3 cm. o produto deverá ser entregue em cor neutra.

3.2 ITEM 02 – KIT INFANTIL I e II

3.2.1 - 01 MOCHILA PERSONALIZADA COSTAL OU USO COM TRAÇÃO:

3.2.1.1 - Mochila com carrinho, em material rip stop com 299 g/m², plastificado com policloreto de vinila, tecido plano, com desenhos geométricos, desenvolvidos para maior resistência e durabilidade, sendo losango em alto relevo, 4mm x 4mm, e um em baixo relevo, ambos com um círculo central, na cor pantone 19-3943 tpg, detalhes na cor pantone 18-4835 tpg e na cor pantone 11-0601 tpg.

3.2.1.2 - Mochila com 4 compartimentos.

3.2.1.3 Compartimento principal, compartimento frontal com 2 compartimentos, bolso superior, bolso inferior dublado, compartimento lateral, bolso lateral na cor pantone 18-4835 tpg.

3.2.1.4 - Mochila com medidas de:

3.2.1.4.1. Altura 35 cm.

3.2.1.4.2. Largura 29 cm.

3.2.1.4.3. Profundidade 14 cm.

3.2.1.4.4. Aproximadamente 13 litros.

3.2.1.5 - Compartimento frontal: com medida de 35 cm de altura por 29 cm de largura, 4 cm de fundo.

3.2.1.6 - Frente: composta por 2 divisões, sobre este, compartimento superior a 13 cm, medida apurada da base do bolso até o friso superior, bolso em formato de meia lua, com medida de 23 cm de largura por 10,5 cm de altura e 2 cm de profundidade com fechamento por zíper número 6 mm na cor pantone 19-3943 tpg, e um cursor na cor preto, com comprimento de 24 cm, canal do zíper em tecido rip stop na cor pantone 18-4835 tpg, em duas partes medindo cada uma 6 cm de comprimento por 2 cm de largura com total do fole do zíper de 36 cm, bolso terá acabamento em friso 4/11 mm co extrusado na cor pantone 18-4835 tpg. Divisão inferior em três partes anatômica, uma na horizontal acima do bolso na cor



pantone 19-3943 tpg com 230 mm de comprimento na parte de cima e 195 mm parte de baixo, e dois foles lateral, na vertical na cor pantone 18-4835 tpg, em formato anatômico, com 200 mm de altura, com 45 mm de largura no encontro com o zíper, dando o formato de u invertido para o bolso. No centro, um bolso em formato de u invertido, na cor pantone 11-0601 tpg, dublado e conformado com 22 cm de altura por 21 cm de largura, 3 cm de profundidade, sublimado em degrade, com proteção em brilho.

3.2.1.7 Para dublagem do bolso: material rip stop na cor pantone 11-0601 tpg, parte externa, filme de pvc, poliroll reciclado para modelar o bolso, filme de pvc, e helanca light, na cor pantone 18-4835 tpg, tecido interno. Bolso estruturado com sulcos, com 0,5 cm de largura e 0,2 cm de profundidade, 2 sulcos na vertical a 5 cm da lateral, no centro 6 divisórias, 1ª com 11 cm de largura por 11 cm de altura, **onde será impresso a logo do município, conforme logo a seguir**, 2º, 3º, 4º, 5º com 2 cm de altura terminando em 14 cm de largura, 6º 1 cm de altura por 15 cm de largura. Bolso contornado por friso 4/11 mm co extrusado na cor pantone 18-4835 tpg.



3.2.1.8 - Corpo principal, com altura de 35 cm, largura 29 cm, fundo 13 cm, foles corpo com fechamento através de zíper número 6 mm na cor pantone 19-3943 tpg, e dois cursores preto número 6 mm, com 48 cm de comprimento, costurado no meio de dois foles zíper, fole anterior com 4 cm de largura por 48 cm de comprimento, fole posterior com 9 cm de largura por 48 cm de comprimento. Foles inferior com aproximadamente 64 cm de comprimento por 14 cm de largura, contendo um bolso lateral na cor pantone 18-4835 tpg, com medidas de 15 cm de largura por 14 cm de altura, fechamento do bolso na parte inferior por costura interna, com fechamento na parte superior em cordel guarnecido de borracha de 2,5 cm de largura na cor pantone 19-3943 tpg, costurado dobrado com 11 mm de cada lado, a 2 cm da costura do fole inferior com o superior. _etiqueta: no lado esquerdo da mochila, na parte interna do compartimento principal lado esquerdo deverá conter etiqueta com a logomarca do fabricante, CNPJ, composição do tecido principal, composição do forro e etiqueta de venda proibida,



conforme CONMETRO..

3.2.1.9 - Costas: confeccionada em tecido rip stop, acoplada com forrada em tecido, com os seguintes parâmetros: tecido rip stop maquinado com desenhos geométricos para maior resistência e durabilidade, losango 5x3 mm, com fio de massa preto na cor pantone 18-4835 tpg. Alças de ombro, na cor pantone 19-3943 tpg, alça de ombro com desenho anatômico para melhor acomodação e distribuição de peso, almofadada com espuma de polipropileno expandido de 0,6 cm com 38 cm de comprimento por 6 cm de largura, com acabamento em viés tipo boneon de 2,5 cm, na cor pantone 19-3943 tpg, na extremidade oposta terá um regulador triplo de plástico de 2,5 cm na cor na cor pantone 19-3943 tpg. As mesmas costuradas sob viés co extrusado, junto um cadarço tipo ctf 2,5 cm na cor pantone 19-3943 tpg, com 220 mm de comprimento, como alça de mão. Nas laterais inferiores das costas, serão costurados dois triângulos na cor pantone 19-3943 tpg, para fixação dos cadarços tipo ctf 2,5 cm com 45 cm de comprimento, deverá ser costurado nas alças inferiores, por costura tipo mosca, ponteira em couro com 26 mm de largura e 30 mm de comprimento para evitar o esgarçamento.

3.2.1.10 Sobre as costas haverá um protetor costal, em material formato de colmeia, acolchoada com espuma pack 0,4 cm, formando 3 gomos com 15 cm de comprimento por 8 cm de largura, um na horizontal parte inferior e dois nas laterais na vertical, com os cantos arredondados. Protetor costal forrada com poliéster 600 na cor pantone 19-3943 tpg, no protetor costal centralizada será fixado, identificador do aluno em couro sintético na cor pantone 11-0601 tpg, conteúdo espaço para ser colocado as seguintes informações, nome, série e telefone.

3.2.1.11 - Para acoplar a mochila ao carrinho, deve ser costurado nas laterais inferiores, de forma centralizada, cadarço tipo ctf 30 mm com engate tipo macho para ser preso na parte fêmea do carrinho, também será fixado através de cadarço 30 mm a 6 cm da borda superior engate fêmea que deverá ser acoplado no fecho engate macho do carrinho.

3.2.1.12 - Acabamento externo em friso co extrusado 4/11 mm na cor pantone 18-4835 tpg, nos três compartimentos, bolso frontal inferior, bolso frontal superior e compartimento principal. Dando armação a mochila.

3.2.1.13 - Acabamento interno dos bolsos e corpo, em fita de 2,7 cm em tecido não tecido na cor pantone 18-4835 tpg, e gramatura 80 g/m².

3.2.1.14 - Costura, a mochila deverá ser costurada com fio 60 100 % poliamida nas cores do tecido.

3.2.1.15 - A mochila deverá ser confeccionada em material moderno e resistente.

3.2.1.16 - Deverão ser apresentados juntamente com a proposta ajustada, os laudos emitidos por laboratório acreditado pelo INMETRO, dos materiais utilizados para confecção da mochila, conforme tabelas. As medidas poderão ter diferença de até 0.8 cm para +/-.

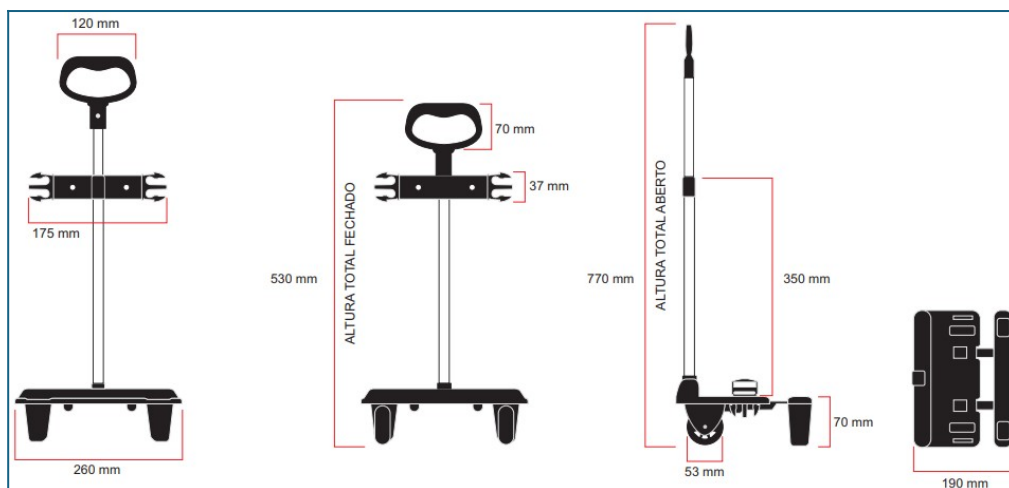
3.2.1.17 - Formato oval: atura 35 cm, largura 29 cm e profundidade 14 cm.



3.2.1.18 - Carrinho de haste simples com 77 cm de altura aberto, 53 cm de altura fechado, com rodinhas em gel na cor pantone 18-4835 tpg, base expansiva com engate fêmea, haste em alumínio, partes injetadas em plástico preto, conforme ilustração.

3.2.1.19 Imagem ilustrativa da Mochila Personalizada, com costal e carrinho:

3.2.1.20 Imagem ilustrativa Carrinho:



3.2.1.21 Imagem ilustrativa Forro:

3.2.2 - 01 AGENDA PERSONALIZADA

3.2.2.1 De acordo com layout a ser disponibilizado e aprovado pela SMED, obrigatoriamente contendo a logo do município, contida no item anterior.

3.2.2.2 **Agenda permanente personalizada do aluno** / comunicação pais / composta por espiral plástico, bolsa canguru, elástico e régua marcadora em pp, dimensões mínimas: 140 mm x 180 mm, miolo deverá possuir 216 páginas (108 folhas – frente e verso), impresso em 4x1, em papel offset e gramatura mínima de 75 / gm², capas plásticas, espessura 0,50 mm com impressão em cromia, com tintas atóxicas e de alta resistência. Na contracapa deverá estar fixado elástico revestido de tecido, com terminais plásticos, para facilitar o fechamento. A montagem deverá seguir a seguinte descrição: bolsa canguru plástica, com compartimento frente e verso. Página 1: identificação do aluno (dados pessoais), página 2: texto da Secretaria Municipal de Educação, página 3: calendário escolar 2026, página 4 e 5: endereços das escolas e CMEI 's municipais, página 6: Hino Nacional Brasileiro, página 7: Hino do Estado do Paraná, página 8: Hino do Município de Araucária, página 9 e 10: anotações para datas de avaliação, página 11 e 12: anotações para datas de entrega de trabalhos, página 13: quadro de notas, página 14: datas comemorativas, página 15: descrição do corpo humano, página 16: mapa do Brasil, página 17 a 216 – Anotações – Registro da rotina diária. Entre as páginas deverá haver uma régua de 18 cm com função marca texto. Será obrigatória a apresentação, para as partes plásticas (capas, espiral, bolsa canguru, régua marca texto, elástico e terminais) a apresentação de laudos laboratoriais, acreditados pelo INMETRO, atestando atendimento



das normas ABNT NBR 15.236:2021 e 16.040:2020 junto as amostras.

3.2.3 - **02 CADERNOS DE DESENHO GRANDE PERSONALIZADO:**

3.2.3.1 Caderno de desenho e cartografia, brochura, capa cartão supremo 220 gramas, medidas mínimas 275 x 200 mm, com 96 folhas, folhas internas em papel off set 63/m², o caderno deverá ser personalizado conforme a arte a ser oferecida pela prefeitura..

3.2.4 - **01 APONTADOR DE LÁPIS COM DEPÓSITO:**

3.2.4.1 Apontador 3 furos com depósito corpo triangular que facilita a pega e uso, garantindo maior conforto. apontador com depósito. 3 tipos de furo: para lápis grafite, lápis de cor e lápis jumbo. dimensões: altura:6,50 centímetros largura: 4,50 centímetros profundidade:4,50 centímetros peso:30,00 gramas. produto com selo do INMETRO.

3.2.5 - **01 COLA EM GEL:**

3.2.5.1 Embalagem de cola em gel, frasco contendo no mínimo 38 gramas de cola transparente e em gel, medindo 16 cm de comprimento. Composição: resina sintética, água e preservantes. Cola apropriada para colagem de papéis, tecido, fotos, cartões, etc. Tubo contendo dois bicos aplicadores, sendo um bico aplicador para colagens de detalhes e outro para colagem de áreas maiores. Produto certificado pelo INMETRO.

3.2.6 - **01 GIZ DE CERA:**

3.2.6.1 Caixa de giz de cera contendo no mínimo 12 unidades em cores diferentes de giz de cera, formato triangular, com superfície lisa e uniforme, isenta de defeitos e deformações, confeccionado com ceras, cargas minerais inertes e pigmentos. dimensões do giz 8,5 x 1,1 x 101 cm, peso mínimo de 94 gramas. o produto deve ser macio, e possuir alto poder de cobertura. o giz deverá ser envolvido por uma proteção em papel informando a cor do giz para evitar a quebra e não sujar as mãos. são obrigatórias as cores: preto, amarelo, vermelho, azul claro, azul escuro, verde claro, verde escuro, marrom, branco, laranja, rosa e roxo. produto certificado pelo INMETRO.

3.2.7 - **02 CAIXAS DE LÁPIS DE COR:**

3.2.7.1 Caixa de lápis de cor - corpo sextavado; - composição: grafite; - cargas inertes; - material cerâmico e madeira reflorestada. a espessura do grafite deverá ser de no mínimo 3mm. o produto deverá conter na embalagem certificado fsc, a caixa deverá conter no mínimo 12 lápis de cor com cores diferentes, produto certificado pelo INMETRO.

3.2.8 - **02 LÁPIS PRETO JUMBO:**

3.2.8.1 Lápis preto jumbo triangular nº 02. lápis grafite, formato jumbo produto certificado pelo INMETRO.

3.2.9 - **02 CAIXAS DE MASSA DE MODELAR:**

3.2.9.1 Caixa de massa de modelar contendo 12 cores. Desenvolve habilidades motoras



finas em crianças. Composta de pastilhinha não endurece com facilidade plástica com cores intensas misturáveis não mancham não grudam fácil de limpar das mãos apenas água e sabão. Contendo obrigatoriamente as cores marrom, mínimo dois tons de azul, verde, vermelho, branco, amarelo, cinza e preto. Cada bastão deve pesar no mínimo quinze, três gramas. Embalagem contendo marca e importador ou distribuidor quando importado, selo do INMETRO, código de barras, número do registro e ocp, peso do bastão e abertura para melhor visualização do produto. A massa deve vir em embalagem plástica e ser composta por pigmentos orgânicos, resina de origem vegetal, carbonato de cálcio, parafina macro, cristalina e óleo parafínico. Armazenar em local fresco e arejado se possível em temperatura de 25 graus Celsius.

3.2.10 - 01 EMBALAGEM DE PAPEL SULFITE A4:

3.2.10.1 01 embalagem com 100 folhas de papel sulfite a4 na cor branca multiuso, medindo aproximadamente 21x29,7 cm, com selo fsc e cerflor certificado pelo INMETRO.

3.2.11 - 01 PASTA ESCOLAR TAMANHO OFÍCIO:

3.2.11.1 Pasta escolar formato ofício, com abas, elástico e lombada expansível, medindo 265 x 355 mm, confeccionada com lâmina de polipropileno pp biodegradável azul translúcido -natural-, espessura de 0,40 microns, acabamento com vincos na dobra, que permitam expansão da capacidade volumétrica, durante uso prolongado. a personalização e a inscrição distribuição gratuita, venda proibida, deverão ser impressas através de offset uv, com tintas atóxicas. acabamento com elástico de borracha revestido com tecido, transpassado e terminal plástico, de boa qualidade. deverá constar no verso da pasta o nome e CNPJ do fabricante, data de fabricação, inscrição do símbolo do pp biodegradável. serão exigidos laudos que atestem conformidade com as normas ABNT NBR 15236-2021 - completa isenção de ftalatos, toxicologia, metais pesados e resistência mecânica) e norma ABNT NBR 16.040-2020, além de laudo atestando níveis aceitáveis de bisfenol-a -bpa- emitidos por laboratório credenciado pelo INMETRO. será exigido documento apropriado atestando o uso do aditivo biodegradável em conformidade com o padrão de testes astm 6954-04, norma bs 8472. obrigatória certificação válida do INMETRO.

3.2.12 - 02 PINCEIS Nº 12:

3.2.12.1 Pincel nº 12, em cabo de madeira chato, comprimento de aproximadamente 22cm, de boa qualidade, cerdas sintéticas, finas, suaves e macias, código de barras impresso no produto.

3.2.13 - 02 EMBALAGENS DE TINTA GUACHE:

3.2.13.1 Embalagem de tinta guache escolar, sendo caixa com 06 cores diferentes, vivas e miscíveis entre si, solúvel em água. frascos com no mínimo 15 ml. produzido a base de resinas, água, pigmentos, carga e conservantes. indicada para crianças a partir de 03 anos de idade. produto certificado pelo INMETRO. deverá apresentar, juntamente com a amostra, certificado do INMETRO com a data de validade vigente.

3.3 - ITEM 03 – KIT INFANTIL III, IV e IV



3.3.1 - 01 MOCHILA PERSONALIZADA COSTAL OU USO COM TRAÇÃO:

3.3.1.1 - Mochila com carrinho, em material rip stop com 299 g/m², plastificado com policloreto de vinila, tecido plano, com desenhos geométricos, desenvolvidos para maior resistência e durabilidade, sendo losango em alto relevo, 4mm x 4mm, e um em baixo relevo, ambos com um círculo central, na cor pantone 19-3943 tpg, detalhes na cor pantone 18-4835 tpg e na cor pantone 11-0601 tpg.

3.3.1.2 - Mochila com 4 compartimentos.

3.3.1.3 Compartimento principal, compartimento frontal com 2 compartimentos, bolso superior, bolso inferior dublado, compartimento lateral, bolso lateral na cor pantone 18-4835 tpg.

3.3.1.4 - Mochila com medidas de:

3.3.1.4.1. Altura 35 cm.

3.3.1.4.2. Largura 29 cm.

3.3.1.4.3. Profundidade 14 cm.

3.3.1.4.4. Aproximadamente 13 litros.

3.3.1.5 - Compartimento frontal: com medida de 35 cm de altura por 29 cm de largura, 4 cm de fundo.

3.3.1.6 - Frente: composta por 2 divisões, sobre este, compartimento superior a 13 cm, medida apurada da base do bolso até o friso superior, bolso em formato de meia lua, com medida de 23 cm de largura por 10,5 cm de altura e 2 cm de profundidade com fechamento por zíper número 6 mm na cor pantone 19-3943 tpg, e um cursor na cor preto, com comprimento de 24 cm, canal do zíper em tecido rip stop na cor pantone 18-4835 tpg, em duas partes medindo cada uma 6 cm de comprimento por 2 cm de largura com total do fole do zíper de 36 cm, bolso terá acabamento em friso 4/11 mm co extrusado na cor pantone 18-4835 tpg. Divisão inferior em três partes anatômica, uma na horizontal acima do bolso na cor pantone 19-3943 tpg com 230 mm de comprimento na parte de cima e 195 mm parte de baixo, e dois foles lateral, na vertical na cor pantone 18-4835 tpg, em formato anatômico, com 200 mm de altura, com 45 mm de largura no encontro com o zíper, dando o formato de u invertido para o bolso. No centro, um bolso em formato de u invertido, na cor pantone 11-0601 tpg, dublado e conformado com 22 cm de altura por 21 cm de largura, 3 cm de profundidade, sublimado em degrade, com proteção em brilho.

3.3.1.7 Para dublagem do bolso: material rip stop na cor pantone 11-0601 tpg, parte externa, filme de pvc, poliroll reciclado para modelar o bolso, filme de pvc, e helanca light, na cor pantone 18-4835 tpg, tecido interno. Bolso estruturado com sulcos, com 0,5 cm de largura e 0,2 cm de profundidade, 2 sulcos na vertical a 5 cm da lateral, no centro 6 divisórias, 1ª com 11 cm de largura por 11 cm de altura, **onde será impresso a logo do município, conforme logo a seguir**, 2º, 3º, 4º, 5º com 2 cm de altura terminando em 14 cm de largura, 6º 1 cm de altura por 15 cm de largura. Bolso contornado por friso 4/11 mm co extrusado na cor pantone



18-4835 tpg.



3.3.1.8 - Corpo principal, com altura de 35 cm, largura 29 cm, fundo 13 cm, foles corpo com fechamento através de zíper número 6 mm na cor pantone 19-3943 tpg, e dois cursores preto número 6 mm, com 48 cm de comprimento, costurado no meio de dois foles zíper, fole anterior com 4 cm de largura por 48 cm de comprimento, fole posterior com 9 cm de largura por 48 cm de comprimento. Foles inferior com aproximadamente 64 cm de comprimento por 14 cm de largura, contendo um bolso lateral na cor pantone 18-4835 tpg, com medidas de 15 cm de largura por 14 cm de altura, fechamento do bolso na parte inferior por costura interna, com fechamento na parte superior em cordel guarnecido de borracha de 2,5 cm de largura na cor pantone 19-3943 tpg, costurado dobrado com 11 mm de cada lado, a 2 cm da costura do fole inferior com o superior. _etiqueta: no lado esquerdo da mochila, na parte interna do compartimento principal lado esquerdo deverá conter etiqueta com a logomarca do fabricante, CNPJ, composição do tecido principal, composição do forro e etiqueta de venda proibida, conforme CONMETRO..

3.3.1.9 - Costas: confeccionada em tecido rip stop, acoplada com forrada em tecido, com os seguintes parâmetros: tecido rip stop maquinado com desenhos geométricos para maior resistência e durabilidade, losango 5x3 mm, com fio de massa preto na cor pantone 18-4835 tpg. Alças de ombro, na cor pantone 19-3943 tpg, alça de ombro com desenho anatômico para melhor acomodação e distribuição de peso, almofadada com espuma de polipropileno expandido de 0,6 cm com 38 cm de comprimento por 6 cm de largura, com acabamento em viés tipo boneon de 2,5 cm, na cor pantone 19-3943 tpg, na extremidade oposta terá um regulador triplo de plástico de 2,5 cm na cor na cor pantone 19-3943 tpg. As mesmas costuradas sob viés co extrusado, junto um cadarço tipo ctf 2,5 cm na cor pantone 19-3943 tpg, com 220 mm de comprimento, como alça de mão. Nas laterais inferiores das costas, serão costurados dois triângulos na cor pantone 19-3943 tpg, para fixação dos cadarços tipo ctf 2,5 cm com 45 cm de comprimento, deverá ser costurado nas alças inferiores, por costura tipo



mosca, ponteira em couro com 26 mm de largura e 30 mm de comprimento para evitar o esgarçamento.

3.3.1.10 Sobre as costas haverá um protetor costal, em material formato de colmeia, acolchoada com espuma pack 0,4 cm, formando 3 gomos com 15 cm de comprimento por 8 cm de largura, um na horizontal parte inferior e dois nas laterais na vertical, com os cantos arredondados. Protetor costal forrada com poliéster 600 na cor pantone 19-3943 tpg, no protetor costal centralizada será fixado, identificador do aluno em couro sintético na cor pantone 11-0601 tpg, contento espaço para ser colocado as seguintes informações, nome, série e telefone.

3.3.1.11 - Para acoplar a mochila ao carrinho, deve ser costurado nas laterais inferiores, de forma centralizada, cadarço tipo ctf 30 mm com engate tipo macho para ser preso na parte fêmea do carrinho, também será fixado através de cadarço 30 mm a 6 cm da borda superior engate fêmea que deverá ser acoplado no fecho engate macho do carrinho.

3.3.1.12 - Acabamento externo em friso co extrusado 4/11 mm na cor pantone 18-4835 tpg, nos três compartimentos, bolso frontal inferior, bolso frontal superior e compartimento principal. Dando armação a mochila.

3.3.1.13 - Acabamento interno dos bolsos e corpo, em fita de 2,7 cm em tecido não tecido na cor pantone 18-4835 tpg, e gramatura 80 g/m².

3.3.1.14 - Costura, a mochila deverá ser costurada com fio 60 100 % poliamida nas cores do tecido.

3.3.1.15 - A mochila deverá ser confeccionada em material moderno e resistente.

3.3.1.16 - Deverão ser apresentados juntamente com a proposta ajustada, os laudos emitidos por laboratório acreditado pelo INMETRO, dos materiais utilizados para confecção da mochila, conforme tabelas. As medidas poderão ter diferença de até 0.8 cm para +/-.

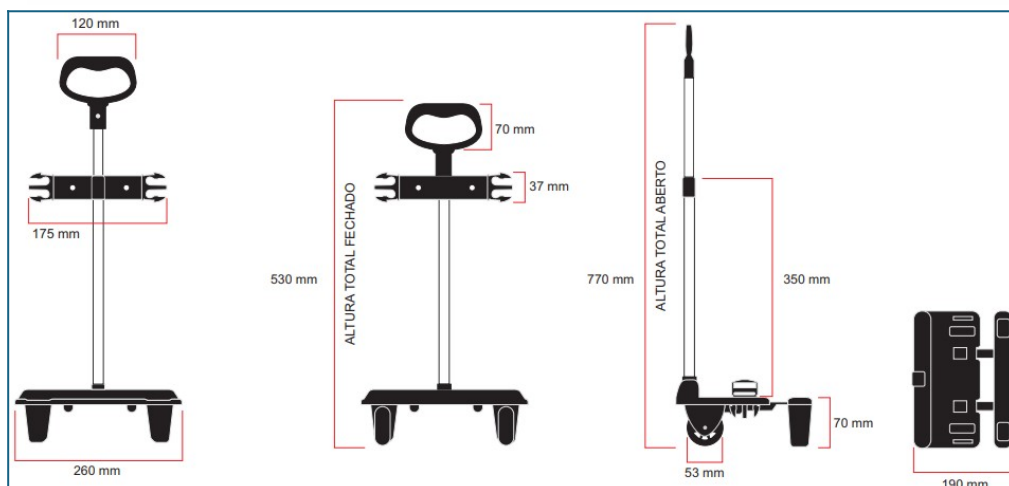
3.3.1.17 - Formato oval: atura 35 cm, largura 29 cm e profundidade 14 cm.

3.3.1.18 - Carrinho de haste simples com 77 cm de altura aberto, 53 cm de altura fechado, com rodinhas em gel na cor pantone 18-4835 tpg, base expansiva com engate fêmea, haste em alumínio, partes injetadas em plástico preto, conforme ilustração.

3.3.1.19 Imagem ilustrativa da Mochila Personalizada, com costal e carrinho:

3.3.1.20 Imagem ilustrativa Carrinho:





3.3.1.21 Imagem ilustrativa Forro:

3.3.2 - 01 AGENDA PERSONALIZADA

3.3.2.1 De acordo com layout a ser disponibilizado e aprovado pela SMED, obrigatoriamente contendo a logo do município, contida no item anterior.

3.3.2.2 **Agenda permanente personalizada do aluno** / comunicação pais / composta por espiral plástico, bolsa canguru, elástico e régua marcadora em pp, dimensões mínimas: 140 mm x 180 mm, miolo deverá possuir 216 páginas (108 folhas – frente e verso), impresso em 4x1, em papel offset e gramatura mínima de 75 / gm², capas plásticas, espessura 0,50 mm com impressão em cromia, com tintas atóxicas e de alta resistência. Na contracapa deverá estar fixado elástico revestido de tecido, com terminais plásticos, para facilitar o fechamento. A montagem deverá seguir a seguinte descrição: bolsa canguru plástica, com compartimento frente e verso. Página 1: identificação do aluno (dados pessoais), página 2: texto da Secretaria Municipal de Educação, página 3: calendário escolar 2026, página 4 e 5: endereços das escolas e CMEI 's municipais, página 6: Hino Nacional Brasileiro, página 7: Hino do Estado do Paraná, página 8: Hino do Município de Araucária, página 9 e 10: anotações para datas de avaliação, página 11 e 12: anotações para datas de entrega de trabalhos, página 13: quadro de notas, página 14: datas comemorativas, página 15: descrição do corpo humano, página 16: mapa do Brasil, página 17 a 216 – Anotações – Registro da rotina diária. Entre as páginas deverá haver uma régua de 18 cm com função marca texto. Será obrigatória a apresentação, para as partes plásticas (capas, espiral, bolsa canguru, régua marca texto, elástico e terminais) a apresentação de laudos laboratoriais, acreditados pelo INMETRO, atestando atendimento das normas ABNT NBR 15.236:2021 e 16.040:2020 junto as amostras.

3.3.3 - 02 CADERNOS DE DESENHO GRANDE PERSONALIZADO:

3.3.3.1 Caderno de desenho e cartografia, brochura, capa cartão supremo 220 gramas, medidas mínimas 275 x 200 mm, com 96 folhas, folhas internas em papel off set 63/m², o caderno deverá ser personalizado conforme a arte a ser oferecida pela prefeitura..

3.3.4 - 01 APONTADOR DE LÁPIS COM DEPÓSITO:



3.3.4.1 Apontador 3 furos com depósito corpo triangular que facilita a pega e uso, garantindo maior conforto. apontador com depósito. 3 tipos de furo: para lápis grafite, lápis de cor e lápis jumbo. dimensões: altura:6,50 centímetros largura: 4,50 centímetros profundidade:4,50 centímetros peso:30,00 gramas. produto com selo do INMETRO.

3.3.5 - 01 BORRACHA ESCOLAR GRANDE:

3.3.5.1 Borracha escolar grande com capa protetora, formato 60 x 32 x10 mm. borracha branca -livre de PVC-. capa plástica protetora, com impressão de arquivo digital fornecido. Apresentar laudo de conformidade com as normas ABNT NBR 15236:2021 e NBR 16040:2020 -toxicologia, metais pesados, ftalatos e resistência mecânica, além de ensaio de laboratório acreditado pelo INMETRO atestando níveis aceitáveis de bisfenol-a -bpa free-.

3.3.6 - 02 EMBALGENS DE COLA BRANCA 150 gramas:

3.3.6.1 Embalagem de cola branca 150gr tubo de cola contendo 150 gramas, líquida, com base de acetato de polivinila (pva) disperso em solução aquosa. O produto deve ser plastificante, com alto poder de colagem, isento de cargas minerais e substâncias nocivas à saúde, atóxico e inócuo, que após a secagem apresente um filme transparente. Deverá ser embalado frasco plástico injetado em pet (politereftalato de etila) na cor cristal, com bico aplicador através da tampa estilo flip top. A rotulagem deverá conter informações básicas como: peso líquido, produto atóxico, prazo de validade, composição e espaço adequado para preenchimento do nome do aluno. Produto selado individualmente em saco plástico. Produto certificado pelo INMETRO.

3.3.7 - 02 EMBALAGENS DE GIZ DE CERA:

3.3.7.1 Caixa de giz de cera, contendo no mínimo 12 unidades em cores diferentes de giz de cera, formato triangular, com superfície lisa e uniforme, isenta de defeitos e deformações, confeccionado com ceras, cargas minerais inertes e pigmentos. dimensões do giz 8,5 x 1,1 x 101 cm, peso mínimo de 94 gramas. o produto deve ser macio, e possuir alto poder de cobertura. o giz deverá ser envolvido por uma proteção em papel informando a cor do giz para evitar a quebra e não sujar as mãos. são obrigatórias as cores: preto, amarelo, vermelho, azul claro, azul escuro, verde claro, verde escuro, marrom, branco, laranja, rosa e roxo. produto certificado pelo INMETRO.

3.3.8 - 02 CAIXAS DE LÁPIS DE COR:

3.3.8.1 Caixa de lápis de cor - corpo sextavado; - composição: grafite; - cargas inertes; - material cerâmico e madeira reflorestada. a espessura do grafite deverá ser de no mínimo 3mm. o produto deverá conter na embalagem certificado fsc, a caixa deverá conter no mínimo 12 lápis de cor com cores diferentes, produto certificado pelo INMETRO.

3.3.9 - 10 LÁPIS GRAFITE HB:

3.3.9.1 Lápis grafite, graduação HB, formato sextavado, medindo aproximadamente 175mm de comprimento e entre faces 6,9mm com mina grafite de 2,0mm de diâmetro, superfícies pintadas na cor preta com tintas atóxicas, com gravação da marca do fabricante e



dureza do grafite no corpo do lápis. composição: madeira reflorestada, material cerâmico e grafite. produto certificado pelo INMETRO, deve trazer a marca do fabricante e símbolo que demonstre o uso de madeira de reflorestamento gravado em seu corpo.

3.3.10 - 02 CAIXAS DE MASSA DE MODELAR:

3.3.10.1 Caixa de massa de modelar contendo 12 cores. Desenvolve habilidades motoras finas em crianças. Composta de pastilhinha não endurece com facilidade plástica com cores intensas misturáveis não mancham não grudam fácil de limpar das mãos apenas água e sabão. Contendo obrigatoriamente as cores marrom, mínimo dois tons de azul, verde, vermelho, branco, amarelo, cinza e preto. Cada bastão deve pesar no mínimo quinze, três gramas. Embalagem contendo marca e importador ou distribuidor quando importado, selo do INMETRO, código de barras, número do registro e ocp, peso do bastão e abertura para melhor visualização do produto. A massa deve vir em embalagem plástica e ser composta por pigmentos orgânicos, resina de origem vegetal, carbonato de cálcio, parafina macro, cristalina e óleo parafínico. Armazenar em local fresco e arejado se possível em temperatura de 25 graus Celsius.

3.3.11 - 01 EMBALAGEM DE PAPEL SULFITE A4:

3.3.11.1 Papel sulfite a4 na cor branca multiuso em embalagem com 100 folhas medindo aproximadamente 21x29,7 cm, com selo fsc e cerflor certificado pelo INMETRO.

3.3.12 - 01 PASTA ESCOLAR TAMANHO OFÍCIO:

3.3.12.1 Pasta escolar formato ofício, com abas, elástico e lombada expansível, medindo 265 x 355 mm, confeccionada com lâmina de polipropileno pp biodegradável azul translúcido -natural-, espessura de 0,40 microns, acabamento com vincos na dobra, que permitam expansão da capacidade volumétrica, durante uso prolongado. a personalização e a inscrição distribuição gratuita, venda proibida, deverão ser impressas através de offset uv, com tintas atóxicas. acabamento com elástico de borracha revestido com tecido, transpassado e terminal plástico, de boa qualidade. deverá constar no verso da pasta o nome e CNPJ do fabricante, data de fabricação, inscrição do símbolo do pp biodegradável. serão exigidos laudos que atestem conformidade com as normas ABNT NBR 15236-2021 - completa isenção de ftalatos, toxicologia, metais pesados e resistência mecânica) e norma ABNT NBR 16.040-2020, além de laudo atestando níveis aceitáveis de bisfenol-a -bpa- emitidos por laboratório credenciado pelo INMETRO. será exigido documento apropriado atestando o uso do aditivo biodegradável em conformidade com o padrão de testes astm 6954-04, norma bs 8472. obrigatória certificação válida do INMETRO.

3.3.13 - 02 PINCEIS Nº 12:

3.3.13.1 Pincel nº 12, em cabo de madeira chato, comprimento de aproximadamente 22cm, de boa qualidade, cerdas sintéticas, finas, suaves e macias, código de barras impresso no produto.

3.3.14 - 01 RÉGUA 30 cm:



3.3.14.1 Régua 30 cm, com guia de leitura, injetada em poliestireno, na cor cristal e azul translúcido, com um canal central rebaixado transparente, que permita a visualização de linhas escritas de livros ou cadernos. escalas em centímetros na cor preta, impressão de arquivo digital fornecido, além da inscrição -distribuição gratuita. venda proibida-, feitas pelo processo de tampografia. dimensões aproximadas de : 310 mm comprimento x 30 mm largura x 4 mm espessura maior e a menor 1,5 mm -ponta do chanfro-. obrigatória a apresentação de laudo conforme os requisitos da norma ABNT NBR 15.236:2021 e NBR 16040:2020 - completa com toxicologia, propriedades físico-mecânicas e metais pesados-, além de relatório laboratorial, determinando teores aceitáveis de bisfenol-a (bpa). obrigatório selo do INMETRO.

3.3.15 - 01 TESOURA ESCOLAR SEM PONTA:

3.3.15.1 Tesoura sem ponta infantil - com tamanho mínimo de 13 cm, lâmina em aço inox. cabo anatômico revestido internamente com material emborrachado. cabo inteiriço até o parafuso, com visor para inserir as informações do estudante e com haste flexível (vai e vem). produto certificado pelo INMETRO.

3.3.16 - 02 EMBALAGENS DE TINTA GUACHE:

3.3.16.1 Embalagem de tinta guache escolar, sendo caixa com 06 cores diferentes, vivas e miscíveis entre si, solúvel em água. frascos com no mínimo 15 ml. produzido a base de resinas, água, pigmentos, carga e conservantes. indicada para crianças a partir de 03 anos de idade. produto certificado pelo INMETRO. deverá apresentar, juntamente com a amostra, certificado do INMETRO com a data de validade vigente.

3.4 ITEM 04 – KIT 1º, 2º e 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.4.1 - 01 MOCHILA PERSONALIZADA COSTAL OU USO COM TRAÇÃO:

3.4.1.1 - Mochila com carrinho, em material rip stop com 299 g/m², plastificado com policloreto de vinila, tecido plano, com desenhos geométricos, desenvolvidos para maior resistência e durabilidade, sendo losango em alto relevo, 4mm x 4mm, e um em baixo relevo, ambos com um círculo central, na cor pantone 19-3943 tpg, detalhes na cor pantone 18-4835 tpg e na cor pantone 11-0601 tpg.

3.4.1.2 - Mochila com 4 compartimentos.

3.4.1.3 Compartimento principal, compartimento frontal com 2 compartimentos, bolso superior, bolso inferior dublado, compartimento lateral, bolso lateral na cor pantone 18-4835 tpg.

3.4.1.4 - Mochila com medidas de:

3.4.1.4.1. Altura 35 cm.

3.4.1.4.2. Largura 29 cm.

3.4.1.4.3. Profundidade 14 cm.



3.4.1.4.4. Aproximadamente 13 litros.

3.4.1.5 - Compartimento frontal: com medida de 35 cm de altura por 29 cm de largura, 4 cm de fundo.

3.4.1.6 - Frente: composta por 2 divisões, sobre este, compartimento superior a 13 cm, medida apurada da base do bolso até o friso superior, bolso em formato de meia lua, com medida de 23 cm de largura por 10,5 cm de altura e 2 cm de profundidade com fechamento por zíper número 6 mm na cor pantone 19-3943 tpg, e um cursor na cor preto, com comprimento de 24 cm, canal do zíper em tecido rip stop na cor pantone 18-4835 tpg, em duas partes medindo cada uma 6 cm de comprimento por 2 cm de largura com total do fole do zíper de 36 cm, bolso terá acabamento em friso 4/11 mm co extrusado na cor pantone 18-4835 tpg. Divisão inferior em três partes anatômica, uma na horizontal acima do bolso na cor pantone 19-3943 tpg com 230 mm de comprimento na parte de cima e 195 mm parte de baixo, e dois foles lateral, na vertical na cor pantone 18-4835 tpg, em formato anatômico, com 200 mm de altura, com 45 mm de largura no encontro com o zíper, dando o formato de u invertido para o bolso. No centro, um bolso em formato de u invertido, na cor pantone 11-0601 tpg, dublado e conformado com 22 cm de altura por 21 cm de largura, 3 cm de profundidade, sublimado em degrade, com proteção em brilho.

3.4.1.7 Para dublagem do bolso: material rip stop na cor pantone 11-0601 tpg, parte externa, filme de pvc, poliroll reciclado para modelar o bolso, filme de pvc, e helanca light, na cor pantone 18-4835 tpg, tecido interno. Bolso estruturado com sulcos, com 0,5 cm de largura e 0,2 cm de profundidade, 2 sulcos na vertical a 5 cm da lateral, no centro 6 divisórias, 1ª com 11 cm de largura por 11 cm de altura, **onde será impresso a logo do município, conforme logo a seguir**, 2º, 3º, 4º, 5º com 2 cm de altura terminando em 14 cm de largura, 6º 1 cm de altura por 15 cm de largura. Bolso contornado por friso 4/11 mm co extrusado na cor pantone 18-4835 tpg.



3.4.1.8 - Corpo principal, com altura de 35 cm, largura 29 cm, fundo 13 cm, foles corpo com fechamento através de zíper número 6 mm na cor pantone 19-3943 tpg, e dois cursores preto número 6 mm, com 48 cm de comprimento, costurado no meio de dois foles zíper, fole anterior com 4 cm de largura por 48 cm de comprimento, fole posterior com 9 cm de largura por 48 cm de comprimento. Foles inferior com aproximadamente 64 cm de comprimento por 14 cm de largura, contendo um bolso lateral na cor pantone 18-4835 tpg, com medidas de 15 cm de largura por 14 cm de altura, fechamento do bolso na parte inferior por costura interna, com fechamento na parte superior em cordel guarnecido de borracha de 2,5 cm de largura na cor pantone 19-3943 tpg, costurado dobrado com 11 mm de cada lado, a 2 cm da costura do fole inferior com o superior. _etiqueta: no lado esquerdo da mochila, na parte interna do compartimento principal lado esquerdo deverá conter etiqueta com a logomarca do fabricante, CNPJ, composição do tecido principal, composição do forro e etiqueta de venda proibida, conforme CONMETRO..

3.4.1.9 - Costas: confeccionada em tecido rip stop, acoplada com forrada em tecido, com os seguintes parâmetros: tecido rip stop maquinado com desenhos geométricos para maior resistência e durabilidade, losango 5x3 mm, com fio de massa preto na cor pantone 18-4835 tpg. Alças de ombro, na cor pantone 19-3943 tpg, alça de ombro com desenho anatômico para melhor acomodação e distribuição de peso, almofadada com espuma de polipropileno expandido de 0,6 cm com 38 cm de comprimento por 6 cm de largura, com acabamento em viés tipo boneon de 2,5 cm, na cor pantone 19-3943 tpg, na extremidade oposta terá um regulador triplo de plástico de 2,5 cm na cor na cor pantone 19-3943 tpg. As mesmas costuradas sob viés co extrusado, junto um cadarço tipo ctf 2,5 cm na cor pantone 19-3943 tpg, com 220 mm de comprimento, como alça de mão. Nas laterais inferiores das costas, serão costurados dois triângulos na cor pantone 19-3943 tpg, para fixação dos cadarços tipo ctf 2,5 cm com 45 cm de comprimento, deverá ser costurado nas alças inferiores, por costura tipo mosca, ponteira em couro com 26 mm de largura e 30 mm de comprimento para evitar o esgarçamento.

3.4.1.10 Sobre as costas haverá um protetor costal, em material formato de colmeia, acolchoada com espuma pack 0,4 cm, formando 3 gomos com 15 cm de comprimento por 8 cm de largura, um na horizontal parte inferior e dois nas laterais na vertical, com os cantos arredondados. Protetor costal forrada com poliéster 600 na cor pantone 19-3943 tpg, no protetor costal centralizada será fixado, identificador do aluno em couro sintético na cor pantone 11-0601 tpg, contendo espaço para ser colocado as seguintes informações, nome, série e telefone.

3.4.1.11 - Para acoplar a mochila ao carrinho, deve ser costurado nas laterais inferiores, de forma centralizada, cadarço tipo ctf 30 mm com engate tipo macho para ser preso na parte fêmea do carrinho, também será fixado através de cadarço 30 mm a 6 cm da borda superior engate fêmea que deverá ser acoplado no fecho engate macho do carrinho.

3.4.1.12 - Acabamento externo em friso co extrusado 4/11 mm na cor pantone 18-4835 tpg, nos três compartimentos, bolso frontal inferior, bolso frontal superior e compartimento principal. Dando armação a mochila.

3.4.1.13 - Acabamento interno dos bolsos e corpo, em fita de 2,7 cm em tecido não tecido



na cor pantone 18-4835 tpg, e gramatura 80 g/m².

3.4.1.14 - Costura, a mochila deverá ser costurada com fio 60 100 % poliamida nas cores do tecido.

3.4.1.15 - A mochila deverá ser confeccionada em material moderno e resistente.

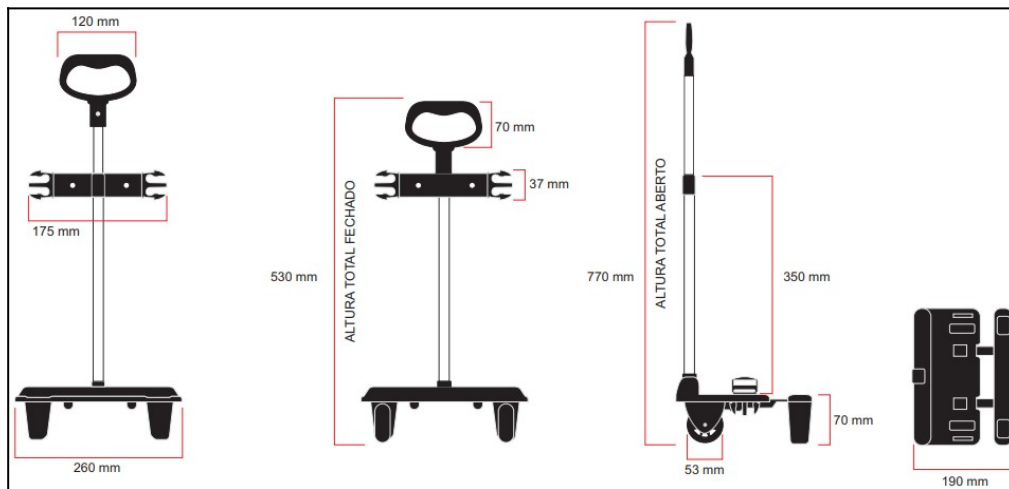
3.4.1.16 - Deverão ser apresentados juntamente com a proposta ajustada, os laudos emitidos por laboratório acreditado pelo INMETRO, dos materiais utilizados para confecção da mochila, conforme tabelas. As medidas poderão ter diferença de até 0.8 cm para +/-.

3.4.1.17 - Formato oval: altura 35 cm, largura 29 cm e profundidade 14 cm.

3.4.1.18 - Carrinho de haste simples com 77 cm de altura aberto, 53 cm de altura fechado, com rodinhas em gel na cor pantone 18-4835 tpg, base expansiva com engate fêmea, haste em alumínio, partes injetadas em plástico preto, conforme ilustração.

3.4.1.19 Imagem ilustrativa da Mochila Personalizada, com costal e carrinho:

3.4.1.20 Imagem ilustrativa Carrinho:



3.4.1.21 Imagem ilustrativa Forro:

3.4.2 - 01 AGENDA PERSONALIZADA

3.4.2.1 De acordo com layout a ser disponibilizado e aprovado pela SMED, obrigatoriamente contendo a logo do município, contida no item anterior.

3.4.2.2 **Agenda permanente personalizada do aluno** / comunicação pais / composta por espiral plástico, bolsa canguru, elástico e régua marcadora em pp, dimensões mínimas: 140 mm x 180 mm, miolo deverá possuir 216 páginas (108 folhas – frente e verso), impresso em 4x1, em papel offset e gramatura mínima de 75 / gm², capas plásticas, espessura 0,50 mm com impressão em cromia, com tintas atóxicas e de alta resistência. Na contracapa deverá estar



fixado elástico revestido de tecido, com terminais plásticos, para facilitar o fechamento. A montagem deverá seguir a seguinte descrição: bolsa canguru plástica, com compartimento frente e verso. Página 1: identificação do aluno (dados pessoais), página 2: texto da Secretaria Municipal de Educação, página 3: calendário escolar 2026, página 4 e 5: endereços das escolas e CMEI 's municipais, página 6: Hino Nacional Brasileiro, página 7: Hino do Estado do Paraná, página 8: Hino do Município de Araucária, página 9 e 10: anotações para datas de avaliação, página 11 e 12: anotações para datas de entrega de trabalhos, página 13: quadro de notas, página 14: datas comemorativas, página 15: descrição do corpo humano, página 16: mapa do Brasil, página 17 a 216 – Anotações – Registro da rotina diária. Entre as páginas deverá haver uma régua de 18 cm com função marca texto. Será obrigatória a apresentação, para as partes plásticas (capas, espiral, bolsa canguru, régua marca texto, elástico e terminais) a apresentação de laudos laboratoriais, acreditados pelo INMETRO, atestando atendimento das normas ABNT NBR 15.236:2021 e 16.040:2020 junto as amostras.

3.4.3 - 02 CADERNOS DE DESENHO GRANDE PERSONALIZADO:

3.4.3.1 Caderno de desenho e cartografia, brochura, capa cartão supremo 220 gramas, medidas mínimas 275 x 200 mm, com 96 folhas, folhas internas em papel off set 63/m², o caderno deverá ser personalizado conforme a arte a ser oferecida pela prefeitura..

3.4.4 - 03 CADERNOS BROCHURA COM LINHAS PERSONALIZADO:

3.4.4.1 Caderno brochura com linhas, capa cartão supremo 220 gramas, pequeno escolar de linguagem, folhas internas em papel off set 63/m², medidas mínimas 14 x 20cm, 23 pautas, com margem à esquerda, com no mínimo 48 folhas costuradas, o caderno deverá ser personalizado conforme a arte a ser oferecida pela prefeitura..

3.4.5 - 02 CADERNOS QUADRICULADO PERSONALIZADO:

3.4.5.1 Caderno quadriculado 0,7 x 0,7 cm capa cartão supremo 220 gramas escolar, brochura, pequeno, medidas mínimas 14 x 20cm, 27 pautas, com margem à esquerda, com no mínimo 48 folhas costuradas, o caderno deverá ser personalizado conforme a arte a ser oferecida pela prefeitura..

3.4.6 - 01 APONTADOR DE LÁPIS COM DEPÓSITO:

3.4.6.1 Apontador 3 furos com depósito corpo triangular que facilita a pega e uso, garantindo maior conforto. apontador com depósito. 3 tipos de furo: para lápis grafite, lápis de cor e lápis jumbo. dimensões: altura:6,50 centímetros largura: 4,50 centímetros profundidade:4,50 centímetros peso:30,00 gramas. produto com selo do INMETRO.

3.4.7 - 01 BORRACHA ESCOLAR GRANDE:

3.4.7.1 Borracha escolar grande com capa protetora, formato 60 x 32 x10 mm. borracha branca -livre de PVC-. capa plástica protetora, com impressão de arquivo digital fornecido. Apresentar laudo de conformidade com as normas ABNT NBR 15236:2021 e NBR 16040:2020 -toxicologia, metais pesados, ftalatos e resistência mecânica, além de ensaio de laboratório acreditado pelo INMETRO atestando níveis aceitáveis de bisfenol-a -bpa free-.



3.4.8 - 02 EMBALAGENS DE COLA BRANCA 150 GRAMAS:

3.4.8.1 Embalagem de cola branca 150gr tubo de cola contendo 150 gramas, líquida, com base de acetato de polivinila (pva) disperso em solução aquosa. O produto deve ser plastificante, com alto poder de colagem, isento de cargas minerais e substâncias nocivas à saúde, atóxico e inócuo, que após a secagem apresente um filme transparente. Deverá ser embalado frasco plástico injetado em pet (politereftalato de etila) na cor cristal, com bico aplicador através da tampa estilo flip top. A rotulagem deverá conter informações básicas como: peso líquido, produto atóxico, prazo de validade, composição e espaço adequado para preenchimento do nome do aluno. Produto selado individualmente em saco plástico. Produto certificado pelo INMETRO.

3.4.9 - 01 CAIXAS DE LÁPIS DE COR:

3.4.9.1 Caixa de lápis de cor - corpo sextavado; - composição: grafite; - cargas inertes; - material cerâmico e madeira reflorestada. a espessura do grafite deverá ser de no mínimo 3mm. o produto deverá conter na embalagem certificado fsc, a caixa deverá conter no mínimo 12 lápis de cor com cores diferentes, produto certificado pelo INMETRO.

3.4.10 - 10 LÁPIS GRAFITE HB:

3.4.10.1 Lápis grafite, graduação HB, formato sextavado, medindo aproximadamente 175mm de comprimento e entre faces 6,9mm com mina grafite de 2,0mm de diâmetro, superfícies pintadas na cor preta com tintas atóxicas, com gravação da marca do fabricante e dureza do grafite no corpo do lápis. composição: madeira reflorestada, material cerâmico e grafite. produto certificado pelo INMETRO, deve trazer a marca do fabricante e símbolo que demonstre o uso de madeira de reflorestamento gravado em seu corpo.

3.4.11 - 01 EMBALAGEM DE PAPEL SULFITE A4:

3.4.11.1 Papel sulfite a4 na cor branca multiuso em embalagem com 100 folhas medindo aproximadamente 21x29,7 cm, com selo fsc e cerflor certificado pelo INMETRO.

3.4.12 5.4.12 - 01 PASTA ESCOLAR TAMANHO OFÍCIO

3.4.12.1 Pasta escolar formato ofício, com abas, elástico e lombada expansível, medindo 265 x 355 mm, confeccionada com lâmina de polipropileno pp biodegradável azul translúcido -natural-, espessura de 0,40 microns, acabamento com vincos na dobra, que permitam expansão da capacidade volumétrica, durante uso prolongado. a personalização e a inscrição distribuição gratuita, venda proibida, deverão ser impressas através de offset uv, com tintas atóxicas. acabamento com elástico de borracha revestido com tecido, transpassado e terminal plástico, de boa qualidade. deverá constar no verso da pasta o nome e CNPJ do fabricante, data de fabricação, inscrição do símbolo do pp biodegradável. serão exigidos laudos que atestem conformidade com as normas ABNT NBR 15236-2021 - completa isenção de ftalatos, toxicologia, metais pesados e resistência mecânica) e norma ABNT NBR 16.040-2020, obrigatória certificação válida do INMETRO.

3.4.13 - 01 RÉGUA 30 cm:



3.4.13.1 Régua 30 cm, com guia de leitura, injetada em poliestireno, na cor cristal e azul translúcido, com um canal central rebaixado transparente, que permita a visualização de linhas escritas de livros ou cadernos. escalas em centímetros na cor preta, impressão de arquivo digital fornecido, além da inscrição -distribuição gratuita. venda proibida-, feitas pelo processo de tampografia. dimensões aproximadas de : 310 mm comprimento x 30 mm largura x 4 mm espessura maior e a menor 1,5 mm -ponta do chanfro-. obrigatória a apresentação de laudo conforme os requisitos da norma ABNT NBR 15.236:2021 e NBR 16040:2020 - completa com toxicologia, propriedades físico-mecânicas e metais pesados-, além de relatório laboratorial, determinando teores aceitáveis de bisfenol-a (bpa). obrigatório selo do INMETRO.

3.4.14 - 01 TESOURA ESCOLAR SEM PONTA:

3.4.14.1 Tesoura sem ponta infantil - com tamanho mínimo de 13 cm, lâmina em aço inox. cabo anatômico revestido internamente com material emborrachado. cabo inteiriço até o parafuso, com visor para inserir as informações do estudante e com haste flexível(vai e vem). produto certificado pelo INMETRO.

3.5 ITEM 05 – KIT 4º e 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.5.1 - 01 MOCHILA PERSONALIZADA COSTAL OU USO COM TRAÇÃO:

3.5.1.1 - Mochila com carrinho, em material rip stop com 299 g/m², plastificado com policloreto de vinila, tecido plano, com desenhos geométricos, desenvolvidos para maior resistência e durabilidade, sendo losango em alto relevo, 4mm x 4mm, e um em baixo relevo, ambos com um círculo central, na cor pantone 19-3943 tpg, detalhes na cor pantone 18-4835 tpg e na cor pantone 11-0601 tpg.

3.5.1.2 - Mochila com 4 compartimentos.

3.5.1.3 Compartimento principal, compartimento frontal com 2 compartimentos, bolso superior, bolso inferior dublado, compartimento lateral, bolso lateral na cor pantone 18-4835 tpg.

3.5.1.4 - Mochila com medidas de:

3.5.1.4.1. Altura 35 cm.

3.5.1.4.2. Largura 29 cm.

3.5.1.4.3. Profundidade 14 cm.

3.5.1.4.4. Aproximadamente 13 litros.

3.5.1.5 - Compartimento frontal: com medida de 35 cm de altura por 29 cm de largura, 4 cm de fundo.

3.5.1.6 - Frente: composta por 2 divisões, sobre este, compartimento superior a 13 cm, medida apurada da base do bolso até o friso superior, bolso em formato de meia lua, com



medida de 23 cm de largura por 10,5 cm de altura e 2 cm de profundidade com fechamento por zíper número 6 mm na cor pantone 19-3943 tpg, e um cursor na cor preto, com comprimento de 24 cm, canal do zíper em tecido rip stop na cor pantone 18-4835 tpg, em duas partes medindo cada uma 6 cm de comprimento por 2 cm de largura com total do fole do zíper de 36 cm, bolso terá acabamento em friso 4/11 mm co extrusado na cor pantone 18-4835 tpg. Divisão inferior em três partes anatômica, uma na horizontal acima do bolso na cor pantone 19-3943 tpg com 230 mm de comprimento na parte de cima e 195 mm parte de baixo, e dois foles lateral, na vertical na cor pantone 18-4835 tpg, em formato anatômico, com 200 mm de altura, com 45 mm de largura no encontro com o zíper, dando o formato de u invertido para o bolso. No centro, um bolso em formato de u invertido, na cor pantone 11-0601 tpg, dublado e conformado com 22 cm de altura por 21 cm de largura, 3 cm de profundidade, sublimado em degrade, com proteção em brilho.

3.5.1.7 Para dublagem do bolso: material rip stop na cor pantone 11-0601 tpg, parte externa, filme de pvc, poliroll reciclado para modelar o bolso, filme de pvc, e helanca light, na cor pantone 18-4835 tpg, tecido interno. Bolso estruturado com sulcos, com 0,5 cm de largura e 0,2 cm de profundidade, 2 sulcos na vertical a 5 cm da lateral, no centro 6 divisórias, 1ª com 11 cm de largura por 11 cm de altura, **onde será impresso a logo do município, conforme logo a seguir**, 2º, 3º, 4º, 5º com 2 cm de altura terminando em 14 cm de largura, 6º 1 cm de altura por 15 cm de largura. Bolso contornado por friso 4/11 mm co extrusado na cor pantone 18-4835 tpg.



3.5.1.8 - Corpo principal, com altura de 35 cm, largura 29 cm, fundo 13 cm, foles corpo com fechamento através de zíper número 6 mm na cor pantone 19-3943 tpg, e dois cursores preto número 6 mm, com 48 cm de comprimento, costurado no meio de dois foles zíper, fole anterior com 4 cm de largura por 48 cm de comprimento, fole posterior com 9 cm de largura por 48 cm de comprimento. Foles inferior com aproximadamente 64 cm de comprimento por 14 cm de largura, contendo um bolso lateral na cor pantone 18-4835 tpg, com medidas de 15



cm de largura por 14 cm de altura, fechamento do bolso na parte inferior por costura interna, com fechamento na parte superior em cordel guarnecido de borracha de 2,5 cm de largura na cor pantone 19-3943 tpg, costurado dobrado com 11 mm de cada lado, a 2 cm da costura do fole inferior com o superior. _etiqueta: no lado esquerdo da mochila, na parte interna do compartimento principal lado esquerdo deverá conter etiqueta com a logomarca do fabricante, CNPJ, composição do tecido principal, composição do forro e etiqueta de venda proibida, conforme CONMETRO..

3.5.1.9 - Costas: confeccionada em tecido rip stop, acoplada com forrada em tecido, com os seguintes parâmetros: tecido rip stop maquinado com desenhos geométricos para maior resistência e durabilidade, losango 5x3 mm, com fio de massa preto na cor pantone 18-4835 tpg. Alças de ombro, na cor pantone 19-3943 tpg, alça de ombro com desenho anatômico para melhor acomodação e distribuição de peso, almofadada com espuma de polipropileno expandido de 0,6 cm com 38 cm de comprimento por 6 cm de largura, com acabamento em viés tipo boneon de 2,5 cm, na cor pantone 19-3943 tpg, na extremidade oposta terá um regulador triplo de plástico de 2,5 cm na cor na cor pantone 19-3943 tpg. As mesmas costuradas sob viés co extrusado, junto um cadarço tipo ctf 2,5 cm na cor pantone 19-3943 tpg, com 220 mm de comprimento, como alça de mão. Nas laterais inferiores das costas, serão costurados dois triângulos na cor pantone 19-3943 tpg, para fixação dos cadarços tipo ctf 2,5 cm com 45 cm de comprimento, deverá ser costurado nas alças inferiores, por costura tipo mosca, ponteira em couro com 26 mm de largura e 30 mm de comprimento para evitar o esgarçamento.

3.5.1.10 Sobre as costas haverá um protetor costal, em material formato de colmeia, acolchoada com espuma pack 0,4 cm, formando 3 gomos com 15 cm de comprimento por 8 cm de largura, um na horizontal parte inferior e dois nas laterais na vertical, com os cantos arredondados. Protetor costal forrada com poliéster 600 na cor pantone 19-3943 tpg, no protetor costal centralizada será fixado, identificador do aluno em couro sintético na cor pantone 11-0601 tpg, contento espaço para ser colocado as seguintes informações, nome, série e telefone.

3.5.1.11 - Para acoplar a mochila ao carrinho, deve ser costurado nas laterais inferiores, de forma centralizada, cadarço tipo ctf 30 mm com engate tipo macho para ser preso na parte fêmea do carrinho, também será fixado através de cadarço 30 mm a 6 cm da borda superior engate fêmea que deverá ser acoplado no fecho engate macho do carrinho.

3.5.1.12 - Acabamento externo em friso co extrusado 4/11 mm na cor pantone 18-4835 tpg, nos três compartimentos, bolso frontal inferior, bolso frontal superior e compartimento principal. Dando armação a mochila.

3.5.1.13 - Acabamento interno dos bolsos e corpo, em fita de 2,7 cm em tecido não tecido na cor pantone 18-4835 tpg, e gramatura 80 g/m².

3.5.1.14 - Costura, a mochila deverá ser costurada com fio 60 100 % poliamida nas cores do tecido.

3.5.1.15 - A mochila deverá ser confeccionada em material moderno e resistente.



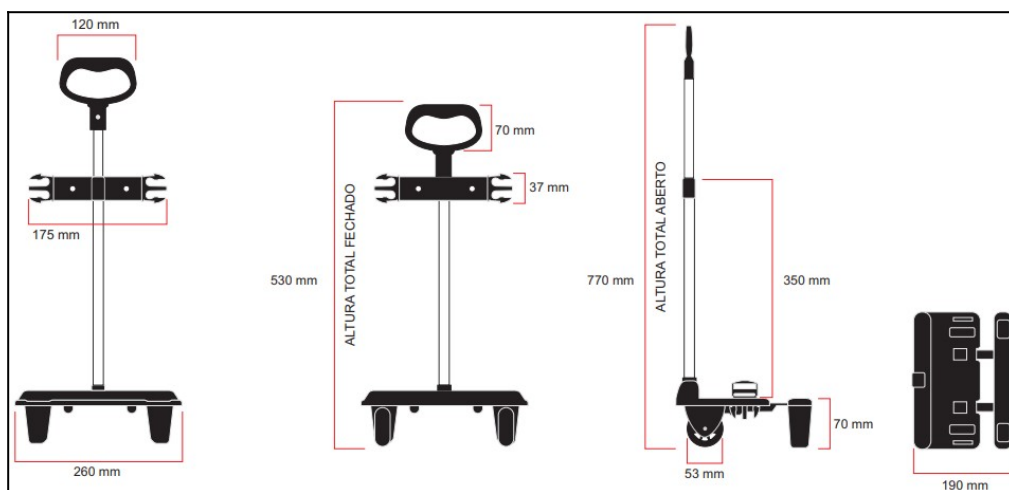
3.5.1.16 - Deverão ser apresentados juntamente com a proposta ajustada, os laudos emitidos por laboratório acreditado pelo INMETRO, dos materiais utilizados para confecção da mochila, conforme tabelas. As medidas poderão ter diferença de até 0.8 cm para +/-.

3.5.1.17 - Formato oval: altura 35 cm, largura 29 cm e profundidade 14 cm.

3.5.1.18 - Carrinho de haste simples com 77 cm de altura aberto, 53 cm de altura fechado, com rodinhas em gel na cor pantone 18-4835 tpg, base expansiva com engate fêmea, haste em alumínio, partes injetadas em plástico preto, conforme ilustração.

3.5.1.19 Imagem ilustrativa da Mochila Personalizada, com costal e carrinho:

3.5.1.20 Imagem ilustrativa Carrinho:



3.5.1.21 Imagem ilustrativa Forro:

3.5.2 - 01 AGENDA PERSONALIZADA

3.5.2.1 De acordo com layout a ser disponibilizado e aprovado pela SMED, obrigatoriamente contendo a logo do município, contida no item anterior.

3.5.2.2 **Agenda permanente personalizada do aluno** / comunicação pais / composta por espiral plástico, bolsa canguru, elástico e régua marcadora em pp, dimensões mínimas: 140 mm x 180 mm, miolo deverá possuir 216 páginas (108 folhas – frente e verso), impresso em 4x1, em papel offset e gramatura mínima de 75 / gm², capas plásticas, espessura 0,50 mm com impressão em cromia, com tintas atóxicas e de alta resistência. Na contracapa deverá estar fixado elástico revestido de tecido, com terminais plásticos, para facilitar o fechamento. A montagem deverá seguir a seguinte descrição: bolsa canguru plástica, com compartimento frente e verso. Página 1: identificação do aluno (dados pessoais), página 2: texto da Secretaria Municipal de Educação, página 3: calendário escolar 2026, página 4 e 5: endereços das escolas e CMEI 's municipais, página 6: Hino Nacional Brasileiro, página 7: Hino do Estado do Paraná, página 8: Hino do Município de Araucária, página 9 e 10: anotações para datas de



avaliação, página 11 e 12: anotações para datas de entrega de trabalhos, página 13: quadro de notas, página 14: datas comemorativas, página 15: descrição do corpo humano, página 16: mapa do Brasil, página 17 a 216 – Anotações – Registro da rotina diária. Entre as páginas deverá haver uma régua de 18 cm com função marca texto. Será obrigatória a apresentação, para as partes plásticas (capas, espiral, bolsa canguru, régua marca texto, elástico e terminais) a apresentação de laudos laboratoriais, acreditados pelo INMETRO, atestando atendimento das normas ABNT NBR 15.236:2021 e 16.040:2020 junto as amostras.

3.5.3 - 02 CADERNOS DE DESENHO GRANDE PERSONALIZADO:

3.5.3.1 Caderno de desenho e cartografia, brochura, capa cartão supremo 220 gramas, medidas mínimas 275 x 200 mm, com 96 folhas, folhas internas em papel off set 63/m², o caderno deverá ser personalizado conforme a arte a ser oferecida pela prefeitura..

3.5.4 - 05 CADERNOS BROCHURA COM LINHAS PERSONALIZADO:

3.5.4.1 Caderno brochura com linhas, capa cartão supremo 220 gramas, pequeno escolar de linguagem, folhas internas em papel off set 63/m², medidas mínimas 14 x 20cm, 23 pautas, com margem à esquerda, com no mínimo 48 folhas costuradas, o caderno deverá ser personalizado conforme a arte a ser oferecida pela prefeitura..

3.5.5 - 02 CADERNOS QUADRICULADO PERSONALIZADO:

3.5.5.1 Caderno quadriculado 0,7 x 0,7 cm capa cartão supremo 220 gramas escolar, brochura, pequeno, medidas mínimas 14 x 20cm, 27 pautas, com margem à esquerda, com no mínimo 48 folhas costuradas, o caderno deverá ser personalizado conforme a arte a ser oferecida pela prefeitura..

3.5.6 - 01 APONTADOR DE LÁPIS COM DEPÓSITO:

3.5.6.1 Apontador 3 furos com depósito corpo triangular que facilita a pega e uso, garantindo maior conforto. apontador com depósito. 3 tipos de furo: para lápis grafite, lápis de cor e lápis jumbo. dimensões: altura:6,50 centímetros largura: 4,50 centímetros profundidade:4,50 centímetros peso:30,00 gramas. produto com selo do INMETRO.

3.5.7 - 01 BORRACHA ESCOLAR GRANDE:

3.5.7.1 Borracha escolar grande com capa protetora, formato 60 x 32 x10 mm. borracha branca -livre de PVC-. capa plástica protetora, com impressão de arquivo digital fornecido. Apresentar laudo de conformidade com as normas ABNT NBR 15236:2021 e NBR 16040:2020 -toxicologia, metais pesados, ftalatos e resistência mecânica, além de ensaio de laboratório acreditado pelo INMETRO atestando níveis aceitáveis de bisfenol-a -bpa free-.

3.5.8 - 01 EMBALAGEM DE CANETA HIDROGRÁFICA:

3.5.8.1 Caixa de caneta hidrográfica com ponta vai e vem - caixa de papel resistente contendo 12 canetinhas em cores diferentes, cada canetinha deverá medir no mínimo 15 cm de comprimento. canetinhas com ponta de fibra no modelo indestrutível tipo vai e vem. tinta lavável. deverá constar no corpo de cada canetinha a marca do produto, a informação de



lavável e campo para preenchimento do nome do aluno. produto certificado pelo INMETRO. Apresentar ludo de escrita com no mínimo 400 metros, por laboratório competente.

3.5.9 - 03 CANETAS ESFEROGRÁFICA AZUL, PONTA MÉDIA:

3.5.9.1 Caneta esferográfica na cor azul ponta média 1.0m, corpo triangular, transparente, ponta arredondada com tampa triangular na cor da tinta, removível, antiasfixiante, haste para fixação em bolso, com respiro antiasfixiante com sistema y para evitar danos a ponta e haste cega (não cortante) para evitar acidentes ponta metálica e esfera de tungstênio. plug na extremidade superior deverá ser feita por meio de encaixe na cor da tinta, lisa e sem respiro e conter impresso em alto relevo país de origem. corpo da caneta deverá conter marca modelo, medida da ponta. deverá apresentar traço uniforme, sem falhas, sem borras e sem excesso de tinta durante o traçado, não podendo ainda possuir folga que permita retração de ponta da caneta durante a escrita. o corpo da caneta deverá possuir resistência apropriada, principalmente junto à ponta da escrita, para suportar o esforço até o final da carga. sem respiro no corpo, características geométricas: - tonalidade: média - escrita: grossa (aproximadamente 1 mm) - a tinta da caneta não poderá apresentar ressecamento pelo período fixado no prazo de validade. composição tinta inkjoy ou hitec com base de água e óleo escreve macio, sem falhas e com maior nitidez de cores.

3.5.10 - 03 CANETAS ESFEROGRÁFICA PRETA, PONTA MÉDIA:

3.5.10.1 Caneta esferográfica na cor preta ponta média 1.0m, corpo triangular, transparente, ponta arredondada com tampa triangular na cor da tinta, removível, antiasfixiante, haste para fixação em bolso, com respiro antiasfixiante com sistema y para evitar danos a ponta e haste cega (não cortante) para evitar acidentes ponta metálica e esfera de tungstênio. plug na extremidade superior deverá ser feita por meio de encaixe na cor da tinta, lisa e sem respiro e conter impresso em alto relevo país de origem. corpo da caneta deverá conter marca modelo, medida da ponta. deverá apresentar traço uniforme, sem falhas, sem borras e sem excesso de tinta durante o traçado, não podendo ainda possuir folga que permita retração de ponta da caneta durante a escrita. o corpo da caneta deverá possuir resistência apropriada, principalmente junto à ponta da escrita, para suportar o esforço até o final da carga. sem respiro no corpo, características geométricas: - tonalidade: média - escrita: grossa (aproximadamente 1 mm) - a tinta da caneta não poderá apresentar ressecamento pelo período fixado no prazo de validade. composição tinta inkjoy ou hitec com base de água e óleo, escreve macio, sem falhas e com maior nitidez de cores.

3.5.11 - 02 EMBALAGENS DE COLA BRANCA 150 gramas:

3.5.11.1 Embalagem de cola branca 150gr tubo de cola contendo 150 gramas, líquida, com base de acetato de polivinila (pva) disperso em solução aquosa. O produto deve ser plastificante, com alto poder de colagem, isento de cargas minerais e substâncias nocivas à saúde, atóxico e inócuo, que após a secagem apresente um filme transparente. Deverá ser embalado frasco plástico injetado em pet (politereftalato de etila) na cor cristal, com bico aplicador através da tampa estilo flip top. A rotulagem deverá conter informações básicas como: peso líquido, produto atóxico, prazo de validade, composição e espaço adequado para preenchimento do nome do aluno. Produto selado individualmente em saco plástico. Produto



certificado pelo INMETRO.

3.5.12 - CAIXAS DE LÁPIS DE COR:

3.5.12.1 Caixa de lápis de cor - corpo sextavado; - composição: grafite; - cargas inertes; - material cerâmico e madeira reflorestada. a espessura do grafite deverá ser de no mínimo 3mm. o produto deverá conter na embalagem certificado fsc, a caixa deverá conter no mínimo 12 lápis de cor com cores diferentes, produto certificado pelo INMETRO.

3.5.13 - 10 LÁPIS GRAFITE HB:

3.5.13.1 Lápis grafite, graduação hb, formato sextavado, medindo aproximadamente 175mm de comprimento e entre faces 6,9mm com mina grafite de 2,0mm de diâmetro, superfícies pintadas na cor preta com tintas atóxicas, com gravação da marca do fabricante e dureza do grafite no corpo do lápis. composição: madeira reflorestada, material cerâmico e grafite. produto certificado pelo INMETRO, deve trazer a marca do fabricante e símbolo que demonstre o uso de madeira de reflorestamento gravado em seu corpo.

3.5.14 - 01 PASTA ESCOLAR TAMANHO OFÍCIO:

3.5.14.1 Pasta escolar formato ofício, com abas, elástico e lombada expansível, medindo 265 x 355 mm, confeccionada com lâmina de polipropileno pp biodegradável azul translúcido -natural-, espessura de 0,40 microns, acabamento com vincos na dobra, que permitam expansão da capacidade volumétrica, durante uso prolongado. a personalização e a inscrição distribuição gratuita, venda proibida, deverão ser impressas através de offset uv, com tintas atóxicas. acabamento com elástico de borracha revestido com tecido, transpassado e terminal plástico, de boa qualidade. deverá constar no verso da pasta o nome e CNPJ do fabricante, data de fabricação, inscrição do símbolo do pp biodegradável. serão exigidos laudos que atestem conformidade com as normas ABNT NBR 15236-2021 - completa isenção de ftalatos, toxicologia, metais pesados e resistência mecânica) e norma ABNT NBR 16.040-2020, obrigatória certificação válida do INMETRO.

3.5.15 - 01 RÉGUA 30 cm:

3.5.15.1 Régua 30 cm, com guia de leitura, injetada em poliestireno, na cor cristal e azul translúcido, com um canal central rebaixado transparente, que permita a visualização de linhas escritas de livros ou cadernos. escalas em centímetros na cor preta, impressão de arquivo digital fornecido, além da inscrição -distribuição gratuita. venda proibida-, feitas pelo processo de tampografia. dimensões aproximadas de : 310 mm comprimento x 30 mm largura x 4 mm espessura maior e a menor 1,5 mm -ponta do chanfro-. obrigatória a apresentação de laudo conforme os requisitos da norma ABNT NBR 15.236:2021 e NBR 16040:2020 - completa com toxicologia, propriedades físico-mecânicas e metais pesados-, além de relatório laboratorial, determinando teores aceitáveis de bisfenol-a (bpa). obrigatório selo do INMETRO.

3.5.16 - 01 TESOURA ESCOLAR SEM PONTA:

3.5.16.1 Tesoura sem ponta infantil - com tamanho mínimo de 13 cm, lâmina em aço inox.



cabo anatômico revestido internamente com material emborrachado. cabo inteiriço até o parafuso, com visor para inserir as informações do estudante e com haste flexível (vai e vem). produto certificado pelo INMETRO.

4. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE EXECUÇÃO

4.1 A execução do objeto terá início imediatamente após a assinatura da Ata de Registro de Preços ou do instrumento contratual, momento em que será realizada uma reunião inicial obrigatória entre a contratada e a equipe de fiscalização designada pela Secretaria Municipal de Educação. Nessa reunião serão alinhadas às obrigações contratuais, definidos os fluxos de comunicação, ajustado o cronograma interno de execução e apresentados os responsáveis técnicos da contratada, garantindo que ambas as partes compartilhem, desde o início, uma compreensão clara e homogênea das etapas e responsabilidades envolvidas.

4.2 Somente após a aprovação formal das amostras pela Comissão Técnica da SMED será autorizada a produção em escala dos itens que compõem os kits escolares, **referente aos itens personalizados, que são mochilas, agendas e cadernos.**

4.3 A fase de produção dos materiais deverá observar estritamente todas as especificações técnicas estabelecidas nos documentos da contratação, incluindo medidas, pantones, gramaturas, padrões de costura, resistências, composição dos materiais, normas de segurança e qualidade. Durante a produção, a contratada deverá manter controle rigoroso de qualidade, garantindo uniformidade entre os produtos e integridade dos materiais. Os kits deverão ser montados individualmente, devidamente embalados e identificados, assegurando rastreabilidade e organização. A fiscalização da SMED poderá solicitar, a qualquer momento, relatórios de produção, registros fotográficos ou visitas técnicas para verificar a conformidade das etapas produtivas.

4.4 Os produtos deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias corridos a partir da data da solicitação pelo departamento responsável, nota de empenho, conforme as quantidades solicitantes, a teor do entendimento jurisprudencial, exarado no Acórdão 3009/25 – do Tribunal Pleno, do TCE-PR, de 23 de outubro de 2025.

“justificar adequadamente no procedimento licitatório o prazo de entrega estabelecido para a contratada bem como fixar um prazo razoável, que considere a necessidade de empresas situadas em locais distantes do Município, não inferior a 30 (trinta) dias corridos;”

4.5 Sendo o horário de entrega definido como das 8h30 às 11h30min e 13h00 às 16h00min.

4.6 Tendo como local de entrega, todas as Unidades Educacionais da Rede Pública do Município de Araucária, com quantitativos específicos a serem definidos no ato da solicitação, nos endereços constantes na tabela disposta no item 8. LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO, deste Termo de Referência.

4.7 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 dias corridos, pelo(a) responsável na Unidade Educacional, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.



4.8 No caso de a entrega de materiais estar programada para dia útil próximo a feriados (nacional ou municipal) anterior ou posterior a fim de semana, a empresa deverá verificar se haverá expediente normal. Feriados Municipais: 11/02 – Aniversário do Município e 30/10 – Dia da Padroeira do Município: Nossa Senhora dos Remédios.

4.9 Se o término do prazo de entrega coincidir com o dia em que a Prefeitura Municipal de Araucária não tenha atendimento ao público, este será automaticamente prorrogado até o primeiro dia útil subsequente.

4.10 A fiscalização realizará o recebimento provisório dos materiais, verificando integridade, quantidades, conformidade com as especificações técnicas, presença de laudos e certificações obrigatórias, além da adequação das embalagens. Serão realizados testes amostrais nos materiais, especialmente naqueles que envolvam requisitos de segurança, resistência ou qualidade, conforme previsto no ETP, DFD e TR. Identificada qualquer desconformidade, a contratada será imediatamente notificada e deverá substituir os itens defeituosos, divergentes ou inadequados no prazo máximo de cinco dias corridos, sem ônus para a Administração. Somente após o atendimento integral de todas as exigências será emitido o Termo de Recebimento Definitivo.

4.11 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (vinte) dias corridos, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.12 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.13 Ao longo da utilização dos kits, a Administração deverá promover orientações às unidades escolares quanto ao uso adequado dos materiais e ao descarte ambientalmente adequado dos resíduos gerados, em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Serão incentivadas práticas de segregação de resíduos, reciclagem e campanhas educativas que promovam conscientização ambiental, em conformidade com o que foi previsto no ETP e com a necessidade de redução dos impactos ambientais decorrentes do descarte inadequado de plásticos, papéis e outros componentes.

4.14 O encerramento da execução contratual ocorrerá após a emissão do Relatório Final de Fiscalização, no qual serão registradas todas as atividades realizadas, conformidades, substituições, dificuldades, ocorrências e recomendações para contratações futuras. Esse relatório fundamentará a liquidação da despesa e o pagamento final, condicionados à apresentação de nota fiscal regular, comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, e plena conformidade dos materiais entregues. A conclusão da execução inclui ainda o registro da avaliação de desempenho da contratada, para fins de eventuais sanções e para compor o histórico de fornecimento da empresa junto à Administração Pública.

4.15 Com esse conjunto de etapas articuladas, desde a apresentação das amostras, passando pela produção controlada, entrega integral, conferência técnica rigorosa, substituições necessárias, distribuição às unidades e acompanhamento ambiental, o contrato



produzirá, desde o início até o encerramento, os resultados pretendidos pela Administração, assegurando qualidade, eficiência, economicidade e atendimento integral ao interesse público educacional.

4.16 Ainda na fase inicial, a contratada deverá apresentar todas as amostras físicas exigidas, especialmente mochilas, itens plásticos, massas de modelar, lápis, agendas e demais materiais indicados nos documentos técnicos, acompanhadas dos respectivos laudos e certificados emitidos por laboratórios acreditados pelo INMETRO, conforme exigências constantes no Termo de Referência. Somente após a aprovação formal dessas amostras pela Comissão Técnica da SMED será autorizada a produção em escala dos itens que compõem os kits escolares.

4.17 A fase de produção dos materiais deverá observar estritamente todas as especificações técnicas estabelecidas nos documentos da contratação, incluindo medidas, pantones, gramaturas, padrões de costura, resistências, composição dos materiais, normas de segurança e qualidade. Durante a produção, a contratada deverá manter controle rigoroso de qualidade, garantindo uniformidade entre os produtos e integridade dos materiais. Os kits deverão ser montados individualmente, devidamente embalados e identificados, assegurando rastreabilidade e organização. A fiscalização da SMED poderá solicitar, a qualquer momento, relatórios de produção, registros fotográficos ou visitas técnicas para verificar a conformidade das etapas produtivas.

4.18 Concluída a fase produtiva, a entrega deverá ocorrer em lote único, em atendimento integral, sendo o horário de entrega definido como das 8h30 às 11h30min e 13h00 às 16h00min.

5. LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO

5.1 Sendo o horário de entrega definido como das 8h30 às 11h30min e 13h00 às 16h00min.

5.2 Os Kits serão entregues diretamente nas Unidades Educacionais, conforme tipo do Kit e quantidades definidas na Nota de Empenho, sendo os seguintes endereços:

Unidades Educacionais Públicas da Rede Municipal do Município de Araucária			
	Unidade	Endereço	Bairro
1	Cmaee - Área Intelectual - Joelma do Rocio Túlio	Rua Maria De Lourdes Grabowski Kampa, 70	Jardim Augusta
2	Cmaee - Área Visual	Rua Lourenço Jasiocha, 981	Centro
3	Cmaee - Surdez	Rua Lourenço Jasiocha, 2052	Centro
4	Cmaee - Transtornos Globais do Desenvolvimento	Av. Archelau De Almeida Tôrres, 1411	Iguaçu
5	Cmei Bernardo Von Müller Berneck	Rua Flamingo, 769	Jardim Panamericano
6	Cmei Professora Dorinha Luci Mosson Trzaskos	Rua Antonio Pinho Ribas, 24	Costeira
7	Cmei Educadora Andreia da Silva Alves	Rua Saracura, 1314	Capela Velha
8	Cmei Professora Gislaïne do Rocio Chaves Stocco	Rua Das Flores, 670	Campina Da Barra
9	Cmei Ester Razzini	Rua Sandro Fialla, 439	Passaúna
10	Cmei do Campo Capinzal	Estrada Do Capinzal, S/N	Capinzal
11	Cmei do Campo Maria Arlete Bregenski Vaz	Rua Manoel Gonçalves Ferreira, 90	Guajuvira



Unidades Educacionais Públicas da Rede Municipal do Município de Araucária			
	Unidade	Endereço	Bairro
12	Cmei do Campo Professora Filomena Resner	Avenida Pedro Euzébio Lemos, s/n	Tietê
13	Cmei Educadora Angelina Sass da Silva	Rua Luiz Karas, 111	Costeira
14	Cmei Educadora Ivane de Lima Beher	Av. Das Araucárias, 3110	Thomaz Coelho
15	Cmei Educadora Andreia Pires de Souza	Rua Lírio Bonetto, 459	Estação
16	Cmei Jardim das Araucárias	Rua Archelau De Almeida Torres, 1203	Iguaçu
17	Cmei Jardim do Conhecimento	Rua São Vicente De Paulo, 600	Centro
18	Cmei Jihad Hissam Dehaini	Rua Presidente Costa E Silva, 647	Costeira
19	Cmei Professora Maria Aparecida Paluski Wzorek	Rua Amazonas, 82	Iguaçu
20	Cmei Maria Ferreira de Lima	Praça Alberto Markowicz, 69	Thomaz Coelho
21	Cmei Norma Von Muller Berneck	Rua José Maria Dos Anjos, 50	Capela Velha
22	Cmei Aparecida Lopes de Moraes Souza	Rua Antonio Mendes, 39	Planalto
23	Cmei Plínio	Rua Maritacas, 50	Jd Plínio
24	Cmei Professora Alice Montrezol Mattos	Rua Gralha Azul, 2183	Capela Velha
25	Cmei Professora Bronilda Namikata	Rua Felix Klechowicz, Nº 396	Porto Das Laranjeiras
26	Cmei Professora Celia Bomfim Bialeski	Rua Zulmira Dos Santos Galize, 190	Fazenda Velha
27	Cmei Professora Gilca Silveira Fiuza	Rua Barigui, Nº 501	Iguaçu
28	Cmei Professora Maria de Lourdes da Silva Chagas	Rua João Gotfrid, 240	Boqueirão
29	Cmei Professora Maria Izabel Hempkemaier	Rua Arlaí Ozório Vicente, Nº 74	Costeira
30	Cmei Professora Rosene Rodrigues da Silva	Rua: Yochiaki Nagano, Nº 701	Capela Velha
31	Cmei Professora Sonia Regina Correa da Silva	Rua Begônia, 1019	Campina Da Barra
32	Cmei Professora Tereza Dias de Andrade	Rua Pinus Elliotti, 420	Capela Velha
33	Cmei Professora Veronica Bohaenko Daneliu	Rua Maria Rosa Cornelsen Hasselmann, Nº 148	Capela Velha
34	Cmei Professora Veronica Panek Hass	Rua Judith Brunato Cantador, Nº 100	Costeira
35	Cmei Professora Andréia do Carmo Rocha	Rua Azaléia, 189	Campina Da Barra
36	Cmei São Francisco de Assis	Rua Estela Lesniowski Wzorek, 133	Fazenda Velha
37	Cmei Tereza de Benguela	Rua Faisão, Nº 1350	Capela Velha Jardim Arvoredo
38	Cmei Tindiquera	Rua João Wolski, 90	Tindiquera
39	Cmei Educadora Maria Cristina dos Santos	Rua São Paulo 813	Jardim Iguaçu
40	Cmei Vítório Sfendrych	Rua Vicente Sczerbowski, 157	Barigui
41	Escola do Campo Municipal Edvino Nowak	Avenida Independência, S/N	Rio Verde Acima
42	Escola do Campo Municipal João Sperandio	Rodovia Do Xisto Km 26	Rio Abaixo
43	Escola do Campo Municipal Presidente Castelo Branco	Estrada Do Capinzal, S/N	Capinzal
44	Escola do Campo Municipal Prof. Andréa Maria Scherreier Dias	Estrada De Tietê, S/N	Tietê
45	Escola do Campo Municipal Rosa Picheth	Estrada D.T. 230 A 251	Distrito De Guajuvira
46	Escola do Campo Municipal Rui Barbosa	Estrada De Catanduvás, S/N	Lagoa Grande
47	Escola Municipal Archelau de Almeida Torres	Rua Archelau De Almeida Torres, 1411	Jardim Iguaçu
48	Escola Municipal Arnaldo Maia	Rua Dom Manoel Da Silveira D'elboux, 951	Thomaz Coelho
49	Escola Municipal Elírio Alves Pinto	Rua Luiz Karas, 181	Jardim Primavera
50	Escola Municipal General Celso de Azevedo Daltro Santos	Rua José Bonvim, S/N	São Sebastião



Unidades Educacionais Públicas da Rede Municipal do Município de Araucária			
	Unidade	Endereço	Bairro
51	Escola Municipal Ibraim Antonio Mansur	Rua Nossa Senhora Dos Remédios, 1360	Fazenda Velha
52	Escola Municipal Irmã Elizabeth Werka	Rua Rodolpho Hasselmann, 531	Centro
53	Escola Municipal Marcelino Luiz de Andrade	Rua Tico-Tico, 165	Jardim Condor
54	Escola Municipal Papa Paulo VI	<i>Rua Juscelino Kubitschek De Oliveira, S/N</i>	Passaúna
55	Escola Municipal Pedro Biscaia	Rua Das Flores 1501	Campina Da Barra
56	Escola Municipal Prefeito Alderico Zanardini Ozório	Rua Carlos De Lima, 160	Estação
57	Escola Municipal Prefeito Aleixo Grebos	Rua Félix Tamplim, 300	Vila Angélica
58	Escola Municipal Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira	Rua Joaquina Tonchak, S/N	Porto Das Laranjeiras
59	Escola Municipal Professor Ambrósio Iantas	Rua Jose Maria Dos Anjos, 50	Capela Velha
60	Escola Municipal Professor Arlindo Milton Druszcz	Rua Faisão, 1320	Capela Velha
61	Escola Municipal Professora Azurée Busquette Belnoski	Rua Das Dálias, 2421	Campina Da Barra
62	Escola Municipal Professora Balbina Pereira de Souza	Rua Azaléia, 170	Campina Da Barra
63	Escola Municipal Professora Ceci Sueli da Silva Cantador	Rua Pedro José Saad, 39	Jardim Alvorada
64	Escola Municipal Professora Delani Aparecida Alves	<i>Rua Aguiá, 1450</i>	<i>Jardim Sol Nascente</i>
65	Escola Municipal Professora Egipciana Swain Paraná Carrano	Rua. João Túlio, 175	Jardim Iguatemi
66	Escola Municipal Professora Eglé Cordeiro Machado Pinto	Rua Saracura, 1314	Capela Velha
67	Escola Municipal Professora Elvira de França Buschmann	Rua Uirapuru, 175	Jardim Ipês
68	Escola Municipal Professora Maria Aparecida Saliba Torres	Prof. ^a Maria Nassar Schaustek, 1024	Campina Da Barra
69	Escola Municipal Professora Nadir Nepomuceno Alves Pinto	Rua Lucas Wilczak, 32	Jardim Maranhão
70	Escola Municipal Professora Silda Sally Wille Ehlke	Rua. Mato Grosso, 631	Iguaçu
71	Escola Municipal Professora Terezinha Mariano Theobald	Rua Gumercindo Rosa Pimenta, 70	Jardim Santa Regina
72	Escola Municipal Sebastião Tavares da Silva	Avenida Manoel Bandeira, 3561	Jardim Planalto
73	Escola Municipal Senador Marcos Freire	Rua Francisco Gondek, 250	Jardim Maia
74	CMEI Jacqueline Machado Carteri	Rua Francisco Drewniak, 60	Costeira

6. DOS PRAZOS

6.1 Os produtos deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias corridos a partir da data da solicitação pelo departamento responsável, conforme as quantidades solicitantes, a teor do entendimento jurisprudencial, exarado no Acórdão 3009/25 – do Tribunal Pleno, do TCE-PR, de 23 de outubro de 2025;

6.2 No caso de a entrega de materiais estar programada para dia útil próximo a feriados (nacional ou municipal) anterior ou posterior a fim de semana, a empresa deverá verificar se haverá expediente normal. Feriados Municipais: 11/02 – Aniversário do Município e 30/10 – Dia da Padroeira do Município: Nossa Senhora dos Remédios.



6.3 Se o término do prazo de entrega coincidir com o dia em que a Prefeitura Municipal de Araucária não houver atendimento ao público, este será automaticamente prorrogado até o primeiro dia útil subsequente.

6.4 A contagem do prazo de entrega terminará com o recebimento definitivo do material no local indicado.

6.5 Considerar-se-á em mora no dia seguinte ao vencimento do prazo estabelecido no subitem anterior.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1 DA SUSTENTABILIDADE

7.2 Quanto aos critérios de sustentabilidade, a contratação deverá observar práticas e requisitos de sustentabilidade ambiental, social e econômica, em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, bem como com as diretrizes de sustentabilidade previstas na legislação federal, estadual e municipal aplicável. Assim, a execução do objeto deverá incorporar medidas que reduzam os impactos ambientais, promovam o uso racional dos recursos naturais, incentivem a reciclagem e garantam condições adequadas de saúde e segurança aos usuários.

7.3 A contratada deverá assegurar que os itens que compõem os kits escolares sejam produzidos com materiais que atendam às normas brasileiras de segurança e qualidade, priorizando-se, sempre que possível, produtos com menor impacto ambiental. Recomenda-se o uso de papéis provenientes de manejo florestal sustentável, materiais atóxicos e com baixo potencial poluente, embalagens recicláveis ou biodegradáveis, tintas livres de metais pesados e insumos que possuam certificações ambientais reconhecidas. As mochilas e demais itens têxteis deverão ser fabricados com materiais que atendam às normas de segurança e contenham, quando aplicável, selos, laudos ou certificações técnicas que assegurem sua conformidade com padrões de durabilidade, resistência e baixo impacto ambiental.

7.4 As embalagens utilizadas deverão ser preferencialmente recicláveis, reduzidas ao estritamente necessário e organizadas de forma a diminuir o volume de resíduos sólidos gerados nas unidades educacionais. Deverá ser evitado o uso de plásticos de baixa reciclabilidade ou que não possuam destinação adequada. Sempre que possível, a contratada deverá adotar soluções de embalagem que facilitem o processo de segregação, coleta seletiva e envio para reciclagem.

7.5 Ao final da vida útil dos materiais, a contratada deverá colaborar com o Município na promoção de práticas de descarte ambientalmente adequado, orientando quanto à correta segregação dos resíduos e, quando possível, disponibilizando informações sobre a reciclabilidade dos produtos e suas embalagens. A Administração, em conjunto com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Educação, promoverá ações educativas, campanhas e orientações voltadas à conscientização ambiental da comunidade escolar, estimulando a redução de resíduos e a adoção de práticas sustentáveis.

7.6 Durante a execução contratual, a contratada deverá adotar processos logísticos que minimizem emissões de CO₂, otimizem rotas de transporte e utilizem veículos em boas condições ambientais, reduzindo impactos ao tráfego e ao meio ambiente. O transporte deve observar boas práticas de acondicionamento e segurança, evitando danos aos materiais e desperdícios.



7.7 Todos os produtos entregues devem ser livres de substâncias perigosas, tóxicas ou proibidas, obedecendo às normas técnicas e regulamentações vigentes sobre segurança infantil e uso de materiais adequados ao público escolar. O descumprimento de quaisquer critérios de sustentabilidade poderá resultar na rejeição dos itens, glosa da medição, aplicação de sanções ou outras medidas previstas em lei e no edital.

7.8 LOGÍSTICA REVERSA

7.8.1 A contratada deverá observar, sempre que aplicável, os princípios e diretrizes de sustentabilidade previstos na Lei no 14.133/2021, na Política Nacional de Resíduos Sólidos e nas normas ambientais vigentes.

7.8.2 Considerando a natureza dos materiais escolares que compõem os kits, muitos deles recicláveis, como papéis, plásticos e embalagens, bem como os potenciais impactos ambientais decorrentes de seu descarte inadequado, a contratada deverá colaborar com a Administração Pública Municipal no cumprimento das medidas de logística reversa previstas em lei.

7.8.3 Assim, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

7.8.3.1 Responsabilidade ambiental compartilhada: A contratada deverá adotar práticas que viabilizem a destinação ambientalmente adequada das embalagens e resíduos provenientes dos materiais fornecidos, cooperando com programas municipais de coleta seletiva e reciclagem;

7.8.3.2 Informações ao consumidor e à Administração: Todos os produtos e embalagens deverão conter, sempre que possível, os símbolos de reciclabilidade; as instruções básicas de descarte adequado e identificação do tipo de material;

7.8.3.3 Apoio a ações de educação ambiental: A contratada deverá fornecer informações técnicas necessárias à Secretaria Municipal de Educação e à Secretaria Municipal de Meio Ambiente para campanhas educativas relacionadas ao uso consciente, reutilização e descarte ambientalmente adequado dos materiais;

7.8.3.4 Retorno de materiais impróprios ou rejeitados: Itens reprovados pela fiscalização deverão ser retirados pela contratada e receber destinação ambientalmente correta, devendo esta apresentar comprovação documental do descarte ou da reciclagem, quando aplicável;

7.8.3.5 Proibição de descarte inadequado: É vedado o descarte de materiais rejeitados ou substituídos em aterros irregulares, áreas verdes, corpos hídricos ou qualquer destino não autorizado pela legislação ambiental;

7.8.3.6 Cooperação com o Município: A contratada deverá colaborar com eventuais exigências de logística reversa determinadas pela Administração, conforme regulamentações futuras ou diretrizes específicas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

7.8.3.7 O eventual descumprimento das obrigações de logística reversa poderá ensejar a aplicação de sanções, sem prejuízo de responsabilização administrativa, civil e ambiental.

8. DAS AMOSTRAS

8.1 Todos os itens personalizados serão objeto de apresentação de amostras, conforme itens a seguir relacionados, que deverão ser personalizados com a Logo Municipal e o fornecedor deverá seguir fielmente o layout de cores, dimensões e demais especificações



visuais, se serem disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação.

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Mochila Escolar Personalizada
2	Agenda Personalizada
3	Caderno Desenho Grande Personalizado
4	Caderno Brochura Linha Personalizado
5	Caderno Quadriculado Personalizado

8.2 A empresa provisoriamente vencedora deverá apresentar amostras **em 10 (dez) dias úteis**, para análise, a teor do §3º e inciso IV do art. 17 da Lei nº 14133/2021, sendo que a amostra deverá refletir fielmente todas as características previstas na arte oficial, incluindo layout, cores, dimensões, qualidade de impressão, acabamento e demais especificações visuais e técnicas necessárias para garantir a padronização do material a ser fornecido.

8.3 **Sendo o endereço para entrega das amostras na Sede da Secretaria Municipal de Educação de Araucária, na rua Lourenço Jasiocha, nº 2197, Centro, Araucária, Paraná, CEP: 83702-090, em horário a ser definido na convocação.**

8.4 As amostras serão analisadas em sessão pública, pela equipe responsável, que elaborará relatório detalhado e encaminhará ao Pregoeiro em até **01 (um) dia útil**, contados da data da respectiva sessão de análise, havendo necessidades de diligências complementares, esse prazo pode ser prorrogado.

8.5 A amostra reprovada, acarretará desclassificação da proposta, devendo o pregoeiro convocar o próximo mais bem colocado no certame, para apresentação das respectivas amostras, observada a ordem de classificação.

8.6 Entende-se por entrega da amostra a data na qual ela for efetivamente recebida no endereço estabelecido no subitem anterior, sendo o prazo limite para apresentação de amostras, o horário indicado para início da sessão pública de análise das mesmas.

8.7 Quando não for indicado no ato da convocação da amostra ou na impossibilidade de realização da sessão no dia agendado, a data, horário e local de realização da sessão pública para avaliação das amostras será informada aos interessados mediante aviso no sistema COMPRAS.GOV e sítio eletrônico da Prefeitura de Araucária, devendo ser observado o prazo mínimo do subitem anterior, contados da veiculação do aviso.

8.8 As amostras poderão ser apresentadas diretamente no local indicado para as avaliações, tendo como prazo limite, o horário estabelecido para início da sessão de análise das mesmas.

8.9 A amostra deverá ser devidamente identificada por etiqueta afixada, devendo constar o número do item e descrição do produto amostrado, processo licitatório a que se refere e razão social da empresa.



8.10 As amostras deverão ser entregues mediante recibo expedido pela própria licitante, em papel timbrado e em 02 (duas) vias de igual teor.

8.11 A licitante que não apresentar amostra dentro do prazo estipulado, terá sua proposta desclassificada para o item, ficando sujeita às sanções previstas no presente edital.

8.12 O Relatório de análise das amostras deverá ser fundamentado com os critérios objetivos utilizados na avaliação, instruído com fotos quando for o caso e deverá ser apresentado ao Pregoeiro com parecer conclusivo, devidamente assinado pelos servidores responsáveis pela análise.

8.13 Deverão fazer parte do relatório, como anexo, os registros de todas as diligências realizadas pela equipe de análise técnica que tenha subsidiado a avaliação ou contribuído para o parecer.

8.14 O critério de avaliação das amostras se restringe à verificação da conformidade do bem ofertado, confrontado com as exigências técnicas expressas por parâmetros e padrão de desempenho constante no descritivo do Termo de Referência (Anexo I) e às informações técnicas prestadas pelo arrematante.

8.15 Quando o licitante indicar a marca, o modelo e as especificações técnicas do objeto no campo “Informações Adicionais” do sistema eletrônico COMPRAS.GOV.BR, a(s) amostra(s) apresentada(s) deverá(ão) ter as mesmas identificações e características daquelas preliminarmente estabelecidas pelo licitante e que foram informadas no sistema.

8.16 OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS SÃO:

8.16.1 MOCHILA PERSONALIZADA COSTAL OU USO COM TRAÇÃO:

8.16.1.1 TABELA DE LAUDOS

RIP STOP – TECIDO PRINCIPAL				
ENSAIO	NORMA		RESULTADO	VARIAÇÃO
GRAMATURA	ABNT NBR 10591/2008	GRAMATURA	299 G/M²	10% PARA + / -
COMPOSIÇÃO	AATCC 20:2021 e AATCC 20A:2021	COMPOSIÇÃO	Poliéster 76% - Poliamida 24%	3 PONTOS PARA +/-
ESPESSURA	ABNT NBR 13371:2005	ESPESSURA	0,80 MM	MÍNIMO
RESISTÊNCIA AO RASGO DE TECIDOS PLANOS	ASTM D 1424:2019	TRAMA	1.54 kgf	2% PARA + / -
	ASTM D 1424:2019	URDUME	0.79 kgf	2% PARA + / -
PILLING	ISO 12945-2:2020	7000 CICLOS	Nota 4	NOTA MÍNIMA
ABRASÃO	ISO 12947-2:2016	30.000 CICLOS	A amostra foi submetida à 30.000 ciclos e não	MÍNIMO



			apresentou rompimento	
--	--	--	-----------------------	--

RIP STOP 5X3 (FORRO)				
100% POLIESTER	NORMA		RESULTADO	VARIAÇÃO
GRAMATURA	ABNT NBR 10591/2008	GRAMATURA	93 G/M²	10% PARA + / -
COMPOSIÇÃO	AATCC 20:2021 e AATCC 20A:2021	COMPOSIÇÃO	100% POLIÉSTER	SEM VARIAÇÃO
ESPESSURA	ABNT NBR 13371:2005	ESPESSURA	0,26 MM	MÍNIMO
RESISTÊNCIA AO RASGO DE TECIDOS PLANOS	ASTM D 1424:2019	TRAMA	1548,8 GF / 15,19 N / C.V. TRAMA 1,85%	2% PARA + / -
	ASTM D 1424:2019	URDUME	1203,2 GF / 11,82 N / C.V. URDUME 2,38%	2% PARA + / -
PILLING	ISO 12945-2:2020	7000 CICLOS	NOTA 4	MÍNIMO

ZIPER Nº 8				
	NORMA		RESULTADO	VARIAÇÃO
FADIGA	DIN EN 16732:2016	5.000 CICLOS	RESISTIR, NO MÍNIMO, A 400 CICLOS SEM FALHAS	NOTA MÍNIMA
DESEMPENHO MÍNIMO	FORÇA LATERAL		16 N	MÍNIMO
	FORÇA LONGITUDINAL		14 N	MÍNIMO

TELA AERADA - SPACER				
100% POLIESTER	NORMA		RESULTADO	VARIAÇÃO
GRAMATURA	ABNT NBR 10591/2008	GRAMATURA	174,48 G/M²	10% PARA + / -
COMPOSIÇÃO	ABNT NBR 13538:1995 e ABNT NBR 11914:1992	COMPOSIÇÃO	100% POLIÉSTER	SEM VARIAÇÃO
ESPESSURA	ABNT NBR 13371/2005	ESPESSURA	2,50 mm	MÍNIMO
RESISTÊNCIA AO ESTOURO	ABNT NBR 13384 - 1995	PRESSÃO MÉDIA	1.144,20 KPA	2% PARA + / -
		DESVIO PADRÃO	37,05 KPA	2% PARA + / -
		COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	3,20%	2% PARA + / -



HELANCA				
100% POLIESTER	NORMA		RESULTADO	VARIAÇÃO
GRAMATURA	ABNT NBR 10591/2008	GRAMATURA	120,60 G/M²	10% PARA + / -
COMPOSIÇÃO	AATCC 20:2021 e AATCC 20A:2021	COMPOSIÇÃO	100% POLIÉSTER	SEM VARIAÇÃO
ESPESSURA	ABNT NBR 13371:2005	ESPESSURA	0,42 MM	MÍNIMO
RESISTÊNCIA AO ESTOURO DE MATERIAIS TÊXTEIS	ABNT NBR 13384:1995	PRESSÃO MÉDIA	13,03 KGF/CM²	2% PARA + / -
	ABNT NBR 13384:1995	DESVIO PADRÃO	0,27 KGF/CM²	2% PARA + / -
	ABNT NBR 13384:1995	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	2,03%	2% PARA + / -
PILLING	ISO 12945-2:2020	7000 CICLOS	NOTA 4	NOTA MÍNIMA

POLIROLL RECICLADO				
POLIROLL RECICLADO	NORMA		RESULTADO	VARIAÇÃO
GRAMATURA	ABNT NBR 14185:2020	GRAMATURA MEDIANA	2.100 G/M²	MÍNIMO
ESPESSURA	ABNT NBR 14184:2020	ESPESSURA MEDIANA	2,00 MM	MÍNIMO

8.16.1.2 DESCRIÇÃO ANÁLISE

8.16.1.2.1. Gramatura: Para assegurar isonomia entre os fornecedores, é indispensável especificar a gramatura do tecido. Essa definição permite uma cotação precisa e evita o recebimento de produtos com gramatura inferior, que comprometeriam a qualidade e a durabilidade. O material principal das mochilas deve ser plastificado, garantindo resistência à água e maior proteção contra rasgos.

8.16.1.2.2. Composição: A padronização da composição dos tecidos é essencial para a correta comparação das propostas. Após pesquisa de mercado, identificou-se que a combinação poliéster + algodão é facilmente encontrada no mercado para confecção do couro sintético. Para o RIP STOP identificou-se que a combinação poliéster + poliamida apresenta desempenho superior, conferindo maior resistência à abrasão e ao rasgo, resultando em um produto mais robusto e durável.

8.16.1.2.3. Espessura: A espessura do tecido deve variar conforme a aplicação. Trata-se também de um indicativo de qualidade: quanto maior a carga ou esforço esperado sobre a peça, mais espesso deverá ser o material, garantindo resistência e vida útil prolongada.



8.16.1.2.4. Resistência ao rasgo (tecidos planos): Esse ensaio avalia a capacidade do tecido de resistir à propagação de rasgos sob tensão, assegurando que o material permaneça íntegro mesmo diante de esforços durante o uso cotidiano.

8.16.1.2.5. Pilling: Teste que atesta a resistência do tecido à formação de bolinhas (fibrilas soltas), preservando o aspecto estético e a qualidade ao longo do tempo de uso.

8.16.1.2.6. Resistência ao estouro (materiais têxteis): Ensaio aplicado a malhas, destinado a verificar a capacidade do tecido de suportar processos posteriores, como bordados e costuras, sem gerar furos ou falhas na estrutura.

8.16.1.2.7. Abrasão: Considerando que as mochilas estarão em constante atrito, com as costas dos alunos, com o chão ou mesmo com superfícies como paredes, este teste garante que o material apresente resistência mínima necessária para suportar o desgaste do uso diário, sem perda de desempenho ou fragilidade precoce.

8.16.2 **AGENDA PERSONALIZADA:**

8.16.2.1 Será obrigatória a apresentação, para as partes plásticas (capas, espiral, bolsa canguru, régua marca texto, elástico e terminais) a apresentação de laudos laboratoriais, acreditados pelo INMETRO, atestando atendimento das normas ABNT NBR 15.236:2021 e 16.040:2020 junto as amostras;

8.16.3 **CADERNOS DE DESENHO GRANDE PERSONALIZADO:**

8.16.3.1 Serão verificadas todas as especificações do caderno de desenho e cartografia, brochura, capa cartão supremo 220 gramas, medidas mínimas 275 x 200 mm, com 96 folhas, folhas internas em papel off set 63/m², e personalizado conforme a arte a ser oferecida pela SMED.

8.16.4 **05 CADERNOS BROCHURA COM LINHAS PERSONALIZADO:**

8.16.4.1 Serão verificadas todas as especificações do Caderno brochura com linhas, capa cartão supremo 220 gramas, pequeno escolar de linguagem, folhas internas em papel off set 63/m², medidas mínimas 14 x 20cm, 23 pautas, com margem à esquerda, com no mínimo 48 folhas costuradas, e personalizado conforme a arte a ser oferecida pela SMED.

8.16.5 **02 CADERNOS QUADRICULADO PERSONALIZADO:**

8.16.5.1 Serão verificadas todas as especificações do Caderno quadriculado 0,7 x 0,7 cm capa cartão supremo 220 gramas escolar, brochura, pequeno, medidas mínimas 14 x 20cm, 27 pautas, com margem à esquerda, com no mínimo 48 folhas costuradas, e personalizado conforme a arte a ser oferecida pela SMED.

8.17 **DAS OBSERVAÇÕES SOBRE AS AMOSTRAS**

8.17.1 A empresa provisoriamente vencedora deverá apresentar amostras em 10 (dez) dias úteis, para análise, a teor do §3º e inciso IV do art. 17 da Lei nº 14133/2021, sendo que a amostra deverá refletir fielmente todas as características previstas na arte oficial, incluindo



layout, cores, dimensões, qualidade de impressão, acabamento e demais especificações visuais e técnicas necessárias para garantir a padronização do material a ser fornecido.

8.17.2 Sendo o endereço para entrega das amostras na Sede da Secretaria Municipal de Educação de Araucária, na rua Lourenço Jasiocha, nº 2197, Centro, Araucária, Paraná, CEP: 83702-090, em horário a ser definido na convocação.

8.17.3 As amostras serão analisadas em sessão pública, pela equipe responsável, que elaborará relatório detalhado e encaminhará ao Pregoeiro em até 01 (um) dia útil, contados da data da respectiva sessão de análise, havendo necessidades de diligências complementares, esse prazo pode ser prorrogado.

8.17.4 A amostra reprovada, acarretará desclassificação da proposta, devendo o pregoeiro convocar o próximo mais bem colocado no certame, para apresentação das respectivas amostras, observada a ordem de classificação.

8.17.5 Os critérios para análise das amostras serão: Se o produto atende as especificações do edital quanto à composição, tamanho, rotulagem e qualidade;

8.17.6 O método de avaliação será: através da manipulação ou teste do produto, dentro dos serviços da SMED, pelos responsáveis técnicos;

8.17.7 No ato da entrega da amostra a licitante autoriza a completa análise do produto para comprovar as características contidas nas especificações, constantes neste anexo, mesmo que para isso a amostra seja danificada e abdica de qualquer indenização pela inutilização da mesma.

8.17.8 Em caso de aprovação da amostra apresentada, quando não for o caso de inversão de fases prevista no §1.º do art. 17 da Lei 14.133, de 2021, será agendada nova data para continuidade da sessão pública para julgamento da proposta e subsequente fase de habilitação.

8.17.9 Quando for o caso de inversão de fase, nos termos do §1.º do art. 17 da Lei 14.133, de 2021, sendo a amostra aprovada, a licitante será reputada vencedora definitiva.

8.17.10 Em caso de reprovação ou não apresentação da amostra pela licitante convocada, a proposta será desclassificada para o respectivo item, sendo convocadas as demais licitantes, uma a uma, observada a ordem de classificação, até que se tenha uma amostra que atenda a especificação editalícia.

8.17.11 A licitante vencedora terá sua amostra retida sob custódia da Administração Municipal até o final da vigência do contrato ou exaurimento da execução, que servirá de paradigma para fins de aferição na ocasião das entregas.

8.17.12 A licitante vencedora deverá realizar as entregas do objeto da licitação somente de acordo com a amostra apresentada e aprovada.

8.17.13 Em hipótese alguma poderá ser descontada a amostra da quantidade a ser entregue durante a contratação.



8.17.14 Findada a vigência da contratação, a amostra ficará disponível para retirada pela responsável pelo prazo de até 10 (dez) dias úteis. Após este período, as amostras não retiradas serão descartadas, sem custo para a Administração.

8.17.15 A apresentação e aceite das amostras e dos materiais não isenta nem diminui a responsabilidade do fornecedor nem a garantia dos produtos ofertados.

8.17.16 Subsidiado pela equipe de apoio técnico da SMED e com fulcro no § 2º do art. 42 da Lei nº 14.133/2021 a solicitação de amostras poderá ser feita pelo Pregoeiro, em caso de dúvida quanto à especificação do produto cotado.

8.17.17 Em observância aos Princípios da supremacia do interesse público, da eficiência, da eficácia, da motivação, da celeridade, com fulcro no art. 5º da Lei nº 14133/2021, poderá adotar a convocação para apresentação de amostras em bloco, em um único ato, dirigido às 10 melhores licitantes melhor classificadas, por meio de comunicação formal (ofício, e-mail institucional ou publicação nos meios oficiais indicados no Edital), devendo as licitantes convocadas apresentar as amostras completas dos itens cotados, em suas embalagens originais, devidamente identificadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da convocação. Após a análise técnica, será declarada vencedora definitiva a licitante cuja amostra atender integralmente às especificações editalícias, observado o critério de julgamento e a ordem de classificação, ficando estabelecido que a licitante que deixar de apresentar as amostras no prazo estipulado ou tiver suas amostras reprovadas terá sua proposta desclassificada, e que, na hipótese de mais de uma amostra ser considerada apta, o item será adjudicado à licitante melhor classificada dentre aquelas com amostras aprovadas.

8.17.18 A empresa vencedora terá sua amostra retida até o final da vigência da Ata de Registro de Preços para conferência junto à entrega do produto, findando este prazo, a mesma terá até 10 (dez) dias corridos para retirar a amostra, após este período as amostras não retiradas serão descartadas, sem custo para a CONTRATANTE;

9. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

9.1 É de responsabilidade da Licitante vencedora, manter os dados cadastrais atualizados junto à Prefeitura do Município de Araucária (PMA), conforme estabelecido no subitem 17.1.7 do edital;

9.2 Os empenhos quando encaminhados através de correio eletrônico, serão remetidos ao endereço de e-mail cadastrado no sistema da Prefeitura do Município de Araucária, sendo que, para tal cadastro, será utilizado o endereço de e-mail registrado na proposta, ou, outro informado pela requerente através de solicitação expressa ao setor de cadastro do Departamento de Licitações e Contratos, mediante processo administrativo digital² ou, através de e-mail³.

10. GERENCIADOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 A contratação decorrente deste processo será gerida por servidor da

2 <https://araucaria.atende.net/autoatendimento/servicos/e-solicitacao-de-cadastro-de-fornecedor>

3 compras@araucaria.pr.gov.br



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

10.2 E-mail de contato do gestor: educacao.infantil@araucaria.pr.gov.br;

10.3 Telefone de contato do gestor: (41) 3614-1400 – Ramal: 7421;

10.4 Formalizada a contratação, eventuais solicitações relativas à execução contratual deverão ser solicitadas diretamente ao gestor, visto que tais demandas não serão analisadas ou decididas pelo Pregoeiro signatário do edital.

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

11.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11.6 Da Fiscalização do Contrato

11.6.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, caput e artigos 11 e 12 do Decreto 39.132, de 2023](#)).

11.6.2 Fiscalização Técnica

11.6.2.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

11.6.2.1.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 39.132, de 2023, art. 11, § 1º](#));

11.6.2.1.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;



11.6.2.1.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

11.6.2.1.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

11.6.2.1.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

11.6.3 **Fiscalização Administrativa**

11.6.3.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

11.6.3.1.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

11.6.4 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

11.6.4.1 Avaliar e aprovar as amostras iniciais, conforme padrões definidos no TR, ETP e DFD, verificar a conformidade técnica dos materiais durante a entrega, conforme medidas, gramaturas, Pantones, resistência, composição, laudos acreditados pelo INMETRO bem como observância das normas ABNT aplicáveis à segurança e qualidade de materiais escolares. Além disso, deverá registrar desconformidades e notificar imediatamente a contratada, acompanhar substituições, garantindo que ocorram em até 5 dias corridos sem ônus para o Município e emitir parecer técnico para recebimento provisório e definitivo. Deverá conferir notas fiscais, certidões e documentos obrigatórios para pagamento, verificar periodicamente a regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da contratada, controlar prazos, manter registros formais e alimentar o processo administrativo e auxiliar o Gestor na instrução documental para liquidação e pagamento.

11.7 **Da Gestão do Contrato**

11.7.1 A execução da contratação será acompanhada pelo gestor do contrato, que coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

11.7.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

11.7.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.



11.7.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

11.7.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

11.7.6 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

11.7.7 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

11.7.8 A designação do gestor do contrato e seu suplente constará do instrumento contratual, nos termos do §2º do artigo 10 do Decreto Municipal n.º 39.132, de 2023.

11.7.9 A gestão do contrato se dará de forma contínua, incluindo visitas técnicas no local de entrega, verificações amostrais adicionais, conferência de itens e embalagens e análise dos relatórios de produção solicitados à contratada. Todos os atos deverão ser registrados em sistema ou processo eletrônico, garantindo rastreabilidade e transparência.

11.7.10 Constatada irregularidade ou divergência será emitido registro de ocorrência, a contratada será formalmente notificada para correção imediata e os itens inadequados deverão ser substituídos no prazo máximo estabelecido. A reincidência poderá constituir penalidade, conforme legislação.

11.7.11 O recebimento provisório ocorrerá após conferência dos materiais entregues. O recebimento definitivo somente será emitido após a substituição de itens divergentes, aprovação técnica final e apresentação regular da documentação exigida. O pagamento ficará condicionado ao recebimento definitivo.

11.7.12 Ao término da execução, o Gestor elaborará Relatório Final contendo as conformidades e inconformidades, quantidade de substituições, evidências da entrega e conclusões e recomendações. O relatório subsidiará o pagamento final, a avaliação da contratada e o encerramento formal do contrato.

11.7.13 A contratada será avaliada quanto à qualidade dos materiais entregues, ao cumprimento de prazos, à cooperação com a fiscalização e à capacidade técnica demonstrada. Essa avaliação poderá ser utilizada para futuras contratações e eventual aplicação de sanções.

11.8 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

11.8.1 A medição do objeto contratual será realizada por unidade de kit entregue, considerando a totalidade dos materiais que compõem cada lote, conforme especificações constantes deste Termo de Referência e dos documentos técnicos que o integram. A aferição da execução ocorrerá exclusivamente com base na entrega efetiva e comprovada dos kits nas Unidades Educacionais, com supervisão do Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, não sendo admitida medição estimada, parcial ou por amostragem para fins de



pagamento. A medição será realizada pela equipe de fiscalização designada, que verificará:

11.8.1.1 Quantidade entregue: correspondência entre o número de kits entregues e o quantitativo autorizado pela Nota de Empenho.

11.8.1.2 Conformidade técnica: atendimento integral às especificações dos itens que compõem cada kit, incluindo materiais, dimensões, Pantones, gramaturas, resistência e requisitos de segurança, bem como a regularidade dos laudos técnicos emitidos por laboratórios acreditados.

11.8.1.3 Integridade física dos materiais: ausência de danos, defeitos, avarias ou divergências entre o produto entregue e as amostras previamente aprovadas.

11.8.1.4 Documentação obrigatória: apresentação de notas fiscais, certificados, laudos, declarações e demais documentos exigidos para atesto da conformidade dos itens.

11.8.1.5 Condições de embalagem: verificação de que todos os kits foram entregues devidamente embalados e organizados conforme previsto nos documentos da contratação.

11.8.2 Somente serão consideradas para medição as entregas integrais, não sendo aceitos fornecimentos fracionados ou incompletos, salvo se autorizados expressamente pela Administração, em caráter excepcional e devidamente justificado.

11.8.3 O pagamento somente será autorizado após o atesto da fiscalização, que deverá registrar formalmente a quantidade efetivamente recebida, a conformidade técnica dos itens e a inexistência de pendências ou substituições a serem realizadas. Em caso de identificação de itens em desconformidade, estes deverão ser substituídos pela contratada no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, sem ônus para a Administração, não sendo objeto de medição até sua regularização.

11.8.4 A medição, portanto, refletirá exclusivamente o resultado efetivo da prestação, correspondente à entrega completa e adequada dos kits escolares, conforme exigido pelo Edital, pelo Termo de Referência, pelo ETP e pelo DFD que fundamentam esta contratação.

11.8.5 O pagamento será efetuado de acordo com as quantidades fornecidas, em até 30 dias corridos após ateste da nota fiscal pela Secretaria Municipal de Administração, acompanhada da Certidão Negativa de Débitos do INSS, Certificado de Regularidade do FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, dentro dos prazos de validade.

11.9 DA QUALIDADE DOS PRODUTOS A SEREM ENTREGUES

11.9.1 Os produtos deverão apresentar impresso na embalagem ou inscrito diretamente no corpo, os dados de identificação e composição, bem como o prazo de validade do produto, ou ainda a data final da validade.

11.9.2 O produto deverá possuir data de validade igual ou superior a 12 meses da data de entrega no Almoxarifado, exceto para os itens com prazo de validade indeterminado.

11.9.3 Quaisquer produtos deste TR devem atender às normas específicas, ou se as normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – CONMETRO.



11.9.4 A cada entrega e após as conferências devidas, a Prefeitura Municipal de Araucária, reserva-se ao direito de encaminhar 02 (duas) amostras do produto fechado e lacrado, colhido aleatoriamente do lote fornecido, para realização de análise em Instituto de Pesquisas Tecnológicas ou a laboratório credenciado pelo INMETRO, para ensaios previstos nas normas solicita das neste edital à custa da CONTRATADA.

11.9.5 Nos casos que o produto seja reprovado, todo o lote será devolvido, devendo a CONTRATADA repor num prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos após a comunicação da irregularidade. Em nenhuma hipótese a fatura/nota fiscal será liquidada sem o conhecimento prévio do resultado da análise de qualidade, ficando por conta da CONTRATADA os custos com a referida análise.

11.9.6 Caso não haja a substituição ou o lote substituto também apresente não conformidade em relação às normas vigentes, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de penalidades cabíveis.

11.9.7 É imprescindível constar na embalagem externa, os dados referentes à data de fabricação, descrição do lote, prazo de validade (se houver), descrição do material, razão social e o nº do CNPJ do fabricante no objeto desta licitação.

11.9.8 Não serão admitidos os materiais cujo acondicionamento (embalagem) apresentar sinais de violação.

11.9.9 A Prefeitura Municipal de Araucária não está obrigada a adquirir uma quantidade mínima do material, ficando a critério a definição da quantidade e do momento da aquisição.

11.10 DA CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – NÃO DIVISÃO POR LOTES

11.10.1 Se justifica a inaplicabilidade do art. 48, da Lei Complementar 123/06, por não ser vantajoso, pois poderão participar da disputa as empresas que se enquadrem na condição de ampla concorrência, por questões de padronização e racionalização do uso e do suporte técnico. As microempresas e empresas de pequeno porte não estão recebendo tratamento diferenciado e simplificado, em decorrência dos valores unitários de cada lote, superar a receita bruta máxima admitida, para fins de enquadramento como EPP, conforme inciso I do §1º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021: “Art. 4º *Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. § 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas: I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;*”

11.10.2 A aquisição Centralizada e Padronizada, deve ser adotada como medida estratégica, pois viabiliza a otimização dos processos administrativos e logísticos, com uniformização, equidade no acesso e padronização dos materiais, contribuindo assim para prevenção de disparidades socioeducacionais, pois todos os educandos receberão exatamente o mesmo kit, contribuindo ainda essa medida para mitigação da evasão escolar, evitando assim também a fragmentação contratual e possível diversidade qualitativa entre os kit, o que



compromete a uniformidade pedagógica. Não sendo deste modo possível a contratação de lote para ME/EPP e MEI, em lote me separado.

11.11 DA CLASSIFICAÇÃO COMO BENS COMUNS

11.11.1 Os objetos dessa licitação são classificados como bens comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

11.12 CONDIÇÕES, FORMAS E PRAZOS DE PAGAMENTO

11.12.1 O pagamento será realizado conforme as regras estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, em especial os arts. 141 a 146, e pela regulamentação municipal aplicável às despesas públicas, observando-se as condições abaixo:

11.12.2 Condição para pagamento: O pagamento está condicionado ao atesto do recebimento definitivo pela fiscalização técnica e administrativa, após conferência integral dos materiais entregues, substituição de itens rejeitados e validação dos documentos obrigatórios.

11.12.2.1 Prazo de pagamento: O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal devidamente atestada e registrada no processo, conforme fluxo financeiro da Administração.

11.12.2.2 Forma de pagamento: O pagamento será efetuado por ordem bancária em conta indicada pela contratada, mediante apresentação de Nota fiscal eletrônica regular, das Certidões comprobatórias de regularidade fiscal e trabalhista vigentes e de Documentos exigidos para comprovar o fornecimento conforme previsto no edital e no contrato.

11.12.2.3 Nota fiscal: A nota fiscal deverá corresponder exatamente ao quantitativo recebido, número de empenho, CNPJ e demais dados definidos pelo Município, sob pena de devolução para correção e reinício do prazo de pagamento.

11.12.2.4 Compensações e retenções: Poderão ser efetuadas retenções de tributos conforme legislação vigente e compensações relativas a multas aplicadas, débitos anteriores da contratada com o Município e glosas decorrentes de itens não recebidos ou rejeitados.

11.12.2.5 Reajuste: O edital poderá prever reajuste, exclusivamente quando permitido pela legislação, observado índice oficial a ser indicado no edital.

11.12.2.6 Correção monetária: Em caso de atraso injustificado por parte da Administração, excluídos atrasos decorrentes de irregularidades na nota fiscal ou documentação, poderá ser aplicada correção monetária, conforme índices oficiais previstos no edital e na legislação.

11.12.2.7 Proibição de pagamento antecipado: Não será admitido pagamento antecipado, salvo previsão excepcional devidamente motivada e garantida na forma do art. 151 da Lei nº 14.133/2021, o que não se aplica ao presente objeto.



11.12.2.8 Glosas: O pagamento será glosado, total ou parcialmente, quando os materiais não atenderem às condições estabelecidas, ou forem verificadas inconsistências técnicas e documentais, ou ainda, houver pendências de substituições.

11.12.2.9 Regularidade fiscal e trabalhista: A contratada deverá manter regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista durante toda a execução contratual, sob pena de retenção do pagamento até a regularização.

11.13 DO PARCELAMENTO/FRACIONAMENTO DO OBJETO

11.13.1 Considerando as características específicas dos kits escolares, cuja composição exige padronização rigorosa dos itens, uniformidade qualitativa e integridade das entregas, verifica-se que o parcelamento do objeto em lotes distintos não se mostra adequado ou eficiente para o atendimento da necessidade administrativa.

11.13.2 A entrega deve ocorrer de forma única e simultânea para todas as unidades educacionais, de modo a assegurar o início do ano letivo com todos os estudantes devidamente equipados, evitando descompassos entre escolas, desigualdade no acesso aos materiais e eventuais atrasos que comprometam a organização pedagógica da rede.

11.13.2.1 Além disso, a fragmentação do objeto poderia:

11.13.2.1.1. elevar os custos logísticos, uma vez que diferentes fornecedores realizarem entregas em momentos e condições diversas;

11.13.2.1.2. dificultar o controle e o recebimento, especialmente no que tange à conferência das especificações técnicas e à uniformidade dos kits;

11.13.2.1.3. aumentar o risco de heterogeneidade entre os materiais, prejudicando o princípio da isonomia entre os estudantes;

11.13.2.1.4. produzir inconsistências operacionais, como divergências na composição dos kits e atrasos no abastecimento de determinadas etapas ou unidades.

11.13.2.2 Em conformidade com o art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a não adoção do parcelamento quando este se revelar inviável, antieconômico ou contrário ao interesse público, conclui-se que o atendimento integral por meio de único fornecimento contratado é a solução mais eficiente, econômica e adequada ao interesse da Administração, preservando a padronização, a economicidade e a continuidade do serviço público educacional.

11.13.2.3 Considerando a considerar a falta de equipe junto a Secretaria Municipal de Educação de Araucária, para montagem do Kits, se os itens forem fornecidos de forma parcelada, são mais de 19 mil Kits, além da necessidade de locação de espaço físico para acondicionamento, contratação de meios logísticos de transporte para entrega dos kits nas unidades, haja vista que inicialmente se entregues por itens deverão recebidos de forma centralizada e só depois de montados os Kits distribuídos, nas mais de 73 Unidades Educacionais da Rede Pública de Ensino de Araucária, o que além de causar morosidade na distribuição, será antieconômica e demasiada complexa.



11.13.2.4 A adoção do julgamento pelo valor total justifica-se pela necessidade de garantir a padronização dos kits de materiais escolares, assegurando uniformidade na composição, na qualidade e nas especificações dos itens que serão entregues aos alunos da Rede Municipal de Ensino. A definição de um padrão único evita discrepâncias entre turmas ou unidades escolares, garantindo equidade no atendimento e preservando a coerência pedagógica estabelecida pela Secretaria Municipal de Educação.

11.13.2.5 Enaltecendo que, o objetivo do processo licitatório, é também a seleção da proposta mais vantajosa e não somente a contratação economicamente mais vantajosa, o que promove assim eficiência, efetividade e eficácia na contratação, conforme dispõe o parágrafo único e inciso I do Art. 11 da Lei nº 14133/2021.

11.13.2.6 A licitação será nos moldes da licitação para Kit Escolar do Estado do Paraná através da FUNDEPAR, que adota este formato para a contratação como Kit de Material Escolar, com único lote, sendo distribuído para mais de Um Milhão de Estudantes da Rede Estadual de Educação do Paraná conforme notícia de 11/12/2025 a seguir (<https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Estado-inicia-nesta-sexta-feira-entrega-de-kits-escolares-para-o-ano-letivo-de-2026>), sendo indicado que se trata de Pregão de aquisição global por meio de Kits do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – FUNDEPAR.

11.13.2.7 **Para melhor embasamento da solução a ser adotada, optando pela seleção por valor global e não por itens individualizados a teor do Acórdão nº 3009/25 – Tribunal Pleno do TCE-PR, o órgão demandante realizou pesquisa de mercado, visando obter parâmetro da outra opção para o certame, considerando a necessidade de incluir os serviços de armazenamento, recebimento, montagem e distribuição dos 19.079 Kit Escolares, o que gerou como resultado médio de preço, superior ao inicialmente orçado para o objeto da licitação de formal global, sendo que o valor para a licitação por Kits Escolares de forma Global foi de com base na planilha consolidada, o valor estimado da contratação será de R\$ 7.093.703,76 (Sete Milhões, Noventa e Três Mil, Setecentos e Três Reais e Setenta e Seis Centavos) e a licitação por itens individualizados conforme levantamento de mercado teria o valor médio de R\$ 8.106.595,33 (Oito Milhões, Cento e Seis Mil, Quinhentos e Noventa e Cinco Reais e Trinta e Três Centavos), ou seja, a licitação se feita por itens, pode encarecer em mais de um milhão de reais o certame, demonstrando assim que a opção de julgamento de licitação Global de Kits Escolares, se mostra inclusive financeiramente mais vantajosa a administração pública, em atendimento ao art. 11 da Lei nº 14133/2021.**

11.14 DAS SANÇÕES

11.14.1 A contratada estará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente nos arts. 156 a 162, bem como às disposições do Decreto Municipal nº 39.132/2023, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal decorrentes de sua conduta. As sanções serão aplicadas em procedimento administrativo regular, assegurados o contraditório e a ampla defesa. As penalidades aplicáveis são as seguintes:

11.14.1.1 Advertência: Aplicável nas hipóteses de descumprimento de obrigações



contratuais de menor relevância, infrações que não comprometam de forma substancial o objeto e o primeiro registro de conduta irregular que possa ser sanada sem prejuízo ao interesse público. A advertência terá caráter educativo e preventivo, ficando registrada no histórico da contratada.

11.14.1.2 Multas: Poderão ser aplicadas multas, isoladas ou cumuladas com outras sanções, nas seguintes hipóteses: Atraso injustificado na entrega dos kits escolares, Entrega de itens em desacordo com as especificações técnicas, amostras aprovadas ou laudos obrigatórios, Descumprimento dos prazos de substituição de itens rejeitados (máximo de 5 dias corridos), Inexecução parcial ou inadequada do objeto, Infrações administrativas durante a execução que gerem prejuízo à Administração.

11.14.1.3 As multas poderão ser moratórias, sendo aplicadas por atraso, em percentual diário, ou ainda multas compensatórias, aplicadas por inexecução ou execução defeituosa. A multa poderá ser descontada de pagamentos devidos ou cobrados judicialmente.

11.14.1.4 Impedimento de licitar e contratar com o Município de Araucária: Nos termos da Lei nº 14.133/2021 (art. 156, III) e do Decreto Municipal nº 39.132/2023, será aplicada sanção de impedimento à empresa que não celebrar o contrato injustificadamente, apresentar documentação falsa, deixar de entregar o objeto, total ou parcialmente, causar prejuízo significativo ao erário, praticar fraude na execução, não manter as condições de habilitação, reincidir em infrações anteriormente registradas.

11.14.1.5 Declaração de Inidoneidade: Aplicada nas hipóteses mais graves, quando comprovada prática de atos lesivos à Administração Pública, constatada fraude, corrupção, conluio, manipulação ou grave dano ao interesse público e quando houver reincidência de condutas que motivariam impedimento.

11.14.1.6 A declaração impede a contratação com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública e tem vigência até a reabilitação, condicionada ao ressarcimento integral do dano, sem prazo máximo pré-definido.

11.14.1.7 Penalidades e ME/EPP: As sanções aplicam-se igualmente às ME/EPP, benefícios de regularização fiscal tardia não impedem a aplicação de penalidades por descumprimento contratual, eventuais sanções não afetam o direito de preferência já exercido no certame, a dosimetria observará proporcionalidade, graduação e motivação adequada.

11.14.1.8 Responsabilidade pelo ressarcimento: Independentemente da sanção aplicada, a contratada deverá ressarcir integralmente os danos causados à Administração.

11.14.1.9 Cumulação de sanções: Às penalidades poderão ser aplicadas isoladamente ou cumuladas, quando a natureza da infração assim exigir, assegurando-se proporcionalidade e fundamentação específica.



ANEXO II

REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

1. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.1.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, na forma da Resolução CGSIM n.º 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

1.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

1.1.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.1.5 Para empresa que se declarou na condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, deverá apresentar documento comprobatório de que a proponente se enquadra em tal condição, emitido com a antecedência máxima de 60 (sessenta) dias da data da abertura da licitação;

1.1.6 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

2.3 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

2.4 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

2.5 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), dentro do prazo de validade, conforme Lei n.º 12.440, de 2011;



- 2.7 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.8 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 2.9 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

2.10 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

2.10.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

2.10.1.1 Se não constar prazo de validade no próprio documento ou no SICAF, será considerada válida a Certidão expedida até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

2.11 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

2.11.1 Apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica compatível com o objeto da licitação expedida por entidade pública ou privada.



ANEXO III

**MODELO DE PROPOSTA
(MODELO PARA PROPOSTA AJUSTADA)
PROCESSO LICITATÓRIO 172.203/2025
PREGÃO 06/2026**

**"À PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA"
"PREGÃO ELETRÔNICO n.º06/2026"
"ABERTURA DIA 02/03/2026, ÀS 09:00 H"
NÚMERO DO CNPJ DA EMPRESA"
"RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE"**

Item	Especificação	Marca/ fabricante/ modelo	Quantidade de total	Unidade de medida	Valor unitário proposto/R\$	Valor total proposto/ R\$
Valor total da proposta/R\$						

Informações bancárias:

Banco:

Agência:

Conta corrente:

Telefone para contato (setor de licitações e para envio de nota de empenho):

E-mail (setor de licitações e para envio de nota de empenho):

Validade da proposta: 90 (noventa) dias, a contar da data limite para as apresentações das propostas.

O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Araucária, ____ de _____ de 2026

**Nome e assinatura do representante legal ou procurador da empresa, devidamente
identificado através da documentação apresentada.**



ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL
PARA ASSINATURA DO CONTRATO****Ref.: Edital de Pregão Eletrônico n.º ____/2026**

Declaramos que o Responsável Legal da proponente (inserir o nome da proponente), para assinatura do contrato, no caso de sagrar-se vencedora da presente licitação, é o (a) Sr. (a) (inserir o nome completo, número dos documentos de identidade e CPF, profissão e endereço)

Local, data

(Nome, RG n.º e assinatura do responsável pelo licitador).

OBSERVAÇÃO: A apresentação da declaração acima, não exclui a necessidade de apresentação de quaisquer documentos exigidos no Edital, bem como da apresentação de procuração específica quando for o caso.



ANEXO V**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELA ATUALIZAÇÃO DOS DADOS
CADASTRAIS E BANCÁRIOS**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador da carteira de identidade n.º _____ e CPF n.º _____, para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º ____/____, sob as penas da lei, pelo presente;

DECLARA:

1. Estar ciente da RESPONSABILIDADE de manter atualizados os seus dados cadastrais junto à Prefeitura do Município de Araucária, mediante os canais de atendimento indicados no subitem **17.1.7 do Edital**;

2. Que os contatos oficiais para recebimento de convocações, Termos de Contratos, Ordens de Serviços e/ou Notas de Empenho e notificações, são os seguintes:

Endereço de e-mail: _____

Telefone fixo para contato: () _____

Telefone celular contato: () _____

Funcionário Responsável: _____

3. Que as informações bancárias para fins de pagamento, **conforme comprovante que encaminhamos em anexo**⁴, são as seguintes:

Banco: _____ Agência: _____ Conta-corrente: _____

4. Que os dados informados acima são verdadeiros e suficientes para as tratativas durante a execução do objeto, e que qualquer alteração nas informações ora prestadas, serão prontamente informadas ao Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Araucária, através do endereço de e-mail compras@araucaria.pr.gov.br⁵, **com cópia ao gestor do contrato**, no e-mail: naf.sm@araucaria.pr.gov.br, ou mediante abertura de processo administrativo digital⁶.

Local e Data

(Nome, RG n.º e assinatura do responsável pelo licitador).

4 Requer-se a juntada de comprovante em anexo a fim de evitar eventuais incongruências por erros de digitação;

5 Telefones para contato (41) 3614-1400. Ramais: 1490 ou 2309.

6 <https://araucaria.atende.net/autoatendimento/servicos/e-solicitacao-de-cadastro-de-fornecedor>



ANEXO VI**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador da carteira de identidade n.º _____ e CPF n.º _____, para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º ____/____, sob as penas da lei, pelo presente;

DECLARA:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, 2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Local e data

Representante Legal



ANEXO VII
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº /2025
MODALIDADE PREGÃO (ELETRÔNICO) n.º /2026
SECRETARIA GESTORA:

No dia xx/xx/xxx, o Município de Araucária, Estado do Paraná, situado na Rua Pedro Druszczyk, 111, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxx, CPF: xxxxxxxxxxxxxx, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021 e do Decreto Municipal n.º 39.132/2023, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no(a) PREGÃO n.º: xx/xxxx RESOLVE registrar o preço ofertado pela empresa/fornecedor xxxxxxxxxxxxxxxx, localizada xxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o n.º xxxxxxxxxxxxxx representada pelo(a) Sr(a) xxxxxxxxxxxx, CPF: xxxxxxxxxxxxxx, conforme o(s) item(ns) abaixo discriminado(s), com seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s) e quantidade(s), em nome da empresa citada. Objeto: xxxxxxxxxxxxxxxx.

Fornecedor:						
Item	Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Total Fornecedor:					R\$	

Fica estabelecido pelas partes que o(s) preço(s) constante(s) da presente ata, portanto registrado(s), é (são) válido(s) pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da Ata de Registro de Preços n.º xxxxxx.

As Secretarias/Órgãos da Administração Municipal, mediante liberação de saldo e confirmação de empenho, poderão adquirir os produtos nas condições e especificações constantes na presente Ata.

O Contratante deverá fornecer às Secretarias/Órgãos Municipais desde que haja disponibilidade de saldo dentro das quantidades previstas na presente Ata.

Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital.

Fica estabelecido no Anexo I desta Ata o Cadastro de Reserva com o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, cuja contratação poderá ser formalizada em caso de exclusão do licitante detentor da ata, nas hipóteses previstas no edital e na legislação vigente.

Encerra-se a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada.

Araucária, xx de xxxxxx de 2026.

NOME
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE
EMPRESA
REPRESENTANTE



ANEXO VIII

MINUTA CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº.: _____/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 172203/2025

PREGÃO Nº.: 06/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

Através do presente instrumento de **CONTRATO DE FORNECIMENTO**, em que figuram de um lado o **MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.105.535./0001-99, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de XXXXXX, Sr.(a) _____, na qualidade de ordenador de despesa e, de outro lado, a empresa _____, CNPJ/MF nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, Bairro: _____ CEP: _____, cidade/estado, através de seu representante legal, Sr(a) _____, portadora do CPF/MF nº _____, doravante denominada CONTRATADA, têm justo e convencionado o presente CONTRATO, com fundamento da Lei nº 14.133/2021 e regido em consonância com o Decreto Municipal nº 39.132/2023 e integralmente vinculado aos documentos contidos no Processo Administrativo nº 172203/2025, **em especial ao Termo de Referência**, bem como conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a aquisição de kits escolares, destinados a todas as crianças e estudantes regularmente matriculados nas Unidades Educacionais _____ do Município de Araucária, abrangendo as Escolas Municipais, os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e os Centros Municipais de Atendimento Educacional Especializados (CMAEEs) conforme especificações, conforme estabelecido no edital e seus anexos, consoante especificações contidas no Termo de Referência, e demais normas e condições constantes no Processo Administrativo nº 172203/2025 e legislações correlatas.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID.	QTDE.	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL
01	(preencher conforme lote e item)	Unidade	XXX	R\$	R\$
TOTAL					

§ 1º – Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:



- a) O Termo de Referência;
- b) A Autorização para a licitação pelo Ordenador da Despesa;
- c) A Proposta do contratado;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência do contrato é de _____, contados a partir da publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

§ 1º – A Prorrogação e renovação do contrato se darão conforme disposto nos artigos 105 a 114 e 124 da Lei n.º 14.133, de 2021.

§ 2º – Os contratos decorrentes do Processo Administrativo nº 38663/2025 poderão ser prorrogados, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto contratado.

a) A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

b) O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

c) A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

d) O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA DO PRAZO ENTREGA/EXECUÇÃO

A CONTRATADA obriga-se a entregar ao CONTRATANTE o objeto deste Contrato, integralmente nos termos e condições do edital, bem como nos prazos estabelecidos abaixo, sob pena de extinção unilateral e aplicação do disposto na Cláusula décima segunda do presente instrumento e demais sanções previstas no Processo Administrativo nº 38663/2025.

§ 1º - O prazo de entrega/execução do presente contrato será de até _____, conforme estabelecido no Termo de referência.

§ 2º – Considera-se em mora no dia seguinte ao vencimento do prazo estabelecido.

§ 3º – Os prazos e obrigações previstos neste CONTRATO vigorarão independentemente de aviso extrajudicial, bem como de interpelação ou notificação



judicial.

CLÁUSULA QUARTA DA EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

§ 1º – A contratação decorrente deste contrato será gerida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, tendo como Gestor da contratação o servidor _____, matrícula nº _____ e Gestor substituto o servidor _____, matrícula _____, e como Fiscal o servidor _____, matrícula _____ e fiscal substituto _____, matrícula _____, nos termos do Decreto Municipal nº 39.132/2023.

CLÁUSULA QUINTA DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

CLÁUSULA SEXTA DO PREÇO

O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____) **(PRENCHER CONFORME LOTE/ITEM)**

§ 1º - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

§ 2º - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos dos serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA SÉTIMA DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão realizados, conforme:

§ 1º – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega total dos produtos, conforme protocolo da Nota Fiscal (da matriz ou filial, de acordo com os documentos apresentados na habilitação do presente edital), devidamente atestada pela Secretaria solicitante, acompanhadas do Termo de



Recebimento Definitivo e Ateste das entregas.

§ 2º – O pagamento ficará condicionado à apresentação mensal das Certidões Negativas de Débitos da Previdência Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), dentro dos seus prazos de validade.

§ 3º – O documento fiscal de serviços, quando houver fornecimento de material, deverá vir acompanhado de planilha discriminando os materiais aplicados na execução dos mesmos, sujeitando-se os seus valores às retenções tributárias, conforme previsão legal.

§ 4º – O Pagamento ocorrerá por depósito bancário, devendo para isto, a CONTRATADA apor na Nota Fiscal o número da conta-corrente, com expressa indicação do banco e agência correspondente.

§ 5º – Quando houver glosa parcial, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado;

§ 6º – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

§ 7º – Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

§ 8º – Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

§ 9º – Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

§ 10º – Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

§ 11º – Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação de manutenção das condições de habilitação.

§ 12º – Demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA DO REAJUSTE



§ 1º – Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, datado de _____ (Data da assinatura do mapa de preços).

§ 2º – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

§ 3º – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

§ 4º – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

§ 5º – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

§ 6º – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

§ 7º – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

§ 8º – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA NONA

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:

§ 1º – Efetuar os pagamentos dentro do prazo e condições expostas no edital.

§ 2º – Exercer o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados.

§ 3º – Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

§ 4º – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

§ 5º – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

§ 6º – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;



§ 7º – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

§ 8º – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

§ 9º – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

§ 10º – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

§ 11º – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

§ 12º – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da contratada:

§ 1º – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do item, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 1990);

§ 2º – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

§ 3º – Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

§ 4º – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

§ 5º – Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

§ 6º – Responsabilizar-se com o transporte das luminárias para verificação de garantia, isentando a prefeitura de quaisquer encargos relacionada ao processo de retirada e devolução por garantia;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA GARANTIA E EXECUÇÃO

A CONTRATADA, através do presente CONTRATO, obriga-se a entregar os insumos e materiais indicados na Cláusula Primeira, obedecendo às diretrizes



previamente designadas pelo CONTRATANTE e obedecendo ao regime de execução previsto no Edital, sendo que os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência.

Não haverá exigência de garantia contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, bem como a execução irregular ou com atraso injustificado, tem como consequência a aplicação combinada das penalidades de natureza pecuniária e restritiva de direitos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal 39.132/2023, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º – Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

§ 2º – Multa:

- a) A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:
- b) Multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Municipal 39.132/2023;



c) Multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Municipal 39.132/2023;

d) Multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Municipal 39.132/2023;

§ 3º – O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Municipal 39.132/2023.

§ 4º – A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o contratado.

§ 5º – A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

§ 6º – Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

§ 7º – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

§ 8º – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

§ 9º – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 10º – Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 11º – Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados



conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

§ 12º – A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

§ 13º – O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

§ 14º – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

§ 15º – Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

A extinção do contrato poderá ser (Art. 138 da lei 14.133/2021):

I - Determinado por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º – O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

§ 2º – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

§ 3º – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) Ficaré ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções



administrativas; e

b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

§ 4º – O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

c) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

§ 5º – O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas.

§ 6º – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

§ 7º – O contrato poderá ser extinto:

a) Caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

b) Caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados para o exercício de 2025, nas dotações abaixo discriminadas:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

§ 1º – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos **arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021**.

§ 1 – O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

§ 2 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 01 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

§ 3 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA ANTICORRUPÇÃO

As partes declaram conhecer as normas de prevenção a corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA DO FORO

Fica eleito o Foro Regional de Araucária para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021](#).

Araucária, data da última assinatura eletrônica.

XXXXXXXXXX

SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE XXXXX
ORDENADOR DE DESPESA

CONTRATADA

CNPJ/MF n°

REPRESENTANTE

CPF n°

